

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

A CULTURA E AS  
CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS  
DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA:  
EVIDÊNCIA EMPÍRICA A PARTIR  
DO RELATO DE ENTIDADES  
COTADAS NA UNIÃO EUROPEIA

---

Nuno Miguel Barroso Rodrigues

Lisboa, janeiro de 2016



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E  
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

A CULTURA E AS CARACTERÍSTICAS  
QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO  
FINANCEIRA: EVIDÊNCIA EMPÍRICA  
A PARTIR DO RELATO DE  
ENTIDADES COTADAS NA UNIÃO  
EUROPEIA

Nuno Miguel Barroso Rodrigues

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade realizada sob a orientação científica do Professor Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque, Assistente Convidado na área de Contabilidade e Auditoria.

Constituição do Júri:

Presidente: Doutora Paula Santos

Arguente: Doutor Rui de Almeida

Vogal: Doutor Fábio de Albuquerque (Orientador)

Lisboa, janeiro de 2016

Declaro ser o autor desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

## DEDICATÓRIA

Aos meus incondicionais pais Mário e Olga,  
aos meus insubstituíveis irmãos Ruben e Ricardo  
e à minha imprescindível namorada Marina.

## ΕΠΪΓΡΑΦΕ

*«The day is not far away when we will observe  
that accounting world is controlled  
and guided by a single set of standards [...]»*

(Shil, Das, Pramanik, 2009: 194)

## AGRADECIMENTOS

Sozinho não estaria hoje certamente a escrever estas linhas,  
Ninguém atinge o cume de uma montanha por si só.  
Ei-los, todos os companheiros de expedição:

Porque ensinar implica extravasar a simples partilha do conhecimento,  
Mas antes, partilhar algo que, em tempos, nos foi altruisticamente partilhado,  
Aquilo que hoje afincadamente partilhamos,  
Na esperança que, no futuro, outros pacientemente partilhem.  
Obrigado a todos quantos me ensinaram, em especial ao meu amigo e Professor Fábio de Albuquerque.

Porque ajudar implica extravasar a simples convivência,  
Mas antes, humildemente, ofertar  
O fruto do nosso evidente esforço,  
Para que o de outros frutifique espontaneamente.  
Obrigado a todos os meus colegas do 6º mestrado em Contabilidade, em particular ao meu amigo Paulo Costa.

Porque amar implica extravasar a simples fruição do presente,  
Mas antes, perceber, sábia e atempadamente  
Que, por vezes, a melhor forma de ter alguém é, abnegadamente,  
Possibilitar que se ausente.  
Obrigado aos meus pais Mário e Olga, aos meus irmãos Ruben e Ricardo e à minha namorada Marina.

Hoje sei porque naquele sonho, no caminho da vida, via somente um par de pegadas na areia...Obrigado por me lebares ao colo!

## RESUMO

A influência do fator cultural no âmbito da subcultura da Contabilidade é reconhecida pela literatura, que não descarta os seus eventuais impactos na comparabilidade do relato financeiro, mesmo no contexto do avançado processo de harmonização contabilística internacional. Sobre esta última matéria, importa ainda considerar a relevância para o tema oriunda da revisão da Estrutura Conceitual (EC) conjuntamente desenvolvida entre o Financial Accounting Standards Board (FASB) e o International Accounting Standards Board (IASB). A presente investigação visa aferir a eventual existência de associação ou distinção dos valores culturais propostos por Gray (1988) em função de agrupamentos regionais ou fatores económico-financeiros. Por outro lado, propõe-se avaliar se tais fatores influenciam o nível de divulgação de características qualitativas (CQ) no relato financeiro. Adicionalmente, pretende-se testar a existência de uma eventual associação entre os valores culturais, assim como entre esses e as CQ. A recolha dos dados foi realizada a partir dos relatórios e contas consolidados anuais, referentes a 2013 e 2014, divulgados pelas entidades cotadas (grupos não financeiros) nos índices bolsistas relativos a mercados financeiros da União Europeia (UE): *portuguese stock index* (PSI)-20, *iberian index* (IBEX)-35, *financial times stock exchange* (FTSE)-100, *german stock index* (DAX)-30 e *stockholm stock exchange* (OMX)-S30, tendo sido utilizada a análise de conteúdo como metodologia. Após a aplicação dos critérios de seleção, a população final deste estudo engloba 137 entidades. Os resultados obtidos posteriormente à aplicação de técnicas de análise não-paramétricas bivariadas sugerem que os valores culturais distinguem-se apenas parcialmente em função dos agrupamentos regionais, evidenciando-se de forma mais significativa a partir de fatores económico-financeiros, nomeadamente, a dimensão das empresas. Constata-se igualmente a existência de uma conexão positiva entre o conservadorismo e o secretismo. Conclui-se, ainda, que o nível de divulgação de CQ apresenta-se apenas parcialmente relacionado com os agrupamentos regionais, encontrando-se moderada e positivamente associado com a dimensão das entidades. Por último, identifica-se que o conservadorismo encontra-se negativamente associado à relevância da informação financeira. Avaliar o impacto da cultura no contexto do julgamento profissional e da perceção acerca das CQ no processo de convergência internacional constituem, entre outros, alguns dos contributos científicos da presente dissertação.

**Palavras-Chave:** cultura, características qualitativas, estrutura conceptual, harmonização contabilística, julgamento profissional.



## ABSTRACT

The influence of cultural factor within the subculture of accounting is recognized by the literature, that does not neglect its possible impact on comparability of financial reporting, even in the context of advanced international accounting harmonisation process. On this last matter, it should also consider the relevance to the issue arising from the Conceptual Framework review jointly developed between the Financial Accounting Standards Board (FASB) and the International Accounting Standards Board (IASB). This research seeks to analyze the possible existence of association or distinction of cultural values proposed by Gray (1988) on the basis of regional groups or economic and financial factors. On the other hand, it is proposed to assess whether such factors influence the level of disclosure of qualitative characteristics in financial reporting. Additionally, it is intended to test the existence of a possible association between the cultural values, as well as between these and the qualitative characteristics. Data collection was carried out from the reports and consolidated annual accounts, for 2013 and 2014, disclosed by non-financial entities listed in stock indexes relating to financial markets of the European Union: portuguese stock index (PSI)-20, iberian index (IBEX)-35, financial times stock exchange (FTSE)-100, german stock index (DAX)-30 and stockholm stock exchange (OMX)-S30, having been used content analysis as methodology. After the application of the selection criteria, the final population of this study encompasses 137 entities. The results obtained after the application of non-parametric bivariate analysis techniques suggest that the cultural values are distinguished only partially on the basis of regional groupings, showing up more significantly from economic and financial factors, particularly, the size of the companies. The existence of a positive connection between conservatism and secrecy is equally noticed. It is also concluded that the level of disclosure of qualitative characteristics is partially related to the regional groups and is moderate and positively related to the size of the entities. Finally, the findings of this study show that conservatism is negatively associated with the relevance of financial information. The scientific contributions of this dissertation is constituted by, among others, the evaluation of the impact of culture in the context of professional judgment and the perception on the qualitative characteristics in the process of international convergence.

**Keywords:** culture, qualitative characteristics, conceptual framework, accounting harmonisation, professional judgment.

# ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE QUADROS</b> .....	xi
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	xii
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	xiii
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1 Justificação, relevância, problemas e objetivos da investigação .....	3
1.2 Metodologia geral .....	6
1.3 Estrutura da dissertação .....	7
<b>2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	8
2.1 A harmonização contabilística internacional .....	8
2.1.1 Vantagens e obstáculos .....	13
2.1.2 Desafios .....	16
2.1.3 Portugal e a harmonização contabilística internacional (UE) .....	27
2.2 A Contabilidade e o julgamento profissional: Estudos relacionados .....	35
2.3 As características qualitativas da informação financeira .....	41
2.3.1 A Estrutura Conceptual e as características qualitativas da informação financeira .....	41
2.3.2 Estudos relativos às características qualitativas da informação financeira .....	49
<b>3. HIPÓTESES E METODOLOGIA</b> .....	57
3.1 Hipóteses do estudo .....	57
3.1.1 Os valores culturais .....	58
3.1.2 As características qualitativas .....	59
3.1.3 Relação entre os valores culturais e as características qualitativas .....	59
3.1.4 Os agrupamentos regionais como uma variável explicativa .....	60
3.1.5 Os fatores económico-financeiros como uma variável explicativa .....	63
3.2 Metodologia .....	65
3.2.1 Definição das variáveis .....	65
3.2.2 População, fontes de informação e período do estudo .....	72
3.2.3 Técnicas estatísticas utilizadas .....	74
<b>4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	76
4.1 Os valores culturais .....	76
4.1.1 A cultura e os agrupamentos regionais .....	77
4.1.2 A cultura e os fatores económico-financeiros .....	79
4.1.3 Relação entre os valores culturais .....	82
4.2 As características qualitativas .....	84
4.2.1 As características qualitativas e os agrupamentos regionais .....	84
4.2.2 As características qualitativas e os fatores económico-financeiros .....	87

4.3 Relação entre os valores culturais e as características qualitativas .....	91
<b>5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES DE INVESTIGAÇÃO FUTURA .....</b>	<b>95</b>
5.1 Conclusões .....	96
5.1.1 Os valores culturais .....	96
5.1.2 As características qualitativas .....	98
5.1.3 Relação entre os valores culturais e as características qualitativas.....	101
5.2 Limitações e sugestões para futuras investigações .....	101
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>116</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 2.1</b> Classificação do sistema legal nacional. ....	18
<b>Quadro 2.2</b> Fatores de diferenciação dos sistemas contabilísticos.....	19
<b>Quadro 2.3</b> Relação entre os valores contabilísticos e as dimensões culturais.....	22
<b>Quadro 2.4</b> Exemplos de opções da Diretiva: Balanço e DR, DF e Relatórios consolidados.....	34
<b>Quadro 3.1</b> Hipóteses do estudo: Variáveis em análise e objetivo.....	65
<b>Quadro 3.2</b> Variáveis independentes. ....	66
<b>Quadro 3.3</b> Variáveis dependentes do ICRD: Secretismo. ....	69
<b>Quadro 3.4</b> Composição da população por índice bolsista. ....	73
<b>Quadro 3.5</b> Técnicas não-paramétricas bivariadas utilizadas. ....	75
<b>Quadro 4.1</b> Teste de McNemar: Valores culturais. ....	77
<b>Quadro 4.2</b> Frequência relativa: Associações entre os valores culturais (2013-2014).....	77
<b>Quadro 4.3</b> Teste do Qui-quadrado por pares de índices: Valores culturais (2013). ....	78
<b>Quadro 4.4</b> Teste do Qui-quadrado por pares de índices: Valores culturais (2014). ....	79
<b>Quadro 4.5</b> Frequência relativa: Uniformidade e fatores económico-financeiros (2013-2014). ....	80
<b>Quadro 4.6</b> Frequência relativa: Conservadorismo e fatores económico-financeiros (2013-2014).....	80
<b>Quadro 4.7</b> Frequência relativa: Secretismo e fatores económico-financeiros (2013-2014).....	81
<b>Quadro 4.8</b> Teste do Qui-quadrado: Valores culturais e fatores económico-financeiros (2013-2014).....	82
<b>Quadro 4.9</b> Frequência relativa: Associação entre os valores culturais (2013-2014).....	83
<b>Quadro 4.10</b> Teste do Qui-quadrado: Associações entre os valores culturais (2013-2014). ....	83
<b>Quadro 4.11</b> Índice total médio de divulgação de CQ por índices bolsistas europeus. ....	84
<b>Quadro 4.12</b> Índice individual médio de divulgação de CQ por índices bolsistas europeus. ....	85
<b>Quadro 4.13</b> Teste de Mann-Whitney U por pares de índices: CQ (2013).....	86
<b>Quadro 4.14</b> Teste de Mann-Whitney U por pares de índices: CQ (2014).....	86
<b>Quadro 4.15</b> Correlação entre CQ e fatores económico-financeiros (2013).....	88
<b>Quadro 4.16</b> Correlação entre CQ e fatores económico-financeiros (2014).....	89
<b>Quadro 4.17</b> Teste de Mann-Whitney U: CQ e fatores económico-financeiros (2013). ....	90
<b>Quadro 4.18</b> Teste de Mann-Whitney U: CQ e fatores económico-financeiros (2014). ....	90
<b>Quadro 4.19</b> Teste de Mann-Whitney U: Valores culturais e CQ (2013).....	91
<b>Quadro 4.20</b> Teste de Mann-Whitney U: Valores culturais e CQ (2014).....	92
<b>Quadro 4.21</b> Teste de Mann-Whitney U (valor médio): Uniformidade e CQ (2013-2014). ....	93
<b>Quadro 4.22</b> Teste de Mann-Whitney U (valor médio): Conservadorismo e CQ (2013-2014). ....	93
<b>Quadro 4.23</b> Teste de Mann-Whitney U (valor médio): Secretismo e CQ (2013-2014). ....	94
<b>Quadro 5.1</b> Hipóteses do estudo: Conteúdo.....	95

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 2.1</b> Conceito de harmonização. ....	10
<b>Figura 2.2</b> Vantagens da harmonização internacional. ....	13
<b>Figura 2.3</b> Obstáculos à harmonização internacional. ....	14
<b>Figura 2.4</b> Classificação dos sistemas contabilísticos. ....	18
<b>Figura 2.5</b> Transposição do modelo de Hofstede (1980) para o modelo de Gray (1988). ....	20
<b>Figura 2.6</b> Sistemas contabilísticos: Autoridade e aplicação. ....	23
<b>Figura 2.7</b> Sistemas contabilísticos: Mensuração e divulgação. ....	23
<b>Figura 2.8</b> Adoção internacional das IFRS para SME. ....	32
<b>Figura 2.9</b> Hierarquia das CQ da informação financeira útil. ....	49
<b>Figura 2.10</b> Níveis de mensuração e de divulgação na Contabilidade. ....	51
<b>Figura 2.11</b> Relação entre os valores contabilísticos, CQ e o reporte financeiro. ....	52
<b>Figura 4.1</b> Codificação dos pares de índices. ....	78

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>AASB</b>	Australian Accounting Standards Board
<b>AT</b>	Autoridade Tributária e Aduaneira
<b>BADF</b>	Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras
<b>BP</b>	Banco de Portugal
<b>CASB</b>	Canadian Accounting Standards Board
<b>CE</b>	Comissão Europeia
<b>CEE</b>	Comunidade Económica Europeia
<b>CMP</b>	Custo médio ponderado
<b>CMVM</b>	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
<b>CQ</b>	Característica(s) qualitativa(s)
<b>DAX</b>	<i>German stock index</i>
<b>DC</b>	Diretriz(es) Contabilística(s)
<b>DF</b>	Demonstrações financeiras
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>DR</b>	Demonstração dos resultados
<b>EBITDA</b>	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>
<b>EC</b>	Estrutura(s) Conce[p]tual(ais)
<b>EM</b>	Estados-membros
<b>ESNL</b>	Entidades do Setor Não Lucrativo
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>EVP</b>	Expressões verbais de probabilidade
<b>FASB</b>	Financial Accounting Standards Board
<b>FIFO</b>	<i>First-in-first-out</i>
<b>FTSE</b>	<i>Financial times stock exchange</i>
<b>GAAP</b>	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
<b>H</b>	Hipótese
<b>IAS</b>	<i>International Accounting Standards</i>
<b>IASB</b>	International Accounting Standards Board
<b>IASC</b>	International Accounting Standards Committee
<b>IBEX</b>	<i>Iberian index</i>
<b>IBM</b>	International Business Machines Corporation
<b>ICRD</b>	Índice de cumprimento de requisitos de divulgação
<b>IDCQ</b>	Índice de divulgação de características qualitativas
<b>IES</b>	Informação Empresarial Simplificada

<b>IF</b>	Instrumentos financeiros
<b>IFRIC</b>	International Financial Reporting Interpretations Committee
<b>IFRS</b>	<i>International Financial Reporting Standard(s)</i>
<b>IOSCO</b>	International Organization of Securities Commissions
<b>ISA</b>	<i>International Standards on Auditing</i>
<b>LIFO</b>	<i>Last-in-first-out</i>
<b>LN</b>	Logaritmação
<b>MC</b>	<i>Management commentary</i>
<b>MEP</b>	Método de equivalência patrimonial
<b>MoU</b>	<i>Memorandum of Understanding</i>
<b>NCM</b>	Normalização Contabilística para as Microentidades
<b>NC-ME</b>	Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Microentidades
<b>NCRF</b>	Norma Contabilística e de Relato Financeiro
<b>NCRF-ESNL</b>	Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo
<b>NCRF-PE</b>	Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades
<b>NZASB</b>	New Zealand Accounting Standards Board
<b>OMX</b>	<i>Stockholm stock exchange</i>
<b>PE</b>	Pequenas entidades
<b>PIB</b>	Produto interno bruto
<b>PME</b>	Pequenas e médias empresas
<b>POC</b>	Plano Oficial de Contabilidade
<b>PSI</b>	<i>Portuguese stock index</i>
<b>PwC</b>	PricewaterhouseCoopers
<b>RC</b>	Translation Review Committee
<b>SEC</b>	Securities and Exchange Commission
<b>SFAC</b>	<i>Statement of Financial Accounting Concepts</i>
<b>SFAS</b>	<i>Statement of Financial Accounting Standards</i>
<b>SIC</b>	Standing Interpretations Committee
<b>SME</b>	<i>Small and medium enterprises</i>
<b>SNC</b>	Sistema de Normalização Contabilística
<b>TOC</b>	Técnicos Oficiais de Contas
<b>UE</b>	União Europeia
<b>US GAAP</b>	<i>United States Generally Accepted Accounting Principles</i>
<b>VD</b>	Variável(eis) dependente(s)
<b>VI</b>	Variável(eis) independente(s)

# 1. INTRODUÇÃO

A internacionalização dos negócios despoletou a necessidade de uma linguagem internacional que fosse aceite pela generalidade dos intervenientes (Pocrnjić e Pervan, 2013). Nesse sentido, o debate em torno da necessidade de harmonização contabilística<sup>1</sup> teve início na década de 60 do século transato, com maior incidência a partir da década 90, tendo prosseguido até aos dias atuais (Saudagaran, 2009 e Hoarau, 1995).

Conforme referem Stergios e Laskaridou (2008), a globalização dos mercados financeiros, em especial no que respeita às empresas multinacionais que se encontram cotadas em múltiplas bolsas de valores, e a imprescindibilidade para os investidores/analistas financeiros de relato financeiro comparável, despoletou a necessidade de criação de normas contabilísticas capazes de resistir às pressões internacionais. De acordo com Nobes e Parker (2008), a pressão para a harmonização internacional advém de múltiplos interessados, nomeadamente, dos preparadores, reguladores e utilizadores do relato financeiro.

No contexto do processo de harmonização contabilística internacional, destaque-se, em 2002, o compromisso assumido entre o FASB<sup>2</sup> e o IASB para o desenvolvimento conjunto de normas de elevada qualidade e de utilização generalizada, que culminou na emissão do *Memorandum of Understanding* (MoU), também conhecido por «*Norwalk Agreement*» (IASB, 2002). Entre os resultados práticos desse acordo, de referir-se o desenvolvimento de um projeto conjunto entre os referidos organismos normalizadores para a publicação de uma EC comum, doravante designada EC FASB-IASB, tendo os dois primeiros capítulos, relativos ao objetivo do relato financeiro de finalidades gerais e às CQ da informação útil, sido já publicados em setembro de 2010 (IFRS Foundation, 2010a).

O contributo proporcionado pelo IASB (2015) através da criação de normas contabilísticas globais, aliado à conseqüente necessidade de eliminação de assimetrias nas regras e práticas nesta

---

<sup>1</sup> O termo «harmonização», habitualmente utilizado pelo International Accounting Standards Committee (IASC) desde a sua fundação, foi substituído por «convergência» aquando da sua reestruturação em 2000 para o IASB (Saudagaran, 2009). Enquanto o primeiro se refere à redução de diferenças, o segundo implica a criação de normas contabilísticas globais, aludindo ambos, no entanto, ao mesmo fenómeno e visando o incremento da comparabilidade (*ibid.*). Contudo, o termo harmonização continua a ser utilizado na literatura (Christensen e Lee, 2007; Nobes e Parker, 2008; Saudagaran, 2009; Beke, 2011 e Pocrnjić e Pervan, 2013). Nesta dissertação, os termos «harmonização», «harmonização da Contabilidade», «harmonização do relato financeiro» ou «harmonização da informação financeira», acompanhados, ou não, da designação «internacional» atendem ao mesmo conceito anteriormente referido.

<sup>2</sup> Organismo emissor de normas contabilísticas e de relato financeiro nos Estados Unidos da América (EUA), frequentemente designadas por *United States Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP).



área, materializa-se na atual extensão da adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS)<sup>3</sup>.

Um levantamento recente da IFRS Foundation (2015a) abrangendo 138 jurisdições representativas de 97% do produto interno bruto (PIB) a nível mundial, apontam para a existência de 114 que obrigam (83% das 138) o uso das IFRS para todas ou para a maioria das entidades listadas em mercados regulamentados, ao que se adicionam 14 que obrigam ou permitem (cerca de 10% das 138) o uso das IFRS a algumas dessas mesmas entidades. Nesse âmbito, e para tais entidades, é evidente a existência de uma harmonização em fase avançada na UE no que ao relato financeiro diz respeito, particularmente desde o advento do Regulamento (Comissão Europeia (CE)) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, relativo à adoção obrigatória das IFRS endossadas pela UE por parte das entidades legalmente obrigadas à elaboração de contas consolidadas com valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados europeus desde o período financeiro com início em 1 de janeiro de 2005. O referido Regulamento permitia ainda aos estados-membros (EM) o alargamento do âmbito de aplicação das referidas normas a outras entidades, designadamente, no contexto da elaboração das contas consolidadas de outras entidades não abrangidas pela obrigação anteriormente referida.

Porém, diferentes fatores económicos, políticos, culturais e legais originam diferentes sistemas contabilísticos (Choi e Meek, 2011). Essa divergência de sistemas traduz-se na existência de diversos obstáculos e desafios que se colocam à harmonização internacional, designadamente, a dicotomia *principles versus (vs.) rules based standards*, a ausência de um modelo de demonstrações financeiras (DF), os problemas de tradução e os métodos alternativos previstos nas normas.

Desse modo, torna-se importante avaliar o impacto de tais fatores, nomeadamente, a presença de diferenças relevantes derivadas da cultura, na comparabilidade do relato financeiro a nível internacional, e bem assim no processo de harmonização ambicionado pelos principais organismos normalizadores e *stakeholders*. Aliás, a importância atribuída a esse fator é evidente pela extensa literatura existente desde o trabalho publicado por Hofstede (1980), que identificou quatro dimensões culturais que viriam, posteriormente, a ser utilizadas por Gray (1988) no

---

<sup>3</sup> O termo IFRS é habitualmente utilizado pelo IASB em sentido mais abrangente, isto é, para designar não exclusivamente as normas de mesmo título, mas também todo o conjunto normativo publicado e/ou emitido pelo IASB, composto pelas *International Accounting Standards* (IAS), IFRS e interpretações relacionadas, a saber, as *Standing Interpretations Committee* (SIC) e *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), respetivamente. Por simplificação, esta designação será igualmente utilizada neste trabalho e deve ser entendida dessa forma, salvo quando se referir expressa e especificamente ao conteúdo de um normativo com tal designação, situação que será devidamente indicada com o número e título da norma em causa.

desenvolvimento de quatro valores culturais associados à Contabilidade: o profissionalismo, a uniformidade, o conservadorismo e o secretismo.

O modelo de Gray (1988) tem, inclusivamente, suportado a investigação realizada na área nas últimas décadas (Baydoun e Willett, 1995; Chanchani e Willett, 2004; Douppnik e Riccio, 2006; Tsakumis, 2007; Teixeira e Silva, 2009; Albuquerque, Almeida e Texeira Quirós, 2011; Albuquerque e Marcelino, 2013; Carvalho, Albuquerque, Texeira Quirós e Justino, 2015).

Paralelamente, a adoção generalizada das IFRS, consideradas *principle based standards*, contrariamente às normas emanadas pelo FASB (*rules based standards*), reforça a importância da análise dos impactos do julgamento profissional sobre o relato financeiro por parte de distintos intervenientes, especialmente, preparadores e auditores, aspetos que não devem ser descurados quer por organismos reguladores, quer por organismos normalizadores, com atuação local ou internacional.

### **1.1 Justificação, relevância, problemas e objetivos da investigação**

Esta investigação têm por base duas áreas temáticas aparentemente distintas, mas que apresentam alguns pontos de convergência: os valores culturais no âmbito da subcultura da Contabilidade e as CQ da informação financeira.

No âmbito da primeira, a questão central relaciona-se com a necessidade de aferir o impacto dos fatores culturais no relato financeiro europeu, tendo em conta o já avançado estado do processo de harmonização internacional. De referir-se que os distintos interesses dos *stakeholders* refletidos no reporte financeiro, aliado aos divergentes padrões culturais, contribuem para a existência de divergências que influem diretamente no procedimento de convergência contabilística internacional. Tais divergências no relato financeiro são materializadas, designadamente, na variedade de definições dos elementos das referidas DF, de critérios de reconhecimento de tais elementos ou na preferência por bases de mensuração díspares.

As CQ divulgadas na EC, segunda área temática desta investigação, constituem-se como os elementos que orientam os conceitos subjacentes à preparação e apresentação das DF, de modo a que a informação financeira cumpra os seus objetivos. Efetivamente, a utilidade da Contabilidade encontra-se diretamente dependente da utilidade que lhe for reconhecida pelos diversos utilizadores do relato financeiro. Por sua vez, o adequado cumprimento dos objetivos deste último constitui um dos propósitos subjacentes à necessidade do estabelecimento de uma EC enquanto referencial teórico transversal ao sistema contabilístico-normativo.

Assim, na vertente cultural importa recordar que, não obstante a importância dos modelos desenvolvidos por Hofstede (1980) e por Gray (1988) para a investigação em Contabilidade, particularmente direcionada para a temática da cultura, são-lhes reconhecidas diversas limitações, sobretudo de carácter concetual e metodológico.

A adequabilidade de algumas das críticas expostas é, inclusivamente, corroborada por Hofstede (2002, 2003). Contudo, o impacto na investigação contabilística transcultural (*cross-cultural*) das críticas realizadas ao modelo Hofstede-Gray, revelou-se muito baixo (Joannides, Wickramasinghe, Berland, 2012). Nesse sentido, importa igualmente avaliar a aplicabilidade da classificação dos valores contabilísticos propostos por Gray (1988) ao contexto contabilístico contemporâneo.

A relevância da presente investigação alicerça-se, ainda, na importância da proposta de avaliação dos valores culturais que separam os países no âmbito da Contabilidade a partir de novos indicadores, pouco sugerida na literatura, tendo em conta a antiguidade dos índices de valores culturais propostos, nomeadamente, por Hofstede (1980) e por Gray (1988).

Noutro contexto, refira-se que as CQ previstas na EC do IASB, conforme refere a IFRS Foundation (2010a), constituem os atributos de que se deve revestir o relato financeiro de modo a torná-lo útil à tomada de decisão, apresentando-se, por isso, relevantes na prossecução dos propósitos que norteiam o processo de harmonização internacional. No âmbito da atual EC do IASB, as CQ apresentam-se classificadas entre fundamentais e de reforço, através de uma abordagem de hierarquização entre esses dois grupos. De referir que a primeira EC do IASB, datada de 1989<sup>4</sup>, encontra-se em processo de revisão conjunta a partir de um projeto levado a cabo entre o FASB e o IASB (EC FASB-IASB), o que introduz maior relevância na condução desta investigação.

A pertinência atribuída pelo próprio IASB à EC, particularmente, através do desenvolvimento da designada «*Framework-based teaching approach to teaching IFRSs* [...]» (IFRS Foundation, 2010: 1) adiciona relevância à presente investigação no concernente à temática da divulgação de CQ, em particular. De harmonia com tal abordagem, o ponto de partida na formação em IFRS deve ser o objetivo subjacente à informação financeira e os conceitos associados a esse, constantes da mencionada EC (*ibid.*).

---

<sup>4</sup> As referências realizadas neste trabalho à antiga EC do IASB, datada de 1989, são relativas ao IASC Foundation (1989).

O recente estudo sobre as CQ desenvolvido por Nobes e Stadler (2014) apresenta-se pioneiro nesse campo, na medida em que desenvolve uma análise comparativa internacional no intuito de avaliar as características explícita e frequentemente referidas pelos gestores aquando da escolha e alteração das políticas contabilísticas adotadas. Distintamente, na medida em que esta dissertação objetiva aferir a existência de diferenças relacionadas com o grau de divulgação de CQ presentes no relato financeiro, este estudo pretende obter indícios acerca da importância relativa de determinadas CQ, revestindo-se de utilidade para os organismos normalizadores. Não sendo este, contudo, o objetivo final da presente dissertação, para além do estabelecimento de relações com fatores económicos-financeiros que distinguem as entidades, a relação entre a divulgação de CQ no relato financeiro e os valores culturais no âmbito da subcultura da Contabilidade não será descurada. Tal elemento apresenta-se, nesse contexto, como um fator de inovação inserido nesta investigação, materializando assim a proposta teórica da «relevância cultural da Contabilidade» enfatizada, designadamente, por Baydoun e Willett (1995).

Face ao exposto, na base dos objetivos propostos e, conseqüentemente, das hipóteses definidas, estiveram reunidas as seguintes questões de investigação:

- Considerando o avançado estágio de harmonização na UE, terá ainda a cultura um papel relevante no processo de elaboração do relato financeiro?
- Será o relato financeiro influenciado por distintos fatores económico-financeiros<sup>5</sup> e passível de distinção em função de agrupamentos regionais<sup>6</sup>?
- Haverá relação entre os valores culturais, como proposto na literatura, e entre estes e o nível de divulgação das CQ que se revela no relato financeiro?

Em síntese, os objetivos desta dissertação apresentam-se em dois planos distintos, embora complementares: por um lado, pretende-se aferir a eventual existência de associação ou distinção dos valores culturais em função de agrupamentos regionais ou fatores económico-financeiros; por outro, visa-se avaliar se tais fatores influenciam, de igual forma, a divulgação de CQ no relato financeiro. Na sequência, e no intuito de analisar a relação entre as duas áreas temáticas em análise, a existência de uma eventual conexão entre cada um dos valores culturais, bem como a eventual relação entre tais elementos e a divulgação de CQ, serão igualmente alvo de análise nesta investigação.

---

<sup>5</sup> Conceção, doravante apresentada, referente a elementos de índole económica e financeira característicos das diversas entidades, nomeadamente, a dimensão, o endividamento e a rentabilidade.

<sup>6</sup> Este conceito, doravante apresentado, refere-se à classificação dos sistemas contabilísticos propostos no modelo de Gray (1988) e desenvolvidos em função das áreas culturais identificadas.

## 1.2 Metodologia geral

Intrinsecamente conexas com os objetivos propostos para a presente investigação, foram formuladas hipóteses de modo a aferir a existência de associações estatisticamente significativas entre as variáveis dependentes (VD) ou explicadas, por um lado, e a existência de diferenças ou associações estatisticamente significativas entre estas últimas e as variáveis independentes (VI) ou explicativas então selecionadas, por outro. Assim, nas VD constam, por um lado, três dos valores culturais identificados por Gray (1988), nomeadamente, a uniformidade, o conservadorismo e o secretismo e, por outro, as CQ da informação financeira, tal como definidas na EC FASB-IASB. Os fatores identificados na literatura, onde se incluem, os agrupamentos regionais selecionados e alguns fatores de ordem económico-financeira que distinguem as entidades foram utilizados como as VI desta investigação.

Na sequência, foram formuladas quatro hipóteses (H) de carácter geral que preconizam:

- **H1 (H3):** a eventual distinção entre os valores culturais (o nível de divulgação de CQ) em função dos agrupamentos regionais ou a associação dos referidos valores (o nível de divulgação de CQ) com os fatores económico-financeiros que distinguem as entidades;
- **H2:** a eventual associação entre os valores culturais; e
- **H4:** a eventual associação entre os valores culturais e o nível de divulgação de CQ.

A partir destas hipóteses gerais foram concebidas distintas sub-hipóteses operacionais.

A metodologia de investigação foi a análise de conteúdo, aplicada aos relatórios e contas consolidados anuais divulgados pelas entidades cotadas (grupos não financeiros) nos seguintes índices bolsistas, pertencentes a mercados financeiros da UE: PSI-20, IBEX-35, FTSE-100, DAX-30 e OMX-S30. O período de recolha de dados compreende os anos de 2013 e 2014.

A população final desta investigação, após a aplicação de critérios de exclusão concebidos de modo a garantir a comparabilidade da informação recolhida, é constituída por 137 entidades com valores mobiliários admitidos à cotação nos índices anteriormente referidos, pertencentes, respetivamente, às bolsas de valores de Lisboa, Madrid, Londres, Frankfurt e Estocolmo, por referência a 31 de Dezembro de 2014.

A análise estatística aplicada compreende a utilização de técnicas de análise estatística descritiva univariadas, nomeadamente, medidas de tendência central e frequências relativas, e técnicas não-paramétricas bivariadas, onde se incluem as análises de associação e de diferenças baseadas na correlação de Spearman e nos testes de Mann-Whitney U, do Qui-quadrado e de McNemar.

### 1.3 Estrutura da dissertação

A presente dissertação é constituída por cinco capítulos distintos.

Neste primeiro capítulo, **Introdução**, expõe-se a problemática subjacente à investigação, bem como os objetivos propostos, o objeto, a justificação, a relevância, a metodologia geral e, por fim, a estrutura da dissertação.

No segundo capítulo, **Enquadramento teórico**, é apresentada a revisão da literatura relacionada com as temáticas inerentes a esta investigação, nomeadamente: a harmonização contabilística internacional, na qual se inclui a exposição das suas vantagens, obstáculos, desafios e o enquadramento de Portugal nesse processo; a associação entre a Contabilidade e o julgamento profissional (estudos relacionados); e as CQ da informação financeira, englobando quer a relação entre a EC e as CQ quer estudos relativos a estas últimas.

O terceiro capítulo, **Hipóteses e metodologia**, compreende, por um lado, as hipóteses formuladas neste estudo tendo em conta os objetivos propostos, encontrando-se esta primeira secção segmentada em 5 subsecções, a saber: os valores culturais, a divulgação de CQ, a relação entre os valores culturais e as CQ e, por último, os agrupamentos regionais e os fatores económico-financeiros enquanto variáveis explicativas. Por outro lado, uma segunda secção deste capítulo compreende a metodologia aplicada, na qual se expõe a definição das variáveis, a caracterização da população, as fontes de informação e o período do estudo e, por fim, as técnicas estatísticas utilizadas.

O quarto capítulo, **Apresentação e discussão dos resultados**, apresenta os resultados identificados à luz das hipóteses propostas para esta dissertação, e identificadas no capítulo anterior, acrescentando-se uma análise à validade da *proxy* utilizada para a aferição dos valores culturais como VD, considerando o seu carácter inovador.

Finalmente, no quinto capítulo, **Conclusões, limitações e sugestões de investigação futura**, apresentam-se, em linha com os resultados obtidos, as conclusões subsequentes ao estudo empírico realizado, as limitações inerentes e, igualmente, as propostas para investigações futuras passíveis de serem realizadas nesta área de investigação.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo visa, através da revisão de literatura, e tendo em conta os objetivos propostos na secção 1.1, suportar sob uma vertente teórica as hipóteses formuladas no capítulo 3, dividindo-se em três subcapítulos: a harmonização contabilística internacional, a Contabilidade e o julgamento profissional (estudos relacionados) e as CQ da informação financeira.

### 2.1 A harmonização contabilística internacional

O uso de um padrão contabilístico internacional contribui, de forma notória, para a redução das assimetrias de informação que se revestem de carácter marcadamente prejudicial, visto que incrementam o custo do capital e diminuem a precisão das previsões económico-financeiras (Beke, 2011).

Não obstante, a necessidade de harmonização do relato financeiro, conceito amplamente debatido na literatura, não é consensual (Pocrnjić e Pervan, 2013). Nobes e Parker (2008: 75) definem harmonização como: «[...] *a process of increasing the compatibility of accounting practices by setting bounds to their degree of variation* [...]» enquanto Beke (2011: 39) se refere a este fenómeno como «[...] *reduction of alternatives while retaining a high degree of flexibility in accounting practices* [...] *[which] allows different countries to have different standards as long as the standards do not conflict*».

Aliás, Nobes e Parker (2008) distanciam este conceito de outro, a estandardização, que implica a eliminação por completo das alternativas contabilísticas no reflexo de transações económicas e outras operações. Por exemplo, na mensuração de alguns ativos existem métodos alternativos como o custo histórico ou custo de reposição, não se registando, pela utilização diferenciada de tais métodos, por empresas de distintas nacionalidades, qualquer violação ao processo harmonizatório (*ibid.*).

Por outro lado, é relevante uma outra noção, a de normalização, que na Europa é habitual ser utilizada como sinónimo de estandardização, mas que na opinião de Barbu (2004) se situa a um nível intermédio entre os dois anteriormente aqui abordados, apresentando-se mais rígida e com menor número de possibilidades de escolha comparativamente à harmonização.

Relativamente à estandardização, esta última visa a uniformidade total, ao almejar a criação de uma única regra, de aplicação universal (Barbu, 2004; Cañibano e Mora, 2000). Não obstante, embora por vias diferentes, tanto a harmonização (com métodos e regras contabilísticas

alternativas) como a normalização (com escassez de métodos e regras contabilísticas alternativas) têm como objetivo a comparabilidade.

Nesse sentido, a dicotomia entre uma maior flexibilidade em detrimento da uniformidade ou a existência, ou não, de opções com o intuito de atingir a comparabilidade, tem gerado um amplo debate na literatura contabilística, destacando-se a década de 1930 como a data a partir da qual se atingiu maiores proporções, sobretudo nos EUA (Flynn, 1965). Nessa discussão, os defensores da flexibilidade argumentam que devem ser atendidas as circunstâncias específicas de cada empresa, por exemplo, no caso de esta dispor de ativos cujos benefícios económicos sejam superiores nos primeiros anos de vida, permitir a aplicação de um método de depreciação que reflita essa realidade, rejeitando a utilização do método da linha reta como única hipótese (Zeff, 2007).

Assim, a diferença entre uniformidade e comparabilidade, enquanto características da informação financeira é perceptível através dos conceitos acima expostos, isto é, enquanto a primeira está intrinsecamente relacionada com a standardização (e a rigidez, outra característica desta noção), a segunda associa-se à harmonização e normalização (Barbu, 2004). Refira-se, no entanto, que o ponto de vista da uniformidade tem sido defendido pela Securities and Exchange Commission (SEC)<sup>7</sup> (Zeff, 2007).

Saliente-se que, na sua maioria, os investigadores concordam acerca da existência de necessidade de harmonização internacional (Flemming, 1991 e Taylor, 1987). Porém, existem pontos de vista contraditórios relativamente à referida necessidade, como aliás Hoarau (1995) defende, argumentando que esse processo resultou na diminuição evidente da função social da Contabilidade. Isto devido ao facto de se ter desenvolvido predominantemente através do modelo anglo-saxónico (especialmente o americano), desrespeitando o ambiente social, económico e cultural de outros sistemas contabilísticos.

Assim, o autor propõe o desenvolvimento de um sistema contabilístico internacional que preveja uma única abordagem contabilística e que, simultaneamente, permita a simbiose com os sistemas contabilísticos nacionais (incluindo *benchmarking* dos internacionais), garantindo, desse modo, a comparabilidade internacional das DF.

Sob o mesmo ponto de vista, Samuels e Oliga (1982) realçam o carácter prejudicial do processo harmonizatório para os países subdesenvolvidos, dado que as IFRS estão desenhadas para

---

<sup>7</sup> Agência Federal dos EUA cuja missão é a regulação dos mercados de valores mobiliários nesse país com o intuito de proteger os investidores, garantir a eficiência dos mercados e facilitar a formação de capital (SEC, 2014).

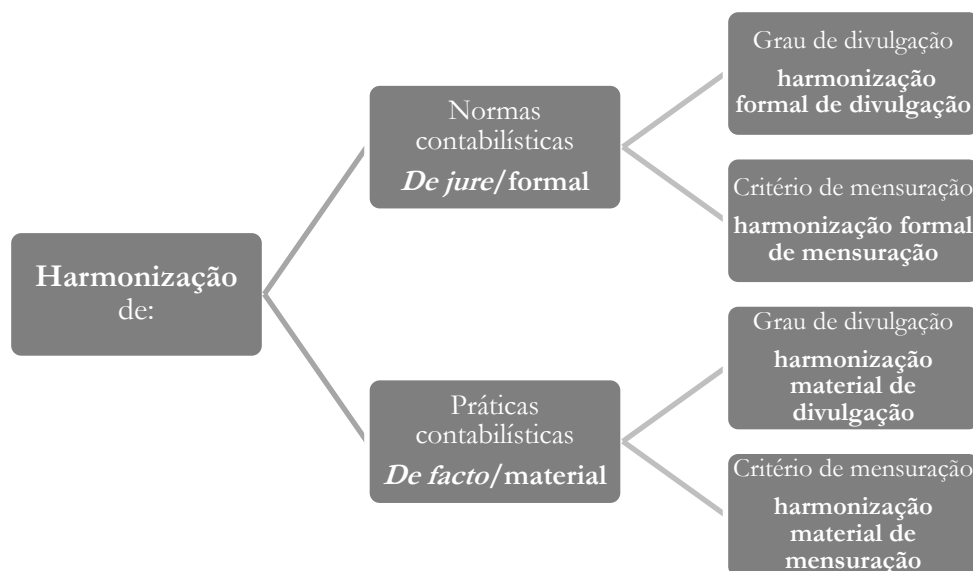


transações que têm probabilidade reduzida ou nula de acontecer nesses países, ou seja, as suas necessidades específicas requerem normas nacionais dotadas de menor complexidade.

Na mesma linha de pensamento, Goeltz (1991) destaca a racionalidade dos investidores, ao conseguirem ultrapassar as assimetrias das normas contabilísticas e analisar a real performance económico-financeira e as oportunidades de investimento. Em sua opinião, os normativos nacionais revelam-se suficientes para esse propósito, não existindo uma verdadeira necessidade de convergência internacional.

No âmbito da harmonização contabilística internacional, Van der Tas (1988) classificou este fenómeno sob dois pontos de vista distintos: a harmonização *de jure* ou formal e a harmonização *de facto* ou material. Assim, enquanto a primeira se refere à harmonização das normas contabilísticas, a segunda alude ao aumento da comparabilidade despoletado precisamente a partir de uma maior conformidade das práticas contabilísticas (Cañibano e Mora, 2000).

Adicionalmente, ressalte-se que a distinção entre ambos os tipos de harmonização é facultada pelo grau de divulgação e critério de mensuração (*ibid.*). Nesse sentido, esta última pode ocorrer sem que se verifique a harmonização formal, sendo este fenómeno denominado de «harmonização espontânea» (*ibid.*). O conceito de harmonização é observável na Figura 2.1:



**Figura 2.1** Conceito de harmonização.

**Fonte:** Adaptado de Cañibano e Mora (2000: 31)

Outra definição de harmonização material é exposta por Cañibano e Mora (2000) ao considerarem que se traduz na aplicação do mesmo método contabilístico, em circunstâncias

iguais, numa mesma operação, incrementando a divulgação de informação financeira e dotando o relato financeiro de maior comparabilidade. Neste âmbito, Van der Tas (1988) revelou-se pioneiro no método concebido para medição da harmonização internacional *de facto*, desenvolvendo três índices distintos: o H de harmonização nacional, o I de harmonização internacional e o C de comparabilidade (Cañibano e Mora, 2000).

Após este progresso, outros estudos se debruçaram sobre a medição da harmonização *de jure* (Emenyonu e Gray, 1992 e Emenyonu e Gray, 1996).

Neste sentido, Nobes e Parker (2008) utilizam um exemplo prático para ilustrar como a harmonização pode ser alcançada sem a uniformidade. Assim na mensuração de inventários, particularmente no apuramento do custo industrial de produção, se duas normas, ao invés de obrigarem (ambas) à utilização de um dos métodos, *first-in-first-out* (FIFO) ou *last-in-first-out* (LIFO), caso em que se estaria perante a uniformidade *de jure*, obrigassem à divulgação de informação no anexo sobre o método não utilizado, alcançar-se-ia a harmonização *de facto* plena sem a uniformidade *de facto* plena. Isto devido ao facto de ambos os métodos serem passíveis de aplicação.

Sobre este mesmo assunto, Tay e Parker (1990) referem que, tendo em conta a conveniência da harmonização internacional e as dificuldades envolvidas na mensuração desse processo, a harmonização *de facto* revela-se mais apropriada que a *de jure*, traduzindo-se em estudos acerca da evolução da primeira ao longo do tempo.

Foi precisamente o que Cañibano e Mora (2000) realizaram, ao analisar as DF de 83 empresas multinacionais, no tocante a quatro aspetos controversos em termos de comparabilidade (impostos diferidos, *goodwill*, *leasing* e conversão em moeda estrangeira) com o intuito de aferir acerca da existência de um processo de harmonização espontânea na UE. Assim, colmatando uma falha presente nos anteriores estudos empíricos acerca da aplicação do índice C, concluem pela efetiva existência de harmonização *de facto* (espontânea).

Não obstante, o processo de harmonização formal, materializado pela adaptação das regras contabilísticas nacionais às diretivas, revela-se insuficiente para essas entidades, enquanto *global players* (*ibid.*).

Por conseguinte, é evidente a pressão que a existência desse processo de harmonização *de facto* exerce no intuito de alcançar a harmonização formal, sobretudo para este género de empresas cujas características as tornam menos facilmente influenciadas por fatores nacionais específicos, exigindo dos organismos reguladores uma estratégia neste âmbito (*ibid.*).

Tal estratégia foi posteriormente efetivada com a publicação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 relativo à adoção/aplicação obrigatória das IFRS pelas entidades legalmente obrigadas à elaboração de contas consolidadas com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, desde o período financeiro iniciado a 1 de janeiro de 2005.

A propósito da harmonização internacional, Nobes e Parker (2008) destacam um organismo em específico pelo seu papel de impulsionador deste processo: o IASB (e o IASC na sua anterior estrutura).

O mencionado IASC, foi criado em 1973 por organismos contabilísticos de nove países, nomeadamente, Alemanha, Austrália, Canadá, França, EUA, Holanda, Japão, México e Reino Unido, em resultado da necessidade de harmonização, visto que dispunham das suas próprias práticas contabilísticas ou *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP) (Zeff, 2012).

Desse modo, construiu durante 27 anos de existência (1973-2000) os alicerces para a reformulação do mapa mundial do reporte financeiro operado pelo IASB, desde a sua criação até hoje (*ibid.*).

Também o FASB tem oferecido o seu contributo para este processo, destacando-se, num processo de convergência assumido com o IASB, a emissão do *Norwalk Agreement* cujo compromisso era: «[...] *make their existing financial reporting standards fully compatible as soon as is practicable*» (Zeff, 2012: 826) e, adicionalmente, o International Organization of Securities Commissions (IOSCO), organização internacional dos organismos reguladores dos mercados financeiros (*ibid.*).

Nesta temática é oportuno referir a visão da IFRS Foundation (2014) ao considerar que, devido à qualidade das IFRS, confirmada pelo uso nos mercados financeiros de países desenvolvidos e em desenvolvimento, estas tornaram-se na norma global *de facto* direcionada para o relato financeiro. Aliás essa visão é materializada na extensão atual de jurisdições que obrigam ou permitem a adoção das IFRS, conforme elucidado no capítulo 1.

Importa também relevar o estudo desenvolvido por Tarca (2004), que aborda precisamente o processo de convergência internacional no âmbito da adoção voluntária de práticas contabilísticas, partindo de uma amostra de empresas estrangeiras e domésticas cotadas no Reino Unido, França, Alemanha, Japão e Austrália.

A partir daí, conclui que, de forma significativa, os normativos internacionais são utilizados voluntariamente nesses países e que a escolha entre as US GAAP e as IAS/IFRS depende do país de origem dessas companhias, relevando-se contudo a predominância dos primeiros

normativos nessa escolha. Adicionalmente refere que a maior adoção das IFRS reflete a diversidade de EC existentes em cada país, confirmando isso a função primordial que os reguladores nacionais e os organismos normalizadores têm no auxílio às empresas, com o intuito de alcançar informação internacional mais comparável.

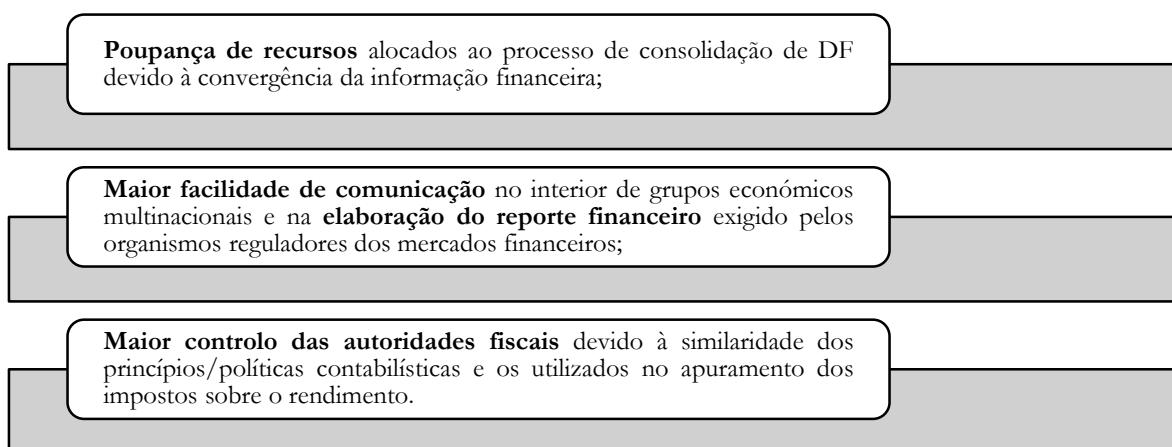
No que diz respeito ao processo de convergência aqui abordado é de destacar a perspectiva da IFRS Foundation (2012a: 28) que se refere a este conceito como: « [...] *an appropriate short-term strategy for a particular jurisdiction and may facilitate adoption over a transitional period*», destacando que o objetivo último é efetivamente a adoção das IFRS, não podendo o processo de convergência substituir esta última. Para tal, revela-se necessária a cooperação de todas as organizações internacionais envolvidas.

A subsecção seguinte resume os principais benefícios e obstáculos identificados na literatura associados ao processo de harmonização contabilística internacional.

### 2.1.1 Vantagens e obstáculos

O benefício de maior relevância decorrente do processo de harmonização é indubitavelmente o incremento da comparabilidade do relato financeiro, que contribui para a fiabilidade da informação financeira estrangeira e remove um dos maiores obstáculos à mobilidade do capital (Diaconu e Coman, 2008). Tal benefício originará o aumento da eficiência dos mercados, especificamente através da adoção das IFRS que eliminam os ajustamentos que os analistas financeiros historicamente realizavam (Ball, 2006).

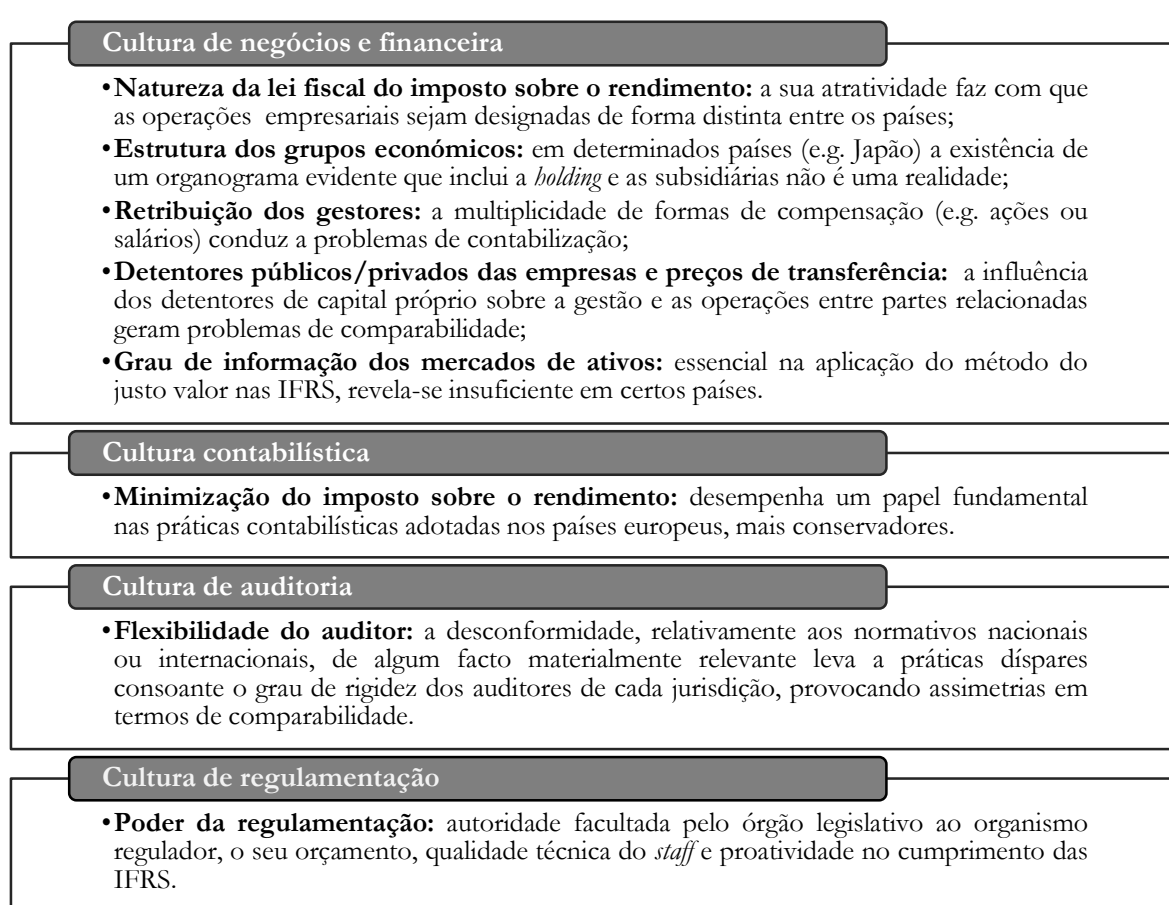
De facto, a quantidade de benefícios referenciados na literatura é vasta. A Figura 2.2 identifica algumas das vantagens decorrentes do processo de harmonização contabilística internacional:



**Figura 2.2** Vantagens da harmonização internacional.

**Fonte:** Adaptado de Diaconu e Coman (2008) e Almeida, Dias, Albuquerque, Carvalho e Pinheiro (2010)

Entre as vantagens elencadas refira-se o estudo de Tarca (2012), que efetua uma investigação acerca dos benefícios das IFRS desde a sua proliferação em 2005. Assim, realiza uma revisão de, aproximadamente, 100 estudos académicos e encontra evidências de que, quando adotadas de forma consistente e rigorosa, essas normas internacionais melhoram a qualidade da informação financeira, contribuindo ainda para que os investidores tomem melhores decisões e, bem assim, para o incremento da eficiência dos mercados e do investimento estrangeiro. A conclusão da melhoria do relato é também corroborada por Stergios e Laskaridou (2008) e Franco, Kothari e Verdi (2009). Em contraponto, Navarro-Garcia e Bastida (2010), no contexto particular de adoção das IFRS em Espanha, e tendo em conta que não se trata de um país anglo-saxónico na perspetiva do qual essas foram desenvolvidas, destacam que em alguns casos as entidades falham na aplicação da ótica custo-benefício. Desse modo, conduz à sua menor aplicação e, em última análise, à diminuição da qualidade do reporte financeiro. No mesmo sentido, Zeff (2007) alerta para as dificuldades indutoras de distorções no processo convergência internacional, classificando-as em 4 culturas distintas, conforme observável na Figura 2.3:



**Figura 2.3** Obstáculos à harmonização internacional.

Fonte: Adaptado de Zeff (2007)

No entendimento de Nobes e Parker (2008) existem ainda outras barreiras ao processo de convergência contabilística, nomeadamente:

1. **a inexistência de um organismo regulador a nível internacional:** a sua acção é dificultada pela falta de organismos profissionais com elevado poder em alguns países, contudo é ultrapassada relativamente às empresas cotadas, no caso das jurisdições que obrigam à utilização das IFRS, colocando tais entidades no âmbito do IOSCO.
2. **o nacionalismo:** manifesta-se na falta de vontade de contabilistas e empresas, e mesmo dos próprios Estados, que não tencionam perder a sua soberania e ainda no desinteresse pelo conhecimento de outros sistemas contabilísticos;
3. **os efeitos económicos:** variam em função do país, influenciando as decisões dos organismos normalizadores;
4. **a dimensão das assimetrias de comparabilidade:** causadas pela existência de sistemas contabilísticos internacionais, isto é, a dicotomia «*shareholder*/imagem verdadeira e apropriada» e «credor/fisco/conservadorismo» constitui um impedimento que, para ser ultrapassado, exige uma significativa mudança de mentalidade e na lei;

Contudo, de acordo com este autor, o obstáculo que exerce maior oposição ao processo de harmonização é o último supracitado. Nessa temática, Saudagaran (2009) sugere ainda um outro entrave, o histórico debate identificado no ponto seguinte, a saber:

5. **a dicotomia *principles vs. rules based standards*:** as IFRS constituem um exemplo de normativos baseados em princípios enquanto as US GAAP são consideradas alicerçadas em regras, o que se traduz num importante obstáculo ao processo de convergência internacional. No sentido inverso, Schipper (2003) defende que estas últimas são, de uma forma geral, baseadas em princípios. Contudo, o elevado nível de detalhe incluído na orientação da implementação e tratamento de exceções tornam-as aparentemente baseadas em regras (*ibid.*).

A propósito deste último impedimento, é de salientar que se trata de uma temática controversa e sobre a qual não existe consenso na literatura. Assim, os defensores das *rules based standards* argumentam que os preparadores da informação financeira necessitam de toda a orientação possível, a fim de não extravasarem os limites legais na implementação dessas normas, ao passo que os favoráveis às *principle based standards* referem que estas últimas têm maior probabilidade de refletir a substância de uma transação, visto que requerem a utilização do julgamento profissional pelos preparadores, auditores e reguladores. Desse modo, o sistema contabilístico

ideal seria aquele onde se verificasse a simbiose perfeita entre os princípios e regras de elevada qualidade (*ibid.*).

O colapso da empresa norte-americana *Enron Corporation*, em 2001, constituiu um marco importante na história deste debate, uma vez que criou uma oportunidade para que os normativos baseados em princípios fossem vistos como a ferramenta corretiva para as US GAAP (Bratton, 2004). Nesse sentido, em 2003 o SEC (2003) sugeriu a adoção de normativos baseados em princípios, em consequência da excessiva quantidade de regras existentes nas normas acima referidas que encorajava a engenharia financeira e, bem assim, resultando em DF com menor grau de informação e baixo de veracidade. Essa sugestão foi incluída na estratégia de definição das normas do FASB.

Contudo, Benston, Bromwich e Wagenhofer (2006) defendem que o formato e o conteúdo das normas são interdependentes, exemplificando que o justo valor utilizado para a mensuração de ativos e passivos permitido pelo FASB é frequentemente baseado em preços de mercado que não são relevantes (passíveis de aplicação) e confiáveis (revestidos de objetividade), o que torna a relação entre este e as *principle based standards* inconsistente, uma vez que exige significativa orientação para o exercício do julgamento profissional.

Ainda nesta temática, Nobes (2004a) identificou seis áreas contabilísticas nas quais existem regras detalhadas (benefícios dos empregados, ativos financeiros, *leasing*, subsídios do governo, subsidiárias e o método de equivalência patrimonial). De acordo com o mesmo autor, a complexidade das normas relativamente a tais matérias, manifestada por exemplo na existência de demasiados métodos opcionais, poderia ser reduzida através da adoção de um princípio adequado na EC. Assim, as normas tornar-se-iam menos complexas, aumentando por conseguinte a comparabilidade.

A próxima subsecção explanará os desafios que se colocam à harmonização contabilística internacional, detalhadamente, o efeito dos fatores económicos, políticos, culturais e legais, a relação entre os valores contabilísticos e as dimensões culturais, o julgamento profissional, a ausência de um modelo de DF, os problemas de tradução e os métodos alternativos previstos nas normas.

### **2.1.2 Desafios**

Uma vez que a Contabilidade é influenciada pelo meio envolvente onde se insere, diferentes fatores económicos, políticos, culturais e legais originam diferentes sistemas contabilísticos. Portanto, torna-se imperiosa a análise de tais fatores, dadas as suas implicações no processo de

harmonização internacional e bem assim nas assimetrias existentes no relato financeiro (Choi e Meek, 2011).

Nesse sentido, Mueller (1967 *apud* Gray 1988)<sup>8</sup> propôs quatro abordagens distintas acerca do desenvolvimento contabilístico em países ocidentais com economias de mercado, abordadas também, posteriormente, por Choi e Meek (2011) e por Nobes e Parker (2008):

- ✓ **abordagem macroeconómica:** as práticas contabilísticas derivam e são desenhadas para atingir os objetivos macroeconómicos. Por exemplo, se a intenção for manter o emprego estável, evitando a flutuação causada pelos ciclos económicos, isso resultará em práticas contabilísticas que suavizem o rendimento. O sistema contabilístico da Suécia desenvolveu-se segundo esta abordagem;
- ✓ **abordagem microeconómica:** baseia-se nos princípios microeconómicos, nas empresas individualmente consideradas, cujo principal objetivo é a sobrevivência, sendo a Contabilidade vista como uma ramo empresarial. O sistema contabilístico holandês é um exemplo desta abordagem;
- ✓ **abordagem disciplinar independente:** a Contabilidade está orientada numa vertente prática, direccionada para servir as necessidades dos seus utilizadores, lidando com a complexidade e incerteza do mundo empresarial. Esta perspetiva prevalece nos EUA e no Reino Unido; e
- ✓ **abordagem uniforme:** a Contabilidade apresenta-se como um instrumento eficiente de administração/controlado, pautando-se pela uniformidade no reconhecimento, mensuração, divulgação e apresentação. Na generalidade esta abordagem verifica-se nos países onde o Governo tem elevado envolvimento no planeamento económico e a Contabilidade é utilizada, por exemplo, na arrecadação de impostos e na alocação de fundos (e.g. França).

Nobes e Parker (2008: 55) referem-se aos sistemas contabilísticos como «[...] *financial reporting practices used by a company*». Assim, a classificação desses, isto é, a Contabilidade comparativa internacional traz ganhos evidentes ao analisar a harmonização internacional em termos de necessidade e progresso.

---

<sup>8</sup> MUELLER, Gerhard G. - **International Accounting**. Nova Iorque: Collier Macmillan Ltd, 1967. ISBN 978-0023846106.



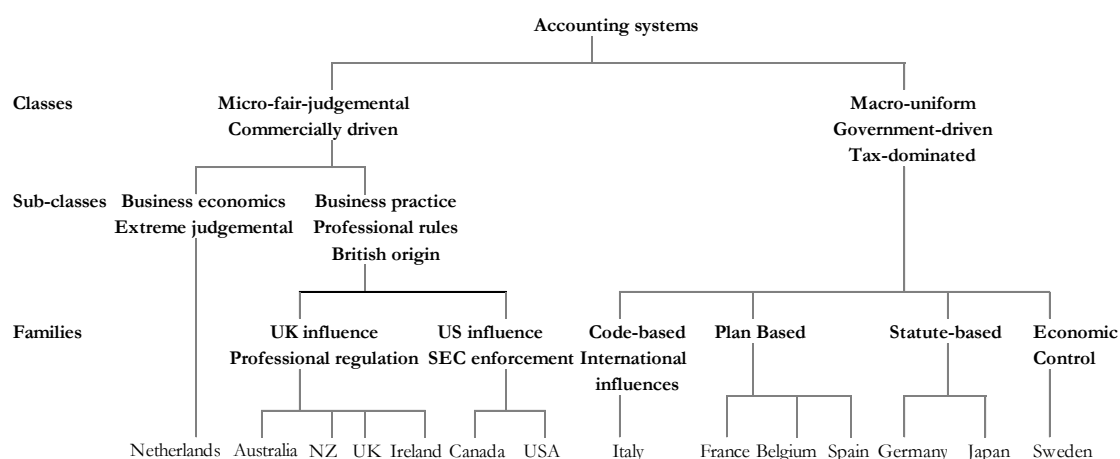
Outra distinção relativamente aos sistemas contabilísticos internacionais é relatada por Choi e Meek (2011), em função do sistema legal nacional, nomeadamente, os países da *common law* e os da *code law*, como sintetiza o Quadro 2.1:

**Quadro 2.1** Classificação do sistema legal nacional.

Classificação do sistema legal nacional		
	<i>Common law</i>	<i>Code law</i>
Caracterização	Orientação para: - <i>fair presentation</i> - transparência e <i>full disclosure</i> - separação entre a Fiscalidade e a Contabilidade	Orientação para: - legalidade - opacidade e <i>low disclosure</i> ; - alinhamento entre a Fiscalidade e a Contabilidade
Fonte de Financiamento	Mercados financeiros (reporte financeiro direcionado para os investidores)	Banca e Governo (reporte financeiro direcionado para a proteção dos credores)
Organismo normalizador	Setor privado (organismos profissionais têm elevada influência)	Setor público (organismos profissionais têm fraca influência)
Países	Grã-Bretanha (originário), Austrália, Índia, EUA e Malásia	Europa continental e antigas colónias na Ásia, África e América

**Fonte:** Adaptado de Choi e Meek (2011)

Nesta temática, Nobes (1983) propôs a classificação dos países ocidentais desenvolvidos por práticas de relato financeiro das empresas públicas<sup>9</sup>, em termos de diferenças de mensuração e avaliação de ativos, nomeadamente, a importância da influência da lei ou da economia, concebendo um modelo hierarquizado, como observável através da Figura 2.4:



**Figura 2.4** Classificação dos sistemas contabilísticos.

**Fonte:** Nobes e Parker (2008: 65)

<sup>9</sup> Empresas cotadas em bolsas de valores cujas DF se encontram geralmente acessíveis e cujas práticas podem ser mais facilmente analisadas devido à divulgação realizada (Nobes e Parker, 2008).

Assim, Nobes e Parker (2008), no intuito de justificar as assimetrias fundamentais de longo prazo existentes entre os diversos sistemas contabilísticos nacionais, identificaram diversos fatores que, embora desenhados para países desenvolvidos possuidores de características económicas semelhantes, são igualmente aplicáveis aos em desenvolvimento, desde que ponderado o respetivo grau de desenvolvimento económico<sup>10</sup>, como se pode observar pelo Quadro 2.2:

**Quadro 2.2** Fatores de diferenciação dos sistemas contabilísticos.

1	Tipo de utilizadores do reporte financeiro de entidades cotadas
2	Grau de detalhe das leis/normas e de exclusão do julgamento profissional
3	Importância das leis fiscais na mensuração
4	Conservadorismo/prudência (e.g. mensuração de edifícios, inventários, devedores)
5	Práticas de consolidação
6	Relutância no reconhecimento de provisões e habilidade para o alisamento de resultados
7	Uniformidade na aplicação das disposições normativas entre empresas

**Fonte:** Adaptado de Nobes e Parker (2008)

A classificação dos sistemas acima referidos passou por um processo evolutivo, destacando-se um estudo em especial, da autoria de d'Arcy (2001) que, não obstante a validade da classificação concebida, verificou-se comprometida pela inadequação dos dados (Nobes, 2004). Todavia, mantém-se como de referência na literatura, conforme observável na Figura 2.4.

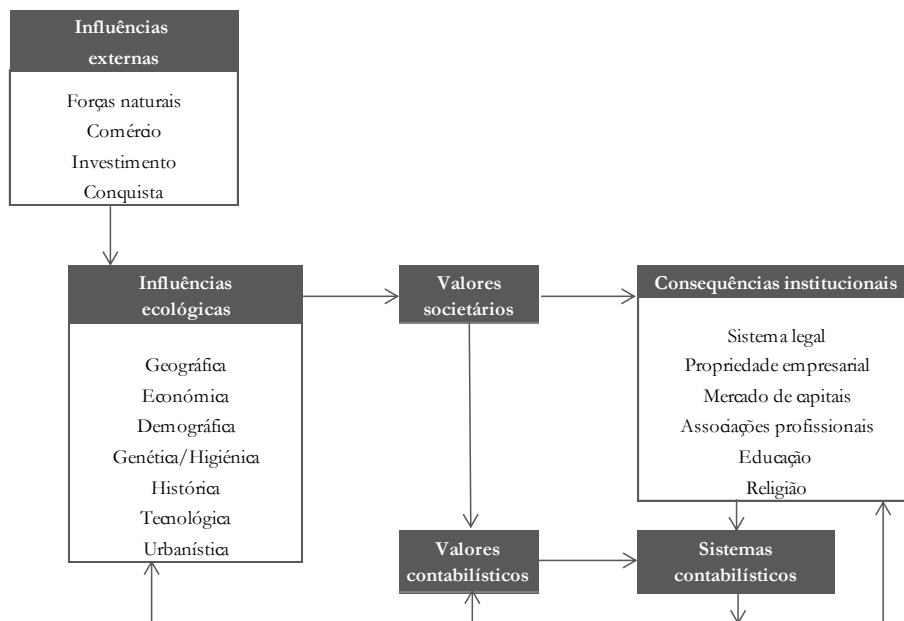
Outro importante desafio à harmonização internacional destacado na literatura é a cultura, definida como « [...] *the collective programming of the mind which distinguishes the members of one group or society from those of another*» (Hofstede, 1984: 82). O estudo realizado por Hofstede (1980) através de 116.000 questionários conduzidos por psicólogos e dirigidos a trabalhadores da International Business Machines Corporation (IBM), uma empresa multinacional norte-americana a operar em 39 países, culminou na identificação de quatro dimensões culturais<sup>11</sup>, que posteriormente se viriam a tornar essenciais na análise da influência da cultura na Contabilidade. Tais dimensões culturais encontram-se definidas do seguinte modo:

<sup>10</sup> Refere-se ao reduzido número de empresas públicas existente nos países em desenvolvimento, o que dificulta a sua inclusão na classificação dada a inexistência de relatórios financeiros publicados (Nobes e Parker, 2008).

<sup>11</sup> Outras dimensões foram identificadas em estudos posteriores: orientação de curto prazo *vs.* longo prazo - quinta dimensão (Hofstede e Bond, 1988) e, mais recentemente, a sexta denominada indulgência *vs.* restrição (Hofstede, 2011). Não obstante, ambas carecem de associação à Contabilidade.

1. **individualismo vs. coletivismo:** aborda o grau de interdependência entre a sociedade e os seus indivíduos, numa oposição entre o individualismo, no qual a estrutura social é pouco unida, e o coletivismo, onde esta se apresenta muito unida;
2. **grande vs. pequena distância do poder:** descreve a forma como a sociedade lida com as desigualdades sociais, sendo que nas sociedades com elevada distância ao poder cada indivíduo aceita a sua posição na ordem hierárquica, em oposição àquelas em que existe pequena distância a esse, nas quais os indivíduos se esforçam pela sua equalização;
3. **forte vs. fraca aversão ao risco:** aborda a reação dos membros de uma sociedade relativamente ao risco e à incerteza no tocante ao futuro, adoptando uma postura de tentativa de controlo sobre esse ou passiva; e
4. **masculinidade vs. feminilidade:** engloba a função social dos sexos numa cultura, sendo que, em determinadas sociedades, se maximiza a diferença cultural entre esses, prevalecendo a assertividade dos homens e o carinho das mulheres enquanto noutras sociedades essa diferença é minimizada, sendo homens e mulheres assertivos e carinhosos.

Posteriormente, Gray (1988) promove a ligação do estudo de Hofstede (1980) com a Contabilidade, relacionando a cultura, os valores sociais e os sistemas contabilísticos, conforme observável na Figura 2.5:



**Figura 2.5** Transposição do modelo de Hofstede (1980) para o modelo de Gray (1988).

**Fonte:** Gray (1988: 7)

A partir da referida ligação, Gray (1988) propôs quatro valores contabilísticos verificados ao nível da subcultura da Contabilidade, a saber:

- I. **profissionalismo vs. controlo legal:** descreve a dicotomia existente entre, por um lado, a preferência pelo julgamento profissional e a manutenção da auto-regulação profissional e, por outro, o cumprimento das exigências legais e o controlo estatutário. Assim, representa um valor contabilístico relevante devido à generalização do julgamento profissional realizado pelos profissionais da Contabilidade a nível mundial (embora diferindo o seu grau consoante o país), contribuindo, desse modo, para o debate existente nos países ocidentais acerca da necessidade de regulação pública desses profissionais ou da regulação privada, com autocontrolo;
- II. **uniformidade vs. flexibilidade:** relata a preferência pela uniformidade na aplicação das políticas contabilísticas e pela consistência na sua utilização a nível temporal contrapondo com a flexibilidade, atendendo às circunstâncias específicas de cada empresa. Este valor contabilístico engloba ainda a comparabilidade entre as empresas;
- III. **conservadorismo vs. otimismo:** descreve a preferência por uma abordagem cautelosa perante a incerteza de eventos passíveis de ocorrer no futuro, por oposição a uma abordagem otimista e arriscada de raciocínio. A abordagem fortemente conservadora é característica dos preparadores de informação financeira de países da Europa Ocidental, como a França e a Alemanha, enquanto nos EUA e no Reino Unido esses preparadores revelam-se menos conservadores, tanto nos procedimentos contabilísticos como na mensuração de ativos, a título de exemplo; e
- IV. **secretismo vs. transparência:** aborda a preferência pela confidencialidade e restrição na divulgação de informação acerca do negócio apenas para aqueles diretamente envolvidos na gestão/financiamento (*low-disclosure*), ao invés de uma abordagem dotada de maior transparência (*full-disclosure*). Este valor contabilístico está inter-relacionado com o anterior, o conservadorismo, na medida em que ambos envolvem uma abordagem prudente acerca do relato financeiro, na sua generalidade.

Na sequência da ligação acima citada, Gray (1988) relacionou os valores contabilísticos com as dimensões culturais preconizadas por Hofstede (1980) através da formulação das quatro hipóteses descritas na sequência:

- H1:** Quanto maior for o posicionamento de um país relativamente à dimensão cultural do individualismo e menor relativamente a outras como a aversão ao risco e a distância do poder então mais provável será o seu posicionamento em termos de profissionalismo;

**H2:** Quanto maior for o posicionamento de um país relativamente às variáveis culturais de aversão ao risco e distância do poder e menor em termos de individualismo então mais provável será o seu posicionamento em termos de uniformidade;

**H3:** Quanto maior for o posicionamento de um país relativamente à variável cultural de aversão ao risco e menor relativamente às de individualismo e masculinidade então mais provável será o seu posicionamento em termos de conservadorismo; e

**H4:** Quanto maior for o posicionamento de um país relativamente às variáveis culturais de aversão ao risco e distância do poder e menor relativamente às de individualismo e masculinidade então mais provável será o seu posicionamento em termos de secretismo.

As hipóteses acima explanadas representam a interpretação da relação entre os valores contabilísticos e as dimensões culturais, como se pode observar pelo Quadro 2.3:

**Quadro 2.3** Relação entre os valores contabilísticos e as dimensões culturais.

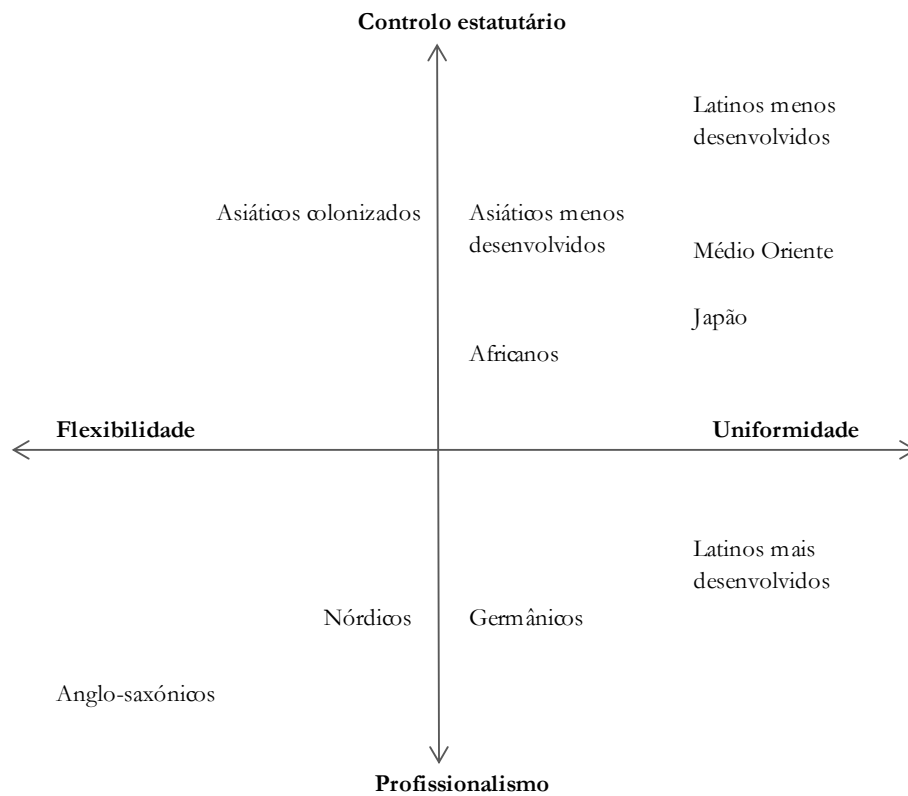
Dimensões Culturais	Valores culturais			
	Profissionalismo	Uniformidade	Conservadorismo	Secretismo
Individualismo	+	-	-	-
Aversão ao risco	-	+	+	+
Distância do poder	-	+	•	+
Masculinidade	•	•	-	-

Nota: + indica uma relação direta entre as variáveis; - indica uma relação inversa; • indica ausência de relação.

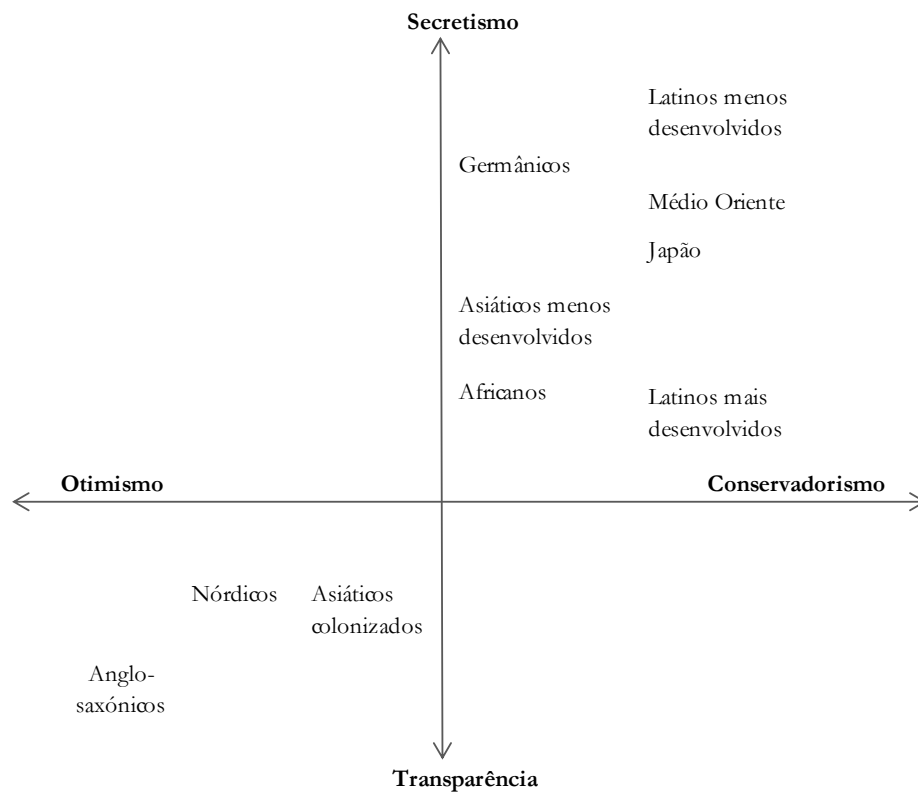
**Fonte:** Adaptado de Choi e Meek (2011: 36)

No mesmo contexto, Gray (1988) promove uma hierarquização dos valores acima explanados ao nível da subcultura contabilística, destacando o individualismo e a aversão ao risco como de maior importância, seguidos da distância do poder e, posteriormente, como de menor importância, a masculinidade.

A classificação dos sistemas contabilísticos pelos critérios da autoridade e aplicação, por um lado, e da mensuração e divulgação, por outro, são observáveis, por essa ordem, nas Figuras 2.6 e 2.7:



**Figura 2.6** Sistemas contábilísticos: Autoridade e aplicação.  
**Fonte:** Gray (1988: 12)



**Figura 2.7** Sistemas contábilísticos: Mensuração e divulgação.  
**Fonte:** Gray (1988: 13)

Gray (1988) propôs, assim, a classificação dos sistemas contabilísticos de acordo com áreas culturais, destacando-se a posição dos países anglo-saxónicos (onde se incluem os EUA, o Reino Unido e a Austrália) que apresentam, relativamente à autoridade e aplicação, elevados níveis de flexibilidade e de profissionalismo, em contraponto com os países latinos menos desenvolvidos (onde Portugal se encontra incluído), caracterizados pela uniformidade e controlo legal. Adicionalmente, os valores culturais relacionados com as práticas de mensuração e de divulgação, o conservadorismo e o secretismo, originaram outra classificação dos sistemas contabilísticos, fazendo-se novamente a oposição entre os países anglo-saxónicos e os países latinos menos desenvolvidos, que exibem elevados níveis de secretismo e de conservadorismo. Não obstante o contributo para a investigação científica proporcionado Hofstede (1980), esse estudo tem sido alvo de variadas críticas, designadamente Gernon e Wallace (1995) que se referem à limitação da sua aplicabilidade noutros contextos, uma vez que a amostra é constituída por uma única empresa, especificamente a IBM.

De igual forma, McSweeney (2002) alude, entre outras críticas: i) à desatualização e conseqüente obsolescência dos dados recolhidos para essa entidade; ii) à insuficiência dos referidos dados, na medida em que a informação recolhida no estudo acerca das subsidiárias de uma entidade não é passível de generalização para as culturas nacionais iii) inadequação da metodologia utilizada, o questionário, para mensuração das diferenças culturais.

Também Baskerville (2003), em linha com McSweeney (2002), censura o pressuposto assumido por Hofstede de que a cada nação corresponde uma cultura diferente, quando em sua opinião, existem variadas culturas no interior de cada país - subculturas. Além disso, critica também a quantificação do conceito de cultura com base em dimensões numéricas e matrizes (*ibid.*).

Posteriormente, Hofstede (2002, 2003), em resposta a McSweeney (2002) e Baskerville (2003), reconhece, numa perspetiva autocrítica, a possibilidade de aplicação de outras metodologias de investigação no estudo das diferenças culturais e a desadequação da utilização da nação enquanto unidade no estudo da cultura.

Todavia, Joannides *et al.* (2012), numa investigação que intenta aferir a influência das críticas ao modelo Hofstede-Gray na investigação contabilística transcultural, concluem que o efeito se revelou muito baixo, dado que das publicações realizadas após 1999, 53,5% ainda eram suportadas em Hofstede (dos quais 26,3% em Hofstede (1980)).

Noutro contexto, Heidhues e Patel (2011), através do estudo de caso da Alemanha, criticam a inquestionável aceitação dos investigadores da metodologia de Gray (1988), considerada demasiado simplista. Desse modo, preconizam a importância da consideração de fatores

contextuais, nomeadamente, legais, políticos, sociais, históricos e económicos dos países, no contexto da investigação contabilística internacional.

A ausência de modelos de DF, no âmbito das normas internacionais, constitui outro importante desafio à convergência contabilística internacional, não obstante a existência de estruturas utilizadas de uma forma generalizada pelas entidades que aplicam estes normativos (Ernst & Young, 2014 e Deloitte Touche Tohmatsu, 2014).

Por outro lado, a tradução das normas internacionais, especificamente as IFRS, para a língua materna dos países adotantes foi identificada como uma barreira à convergência contabilística por 20% dos investidores/utilizadores das DF dos 59 países que compunham a amostra do inquérito realizado pelas 6 maiores consultoras a nível internacional (Larson e Street, 2004). Aliás, a mesma investigação aponta a tempestividade dessa tradução como um fator crucial na resolução dos problemas que atualmente a harmonização contabilística enfrenta, o que tem um efeito especialmente nefasto em países não pertencentes à UE, onde essa publicação é mais demorada. Os autores alertam igualmente para a necessidade de uma educação de elevada qualidade com o intuito de aplicação de conhecimentos teóricos/práticos nas línguas desses países (*ibid.*).

Destaque-se, neste sentido, o contributo de Evans (2004), ao realçar que a equivalência total na tradução de línguas é rara, advindo implicações para a Contabilidade em termos dos erros de tradução relacionados com termos técnicos.

A propósito da problemática das traduções na UE, nomeadamente das IFRS para a língua portuguesa, Fernandes (2007) destaca as diversas dificuldades/limitações inerentes, nomeadamente: a necessidade de rigor técnico-jurídico e independência e, por outro lado, o facto de a correspondência na terminologia contabilística entre a língua portuguesa e a inglesa ser unívoca e multívoca, não existindo uma biunívoca que minimize a complexidade deste processo.

Outros estudos se debruçaram sobre esta problemática da tradução dos normativos contabilísticos, tal como Kettunen (2011) que na sua investigação aborda especificamente o trabalho realizado pelo Translation Review Committee (RC) na tradução das IFRS e a influência exercida pelos organismos reguladores e profissionais. Nesse sentido, as temáticas incluídas no estudo versam acerca do seguinte: a complexidade inerente e o compromisso dos participantes no processo em atingir o texto língua-alvo; *trade-off* entre a lealdade formal às normas originais e a sua legibilidade e, por último, conhecimento sobre a Contabilidade enquanto elemento essencial do sucesso subjacente a este processo (*ibid.*).



Baskerville (2011), corroborando acerca da complexidade mencionada, refere que inclusive na mesma linguagem os conceitos contabilísticos são percebidos distintamente pelos diferentes grupos como os preparadores da informação financeira, académicos, entre outros. Então, quando em causa se encontra a existência de línguas diferenciadas, a problemática assume ainda maior proporção (*ibid.*).

Os métodos alternativos previstos nas normas contabilísticas constituem outro desafio à harmonização. Desse modo, Bartov e Bodnar (1996) defendem que os gestores ao objetivarem maximizar o valor da sua entidade, tendem a selecionar métodos contabilísticos que minimizem o grau de assimetria de informação divulgado para o mercado. Isto para diminuir os custos de transação que a informação assimétrica acarreta e o conseqüente incremento das taxas de rendibilidade exigidas, bem como, em última análise, a diminuição da sua cotação bolsista. Porém saliente-se que a escolha referida tem por base um critério de custo-benefício (*ibid.*).

Na mesma linha de investigação, Bowen, DuCharme e Shores (1995) identificaram incentivos, adicionais aos existentes na literatura, justificativos da escolha dos métodos contabilísticos utilizados, dos quais se destacam:

- a) **Bónus contratuais:** acordos de compensação baseados no resultado contabilístico que se encontram positivamente relacionados com a seleção, por parte da gestão, de métodos contabilísticos que incrementem esse resultado;
- b) **Poupança fiscal:** a redução da carga fiscal inerente à utilização de um método de custeio em específico encontra-se positivamente associada à sua escolha pela gestão; e
- c) **Dimensão da empresa:** encontra-se negativamente associada à opção por um método contabilístico capaz de incrementar o resultado contabilístico.

O conhecimento dessas motivações revela-se essencial para os organismos normalizadores realizarem o *trade-off* entre a flexibilidade permitida e a divulgação requerida nos normativos e também para os utilizadores da informação financeira que necessitam conhecê-las para a sua tomada de decisão (*ibid.*).

Nesta temática, saliente-se a flexibilidade tácita no normativo nacional, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), especificamente através da possibilidade de utilização de métodos subsequentes alternativos, designadamente: ativos fixos tangíveis e intangíveis (modelo do custo ou da revalorização, §29 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF)<sup>12</sup> 7

---

<sup>12</sup> As referências associadas às NCRF realizadas ao longo do presente trabalho são relativas às recentemente homologadas através da publicação do Aviso n.º 8256/2015, salvo indicação expressa em contrário.

e §73 da NCRF 6) e propriedades de investimento (modelo do justo valor ou modelo do custo, §29 da NCRF 11).

A subsecção seguinte iniciará com um enquadramento histórico da normalização contabilística em Portugal no contexto da UE, passando por uma breve abordagem acerca dos normativos nacionais vigentes, semelhanças e divergências entre estes e os normativos internacionais, culminando com uma perspetiva futura que inclui, em particular, a Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013.

### **2.1.3 Portugal e a harmonização contabilística internacional (UE)**

O Plano Oficial de Contabilidade (POC) foi introduzido em Portugal em 1977 através da publicação do Decreto-Lei (DL) n.º 47/77 de 7 de fevereiro que criou também a Comissão de Normalização Contabilística (CNC). Posteriormente foi alvo de duas relevantes reformulações:

- ❖ em 1989, em resultado da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) e consequente obrigatoriedade de ajustamento dos normativos nacionais aos comunitários, especificamente à Diretiva n.º 78/660/CEE (4ª Diretiva) – DL n.º 410/89 de 21 de novembro;
- ❖ em 1991, derivada da transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 83/349/CEE (7ª Diretiva) – DL n.º 238/91 de 2 de julho.

A Diretiva n.º 78/660/CEE constituiu a primeira de cariz contabilístico a vigorar na UE (então designada por CEE) sendo relativa às contas anuais<sup>13</sup> de certas formas de sociedades, nomeadamente as sociedades anónimas e as sociedades de responsabilidade limitada. Posteriormente foi publicada a Diretiva n.º 83/349/CEE, versando sobre as contas consolidadas, já levando em linha de conta a necessidade de coordenação entre a legislação nacional sobre esta temática com o intuito de atingir os objetivos de comparabilidade da informação financeira.

Ao longo da vigência do POC e, adicionalmente, às alterações acima mencionadas, outras se registaram objetivando aproximar o normativo nacional e o internacional. É nesse contexto que surge a Diretiva n.º 2003/51/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Junho de 2003 relativa à modernização das diretivas contabilísticas, transposta pelo DL n.º 35/2005 de 17 de fevereiro para o ordenamento jurídico nacional, alterando as Diretivas supracitadas

---

<sup>13</sup> Por contas anuais, expressão tipicamente utilizada em diplomas emanados da UE, deve entender-se as contas das entidades apresentadas individualmente, por oposição, portanto, às contas consolidadas.

(Diretiva n.º 78/660/CEE e Diretiva n.º 83/349/CEE). Este DL estabelece a possibilidade prevista no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 de aplicação em Portugal das IFRS às entidades sujeitas ao POC nas suas contas consolidadas e, suplementarmente, no caso de contas individuais, quando tais entidades estejam incluídas no âmbito de sociedades que já elaborem, obrigatória ou facultativamente, as suas contas consolidadas de acordo com essas normas.

Para além da alteração acima referida destaca-se igualmente a introdução das Diretrizes Contabilísticas (DC), algumas das quais visavam também o alinhamento com as IFRS, destacando-se, por exemplo, a DC n.º 13 (CNC, 1993) concernente ao conceito de justo valor e a DC n.º 27 (CNC, 2000) respeitante ao relato por segmentos.

Por sua vez, o Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão de 3 de novembro de 2008 introduz as IFRS vigentes na UE, na sequência do preconizado pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002.

No contexto dessa evolução da legislação comunitária, e com a revisão do modelo de normalização nacional iniciado em 2003 pela CNC em Portugal, foi introduzido em 2010 o SNC, baseado nas IFRS e instituído pelo DL n.º 158/2009 de 13 de julho, que simultaneamente procede à revogação do POC. Posteriormente à publicação do SNC, que contemplava desde o início um regime específico para as designadas «pequenas entidades» (PE), foram introduzidos dois novos regimes contabilísticos no panorama nacional: o regime de Normalização Contabilística para as Microentidades (NCM), autónomo face ao SNC, embora baseado no mesmo; e o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), integrante, por sua vez, do SNC.

O DL n.º 98/2015 de 2 de junho procedeu à transposição da Diretiva n.º 2013/34/UE para o ordenamento jurídico interno, introduzindo alterações, com carácter de imprescindibilidade, ao DL n.º 158/2009, consideradas as opções permitidas aos EM e com vista a garantir a segurança jurídica e estabilidade para os preparadores e *stakeholders* da informação financeira. Nesse sentido, a incorporação no SNC das disposições relativas às ESNL e às microentidades, a redução das divulgações presentes nas NCRF e a alteração dos limites para categorização das empresas constam entre as alterações de maior relevância. Note-se que as modificações introduzidas ao SNC pelo aludido DL são aplicáveis aos períodos iniciados em 1 de janeiro de 2016 ou durante este ano civil (art. 15º do DL n.º 98/2015, conforme artigo 53º da Diretiva n.º 2013/34/UE).

Na sequência do DL n.º 98/2015 procedeu-se à republicação do código de contas (Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho) e dos modelos de DF (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho),

registrando-se alterações de denominação das contas e linhas das DF, bem como inserção ou eliminação dessas linhas para atender, na maioria dos casos, aos preceitos da já mencionada Diretiva. Por exemplo, o capital subscrito e não realizado passa a constar do ativo e o capital subscrito, ainda que não realizado na integralidade, do capital próprio, à semelhança do estabelecido aquando da vigência do POC. Além disso, foram homologadas as Normas Interpretativas (NI) através do Aviso n.º 8258/2015 de 29 de julho e a EC (Aviso n.º 8254/2015 de 29 de julho)<sup>14</sup>.

Assim, o atual SNC incorpora no seu âmbito os seguintes conjuntos normativos:

- ✓ **O designado «regime geral» do SNC**, aplicando as referidas entidades as 28 NCRF previstas para este regime, inserido pelo DL n.º 158/2009, alterado pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto; pelo DL n.º 36-A/2011 de 9 de março; e pelas Leis n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro e 83-C/2013 de 31 de dezembro. Foi igualmente modificado pelo DL n.º 98/2015, tendo as NCRF sido homologadas pelo Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho;
- ✓ **O regime das PE**, aplicando tais entidades a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades (NCRF-PE). Este regime foi introduzido pelo DL n.º 158/2009, alterado pela Lei n.º 20/2010 (alargamento do conceito de PE) e, mais recentemente, pelo Aviso n.º 8257/2015 de 29 de julho;
- ✓ **A NCM**, aplicando tais entidades a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Microentidades (NC-ME). Tal regime teve início com o advento da Lei n.º 35/2010 de 2 de setembro, aprovado pelo DL n.º 36-A/2011. Este regime foi recém-integrado no SNC pelo DL n.º 98/2015 e nesse seguimento homologado pelo Aviso n.º 8255/2015 de 29 de julho; e
- ✓ **O regime das ESNL**, estabelecido pelo DL n.º 36-A/2011 de 9 de março. Tais entidades aplicam a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL). O referido regime foi reintegrado no SNC pelo DL n.º 98/2015 e homologado na sequência da publicação do Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

---

<sup>14</sup> As referências à EC realizadas nesta dissertação são relativas à recentemente estabelecida pelo Aviso n.º 8254/2015, salvo indicação expressa em contrário.

Não obstante os normativos integrantes do SNC se encontrarem alicerçados nas IFRS, constata-se algumas diferenças entre aqueles normativos e as normas internacionais, nomeadamente:

- I. No que diz respeito às DF, de referir a existência de modelos padrão preconizados no SNC (já abordado na subsecção 2.1.2), bem como da terminologia utilizada para os itens que integram as referidas demonstrações, contrariamente ao que acontece nas IFRS, onde tais modelos não existem e as terminologias e conteúdos subjacentes às DF apresentam-se como meramente indicativos; refira-se ainda a existência de diferenças em termos da apresentação e da definição do conjunto completo de DF;
- II. Sobre o código de contas, de referir-se que o SNC estabelece um código de contas devidamente estruturado, contrariamente às IFRS, que não prevêem qualquer estrutura de código de contas;
- III. Por fim, relativamente ao conteúdo das normas persistem algumas divergências, em alguns casos, provocada pela desatualização do SNC face às mais recentes emanadas pelo IASB (designadamente, no tratamento dos custos dos empréstimos obtidos e nas participações financeiras em entidades conjuntamente controladas); outras divergências foram deliberadamente inseridas pelos legisladores nacionais à data da entrada em vigor do SNC ou decorrem de requisitos impostos pela Diretiva n.º 2013/34/UE, já antes aludida; por outro lado, a existência de um regime específico para as PE e para as microentidades no âmbito do SNC resultaram em algumas simplificações face às IFRS e, em alguns casos, também com a IFRS *for small and medium enterprises* (IFRS *for* SMEs), não sendo nenhum daqueles normativos integralmente comparável com este, do mesmo modo que o regime das PE e a NCM correspondem a simplificações de conteúdos previstos no designado regime geral do SNC.

No que diz respeito ao ponto I, refira-se que existe uma terminologia diferenciada, particularmente, em relação ao balanço, DR e anexo que correspondem respetivamente à demonstração da posição financeira no final do período, demonstração dos resultados (DR) e/ou uma demonstração do rendimento integral do período e Notas (§ 10 da IAS 1).

Relativamente ao ponto II, no caso dos normativos nacionais existem planos de contas aprovados que conferem rigidez ao sistema contabilístico nacional, aprovados pela Portaria n.º 218/2015 e aplicáveis aos diversos regimes previstos no SNC. Por oposição, nos normativos internacionais constata-se a ausência dos referidos planos, ainda que especificamente no reporte da informação contabilística prevista na Informação Empresarial Simplificada (IES) seja

utilizado como referência para as IFRS o código de contas aplicável ao regime geral SNC/PE (Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), 2014).

No que concerne ao ponto III, registam-se vários exemplos de divergências entre as normas nacionais e as internacionais. Desde logo, a diferença deliberada relativa ao reconhecimento de subsídios governamentais não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis que, segundo o parágrafo 23 da NCRF 22 é reconhecido diretamente no capital próprio, enquanto na IAS 20 são apresentados na demonstração da posição financeira como rendimento diferido ou deduzindo o valor do subsídio ao custo do ativo, sendo esta a quantia escriturada deste último (Regulamento (CE) n.º 1126/2008 e Aviso n.º 8256/2015). Enquadram-se ainda nesse contexto as diferenças subjacentes à mensuração de participações financeiras no contexto da elaboração das contas individuais (normativos nacionais) e das contas separadas (normativo internacional).

Outras diferenças, derivadas, por sua vez, de atualizações das normas internacionais, podem ser encontradas no que diz respeito, tendo em conta as recentes atualizações das normas em projetos desenvolvidos conjuntamente com o IASB, ao tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros (IF) e das participações financeiras e consolidação (designadamente, nesse âmbito, o conceito de controlo).

A propósito dos pontos anteriores, destaque-se a existência de uma IFRS *for* SMEs, que deriva do reconhecimento do IASB das dificuldades de preparação da informação financeira para as entidades que não possuem valores mobiliários admitidos à negociação (ou, simplificada, entidades não cotadas), tendo como princípio norteador o critério de custo-benefício (IFRS Foundation, 2010a e PricewaterhouseCoopers (PwC), 2009).

Adicionalmente surge da perceção do IASB de que as vantagens decorrentes do processo de harmonização contabilística internacional não se confinam às entidades com valores mobiliários admitidos à negociação (IASC Foundation, 2007).

Desse modo, os benefícios subjacentes à comparabilidade da informação financeira encontram-se conexos, sobretudo, com as questões de financiamento empresarial realizado por instituições bancárias multinacionais a entidades não cotadas.

Porém, também com relacionamentos empresariais, visto que tais entidades têm relações comerciais com fornecedores internacionais e estas necessitam de aceder à sua informação financeira por forma a prever a capacidade de cumprir os compromissos (e.g. vendas realizadas a crédito) (*ibid.*).

Nesse sentido, mais de 80 jurisdições já adotaram ou propuseram um plano para a adoção das IFRS *for SMEs* nos próximos 3 anos, como é observável na Figura 2.8 (IFRS Foundation, 2012):



**Figura 2.8** Adoção internacional das IFRS para SME.

**Fonte:** IFRS Foundation (2012: 5)

O tópico seguinte apresentado pretende particularizar os conceitos relativos aos pressupostos, atributos e qualidades da informação financeira, particularmente, as CQ, vertidas, designadamente, embora não em exclusivo, na EC, estabelecendo comparações entre o normativo nacional e internacional nessa matéria.

De referir-se, em matéria de relato financeiro, a recente emissão pela UE da já referida Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 relativa às DF anuais, às DF consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, revogando as 4ª e 7ª Diretivas. A Diretiva baseia-se no princípio «pensar primeiro em pequena escala» que visa, numa ótica de custo-benefício, evitar custos administrativos desproporcionados para as pequenas empresas, limitando os EM a exigir um reduzido número de divulgações através de notas adicionais às notas obrigatórias.

Como preconizado pela CNC (2012), a referida Diretiva pretende, entre outros, atingir os seguintes objetivos: redução de encargos administrativos das pequenas empresas; simplificação dos procedimentos de relato financeiro; e redução da informação divulgada nas notas anexas às DF.

Não obstante a referência específica na própria Diretiva (§ 10, Preâmbulo) à necessidade de harmonização na UE dos requisitos relativos às pequenas empresas, Correia (2013) defende que não é evidente qualquer preocupação em harmonizar práticas contabilísticas, visando sobretudo impedir que os EM sejam demasiado exigentes em termos de informação contabilística e relato financeiro. Por seu lado, Silva (2014) refere que esta nova legislação comunitária coloca em causa a segurança e credibilidade das DF<sup>15</sup>.

A presente Diretiva tem sido alvo de inúmeras críticas, desde logo pelo facto de divergir substancialmente dos normativos nacionais e, por outro lado, das IFRS, salientando-se as seguintes desvantagens:

- I. a perda de qualidade da informação financeira;
- II. aumento dos encargos administrativos para mais de 98% das empresas portuguesas que atualmente aplicam o SNC e inclusivamente para a administração fiscal; e
- III. desadequação dos limites previstos com a realidade do tecido económico empresarial português, por exemplo, na categorização das empresas e o impacto nefasto que as restrições de divulgação relativas às pequenas empresas impostas pelos EM podem ter na IES (CNC, 2012 e Correia, 2013).

No que concerne à categorização das empresas, constata-se, *lato sensu*, um incremento dos limites respeitantes às microentidades e PE, por forma a que mais pequenas e médias empresas (PME) se enquadrem nestes patamares e beneficiem de um modelo de relato financeiro simplificado. Adicionalmente foram concebidas as categorias de médias e grandes empresas e, em paralelo, o conceito de pequenos grupos cujos limites, para efeitos de dispensa de consolidação de contas, são inferiores aos definidos no artigo 7º do DL n.º 158/2009.

À luz da referida Diretiva, os EM podem dispensar as empresas de aplicar o princípio geral da substância sobre a forma (art. 6º, n.º 3 da Diretiva), elemento integrante da fiabilidade no SNC, o que poderia alterar o reconhecimento inicial da locação financeira como atualmente prevê o parágrafo 20 da NCRF 9 (Silva, 2014). Contudo, verifica-se que essa opção não foi exercida, mantendo-se a aplicação do princípio geral da substância sobre a forma (§ 19 da NCRF 9, Aviso n.º 8256/2015).

---

<sup>15</sup> A Diretiva n.º 2013/34/UE é omissa relativamente à demonstração dos fluxos de caixa e demonstração das alterações no capital próprio, não se encontrando contempladas nas DF anuais exigíveis às PE: balanço, DR e notas às DF (art. 4º, n.º 1).



No que concerne à comparabilidade, em particular, a possibilidade dos EM exigirem/autorizarem diversas informações (opções) faz com que haja o risco de proliferarem diversas formas de relato e prestação de informação em modelos diferenciados consoante os objetivos pretendidos pelos utilizadores, tais como a banca, seguros, administração fiscal, entre outros (Silva, 2014).

Corroborando a já mencionada segurança/estabilidade jurídica para os *stakeholders* referenciada no DL n.º 98/2015, verifica-se que a generalidade das opções previstas na Diretiva n.º 2013/34/UE não foi efetivamente transposta para o SNC, conforme exposto no Quadro 2.4:

**Quadro 2.4** Exemplos de opções da Diretiva: Balanço e DR, DF e Relatórios consolidados.

	Diretiva n.º 2013/34/UE	DL n.º 98/2015 e Aviso n.º 8256/2015
Tema	Opções previstas nos capítulos relativos ao capítulo 3 «Balanço e Demonstração de resultados» e ao capítulo 6 «DF e Relatórios consolidados»	Transposição Direito Nacional
<b>Apresentação do Balanço</b>	Estrutura <b>diferenciada</b> do modelo de apresentação vertical ou horizontal	Não transposto/ Opção não exercida
<b>Estrutura Balanço e DR</b>	<b>Demonstração de desempenho</b> (não baseada em rubricas de resultados)	Não transposto/ Opção não exercida
<b>Inventários</b>	Cálculo do custo de aquisição/produção dos inventários de mercadorias da mesma categoria e de todos os <b>elementos fungíveis</b> <sup>[1]</sup> com base no <b>FIFO, LIFO</b> ou num método que siga as melhores práticas geralmente aceites	Opção pelo <b>LIFO</b> não exercida <sup>[2]</sup>
<b>Concentração de atividades empresariais</b>	Concentração a <b>valores contabilísticos</b> (comunhão de interesses), se o controlo for comum e não transitório. As diferenças apuradas são reconhecidas no <b>capital próprio</b> <sup>[3]</sup>	Não transposto/ Opção não exercida
<b>Consolidação Proporcional</b>	Inclusão nas DF consolidadas de uma empresa <b>excluída</b> da consolidação mas que integra um <b>empreendimento conjunto</b> com outra <b>incluída</b> na consolidação, na proporção aos direitos detidos no capital no correspondente pela empresa incluída na consolidação.	Não transposto/ Opção não exercida
<b>Método de equivalência patrimonial (Associadas)</b>	<b>Método de equivalência patrimonial (MEP) - empresas associadas:</b> Reconhecimento de resultados apenas da <b>proporção atribuível à participação</b> , somente do montante correspondente a <b>dividendos recebidos</b> ou cujo <b>pagamento</b> possa ser <b>exigido</b> . Se o resultado atribuível à participação <b>supere</b> o montante referido, a <b>diferença</b> é colocada numa <b>reserva não passível de distribuição</b> aos acionistas.	Não transposto/ Opção não exercida <sup>[4]</sup>

<sup>[1]</sup> Conceito adicional ao atualmente existente de ativo tangível e intangível (não transposto);

<sup>[2]</sup> Custo dos inventários já atribuído pelo FIFO ou custo médio ponderado (CMP) no SNC;

<sup>[3]</sup> Divergência relativamente ao SNC que estabelece o método da compra (§10, NCRF 14);

<sup>[4]</sup> O SNC prevê a aplicação do MEP na sua forma mais completa ou o método do custo, não contemplando um «modelo simplificado» daquele.

Fonte: Silva (2014) e Diretiva n.º 2013/34/UE

Apresentadas as questões relacionadas com a harmonização contabilística internacional, na secção seguinte expor-se-ão as linhas de investigação com vertente empírica relacionadas com o objeto de estudo da presente dissertação, nomeadamente: o relativismo linguístico, a psicolinguística, as expressões verbais de probabilidade (EVP), as dimensões culturais, o efeito da personalidade no julgamento profissional, a aculturação e a educação contabilística.

## **2.2 A Contabilidade e o julgamento profissional: Estudos relacionados**

Considerando a influência que exerce sobre a Contabilidade, a sua proliferação nos normativos contabilísticos e tendo em conta que representa um desafio premente à harmonização contabilística internacional, o julgamento profissional é definido por Dai (2010: 72) como:

*[...] process that accountants [...] use their professional methods, logic analysis ability and professional experience [to] judge and select the principles, methods, and program when disposing daily accounting items and making financial reports, and facing uncertain accounting items, according to accounting law, standard, and traditions.*

Um estudo realizado por Belkaoui (1978), aliçercado no relativismo linguístico, e tendo por base os valores contabilísticos do secretismo e do conservadorismo definidos por Gray (1988) (já abordados no subcapítulo anterior), analisou a existência de diferentes interpretações, derivadas da cultura, do termo «probabilidade» previsto nas IAS. O investigador concluiu pela existência efetiva de distintas interpretações (lexicais/gramaticais) por parte dos preparadores da informação financeira decorrentes da existência de diferentes códigos linguísticos, sendo o referido estudo utilizado como referência para outros realizados com similar finalidade (Monti-Belkaoui e Belkaoui (1983), Simon (2002), Doupnik e Richter (2003) e Doupnik e Riccio (2006)).

Neste âmbito, Monti-Belkaoui e Belkaoui (1983) desenvolveram uma investigação na área da psicolinguística, a partir da qual pretendiam analisar as diferenças intragrupo de perceções de quatro conjuntos de estudantes: unilingues de francês e inglês e bilingues. As hipóteses foram formuladas tendo por base a teoria do relativismo lógico (por oposição ao universalismo). Os resultados obtidos permitiram precisamente validar essa teoria, concluindo que a perceção de conceitos profissionais difere entre os unilingues de diferentes línguas (entre si) e dos bilingues (*ibid.*).

Não obstante a investigação nesta área no contexto europeu ser ainda recente, destaca-se Simon (2002) que analisou a utilização de 30 EVP, designadamente «virtualmente certo», «possível», «altamente provável», «remoto», «provável» e «razoavelmente certo», extensivamente utilizadas

na Contabilidade mas cuja interpretação é pouco conhecida. Assim, realizou um inquérito aos diretores financeiros das maiores empresas cotadas em bolsa no Reino Unido e dos auditores desse país com o intuito de atribuir intervalos de variação de probabilidades correspondentes a cada EVP. Um dos principais contributos do estudo foi a mensuração da eficiência comunicativa deste tipo de expressões, concluindo que não obstante algumas dessas serem aparentemente similares, revelaram um baixo nível de eficiência. Deste modo, sugere a reavaliação destes últimos termos referidos e conversão em outros de percetibilidade facilitada (*ibid.*).

Por seu lado, Douppnik e Richter (2003) analisaram as mencionadas expressões, todavia isoladamente e descontextualizadas, investigando o efeito da linguagem cultural e da tradução linguística na sua interpretação. Através dos dados recolhidos acerca dos contabilistas públicos certificados norte-americanos e germânicos, realizaram um teste a um grupo de falantes de alemão para avaliação de expressões na sua língua materna e a outro grupo para apreciação daquelas em inglês. Foram obtidas diferenças de interpretação substanciais entre os grupos de diferentes nacionalidades, sendo atribuíveis em maior preponderância à linguagem cultural, comparativamente à tradução. A investigação contribui para a reflexão acerca da possibilidade das IAS serem, ou não, de aplicação generalizada a nível internacional (*ibid.*).

Psaros, Patel e Warnakulasuriya (2003), através de um estudo aplicado aos auditores independentes a exercer na Austrália, concluíram pela inconsistência na aplicação dos normativos derivada das divergências identificadas na interpretação das EVP. E adicionalmente, pela acentuação da variabilidade de interpretações no caso dos auditores mais experientes, comparativamente aos dotados de menor experiência. Por outro lado, não foram encontradas evidências acerca da diferenciada interpretação realizada por auditores das *Big Five* e das restantes empresas (PwC, Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, KPMG e Arthur Andersen<sup>16</sup>).

O estudo supracitado foi adaptado pelos mesmos autores no ano seguinte, ao investigarem o efeito da cultura nacional na interpretação dos termos consignados, em contexto, e considerando especificamente a dimensão cultural do conservadorismo (Douppnik e Richter, 2004). Desse modo, e aplicando idêntica metodologia e amostra, deteteram significativas nuances decorrentes da interpretação de EVP entre os contabilistas alemães e os norte-americanos. Nesse sentido, referem que os contabilistas alemães são mais conservadores do que os seus homónimos americanos, sendo que os primeiros tendem a atribuir maiores (menores)

---

<sup>16</sup> O colapso da Enron Corporation em 2001, provocou igualmente a falência da Arthur Andersen (Edelman e Nicholson, 2011), passando o aglomerado das restantes empresas a denominar-se *Big Four*.

probabilidades numéricas do que indivíduos dos EUA para expressões utilizadas como limite para o reconhecimento de um ativo (passivo) ou aumento (redução) de um rendimento. Os resultados permitiram constatar a influência, sistemática e previsível, da cultura na aceção desses termos (*ibid.*).

Capriotti e Waldrup (2005), por seu turno, realizaram um estudo alicerçado na *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) n.º 5, relativa à contabilização de contingências, analisando se os juízos profissionais diferem quando as expressões numéricas probabilísticas substituem as verbais na comunicação das incertezas associadas a essa temática. Assim, sob a perspectiva dos utilizadores da informação financeira do setor bancário, identificaram o nível de incerteza e o modo de comunicação como determinantes nos problemas de comunicação identificados entre os utentes e os preparadores do relato financeiro. Note-se, contudo, que na investigação realizada, os intervalos numéricos de probabilidade definidos inicialmente pelos autores não divergiram de forma substancial dos relativos aos dados recolhidos, a saber: «remoto» - 5% a 17%, «razoavelmente possível» - 50% a 69% e «provável» - 66% a 85% (*ibid.*).

Em moldes semelhantes, Douppnik e Riccio (2006) partiram do modelo proposto por Gray (1988), especificamente dos valores culturais do conservadorismo e do secretismo. Profissionais da Contabilidade brasileiros e norte-americanos foram questionados, no âmbito de 11 excertos de normas que incluíam as aludidas EVP, com o intuito de lhes ser atribuída uma percentagem. Os resultados obtidos corroboram os de Douppnik e Richter (2004).

Já Patel (2006) analisou o impacto da cultura, através das cinco dimensões culturais preconizadas por Hofstede (1980), no julgamento profissional exercido pelos contabilistas australianos, indianos e malasianos. A amostra foi constituída pelas nações mencionadas, uma vez que são classificadas como membros do modelo do desenvolvimento contabilístico da *Commonwealth*, composto por ex-colónias britânicas (Nobes e Parker, 2008). Além disso, a sua importância no comércio mundial e conseqüente necessidade de harmonização da informação financeira constituiu outra das motivações subjacentes a essa escolha (Patel, 2006). Assim, o questionário, dirigido aos contabilistas seniores, foi utilizado como metodologia, tendo sido propostos diversos cenários com vista a analisar o processo de exercício do juízo profissional. A partir dos resultados obtidos, o autor defende, em suma, uma análise mais profunda à complexidade dos aspetos culturais na realização de investigação de estudos transculturais (*ibid.*).

Por seu lado, Pan, Patel e Mala (2011) avaliaram o impacto dos fatores contextuais como as variáveis de personalidade no processo de adoção das IFRS, que argumentam ser desconsiderados, uma vez que é implícito a esse processo que apenas a adoção de um único

normativo internacional conduz à comparabilidade almejada. Deste modo, examinaram o efeito das variáveis como o auto-conhecimento (forma como o indivíduo se percebe, as características que o distingue e assemelha aos outros) e da *regulatory focus theory*, que aborda a percepção dos indivíduos no processo de tomada de decisão (Higgins, Shah e Friedman, 1997)<sup>17</sup>, relativamente ao conceito de controlo contido na IAS 27 (DF individuais e consolidadas). Concluíram que, numa situação em que o controlo não é passível de ser claramente demonstrado, os contabilistas focados na promoção são mais propensos a recomendar a inclusão de uma subsidiária lucrativa no relato financeiro do grupo, ao invés dos centrados na prevenção.

Hu, Chand e Evans (2012) aplicaram de igual forma o questionário para aferir o impacto da cultura nacional, aculturação e educação contabilística no julgamento profissional exercido por 920 estudantes da área, australianos e chineses, quando confrontados com expressões de incerteza incluídas nas IFRS. O conceito de aculturação designa o processo pelo qual o contacto contínuo entre culturas distintas origina mutações em ambas, tal como mudanças nos valores culturais individuais introduzidos por Hofstede (1980) e, posteriormente ligados à Contabilidade por Gray (1988). Nesse seguimento, a amostra foi seccionada em 3 categorias, em função do número de anos de vivência na Austrália: Anglo-Celtas oriundos deste último país, Chineses e Chineses imigrantes para o referido país. Assim, concluíram que: i) os estudantes chineses eram mais conservadores na atribuição de probabilidades que os australianos ii) os valores culturais individuais podem mudar devido ao processo de aculturação e de educação contabilística, contribuindo para, potencialmente, melhorar a convergência do relato financeiro dado que moderam as diferenças de interpretação normativas causadas pelos fatores culturais (Hu, Chand e Evans, 2012). Porém, reforçam que a adoção de um normativo internacional único não se revela suficiente para os objetivos de harmonização pretendidos, sendo inclusivamente primordial o estudo dos valores culturais e dos fatores que influenciam o juízo profissional para o processo de convergência (*ibid.*).

Recentemente, e numa adaptação ao Brasil dos estudos aplicados a outros países, tais como Portugal (Teixeira e Silva, 2009), EUA e Alemanha (Doupnik e Richter, 2004), Firmino e Paulo (2013) investigaram a utilização das EVP especificamente aplicadas às normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ao invés das emanadas pelo IASB, precisamente para

---

<sup>17</sup> A teoria distingue entre dois estados motivacionais: promocional, no qual o indivíduo tende a cumprir os seus objetivos/aspirações e, por outro lado, preventivo em que esse visa o cumprimento dos seus deveres e responsabilidades (Higgins, Shah e Friedman, 1997).

expurgar o efeito da problemática gerada pela tradução, abordada na subsecção 2.1.2. A amostra do estudo foi constituída por 258 auditores independentes registados na Comissão de Valores Mobiliários, pertencendo na sua maioria às *Big Four*. Os autores concluíram que o julgamento profissional dos auditores, em situações de subjetividade, é influenciado por questões comportamentais, conduzindo à emissão de distintas opiniões nos respetivos relatórios de auditoria. Adicionalmente identificaram, através da comparação dos países acima referidos, a existência de diferenças significativas na interpretação de EVP, confirmando a influência dos valores culturais na sua interpretação, detalhadamente, o conservadorismo e o secretismo, de harmonia com Douppnik e Riccio (2006).

No âmbito nacional, destaque-se o estudo empírico desenvolvido por Teixeira e Silva (2009), que se centrou no impacto que a utilização de EVP nas IFRS, sem consideração de nenhum contexto, tem no preconizado benefício de incremento da comparabilidade e consequente reforço do processo de harmonização contabilística. Isto porque inconsistências ou imprecisões na interpretação das referidas expressões pode colocar em risco a utilização adequada dos normativos e revelar-se um obstáculo a esse processo (Zeff, 2007). Nesse sentido, e partindo das investigações realizadas por Simon (2002) e Douppnik e Richter (2003), foi conduzido um questionário aos auditores registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). As conclusões obtidas apontam para o facto de existirem divergências significativas na perceção acerca desses termos e expressões, o que é passível de constituir um problema de comunicação importante, derivando na inconsistência de aplicação das normas contabilísticas (Amer, Hackenbrack e Nelson, 1994). Assim, e em conformidade com Douppnik e Richter (2004), os autores reforçam que a substituição de números por palavras na comunicação contabilística revelar-se-ia benéfico para os que aplicam, interpretam e utilizam a Contabilidade.

Albuquerque e Marcelino (2013), por sua vez, realizaram no âmbito da cultura e do julgamento profissional um estudo com origem nos conceitos passíveis de identificação na NCRF 21 intitulada Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, baseada na IAS 37, utilizando para o efeito um questionário dirigido aos Técnicos Oficiais de Contas<sup>18</sup> (TOC) enquanto preparadores da informação financeira em Portugal. Nesse contexto, concluíram que existem diferenças significativas na perceção em torno do reconhecimento de ativos e passivos, traduzindo-se numa evidência empírica de como o exercício do julgamento profissional tem

---

<sup>18</sup> A designação da profissão foi alterada passando a denominar-se «Contabilistas Certificados», com efeitos a partir de 7 de outubro de 2015 (Lei n.º 139/2015 de 7 de setembro).

efeitos na comparabilidade do relato financeiro e, portanto, representativo de uma desafio para o processo de harmonização.

De outro ponto de vista, Albuquerque, Teixeira Quirós e Marcelino (2012) realizaram um estudo que examinou a suscetibilidade da adoção de um referencial contabilístico, no caso específico as normas do IASB, nas contas individuais da empresa-mãe, fomentar a alteração da estrutura de uma DF, em específico, nas contas consolidadas. A população da investigação foi constituída por 38 entidades com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado regulamentado português (*New York Stock Exchange Euronext Lisbon*), concretamente as incluídas no PSI-geral. A análise de conteúdo constituiu a metodologia aplicada, baseando-se a investigação na pesquisa de eventuais alterações da estrutura de balanço/demonstração da posição financeira, em consequência da introdução do SNC, em específico da Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro que aprova o código de contas para o regime geral do SNC. Para o efeito, foi construído um rácio de conformidade (proporção entre a codificação realizada, em função da correspondência da designação das linhas do balanço com a referida Portaria, e o número total de linhas dessa demonstração), em 2010 e a evolução entre 2009 e este último ano. A evidência científica obtida aponta para a inexistência de diferenças significativas no atinente ao rácio referido nos períodos mencionados (*ibid.*).

Tendo em conta que os elevados custos de processamento da informação foram identificados pela literatura como a maior barreira ao investimento estrangeiro (Chan, Covrig e Ng, 2005; Covrig, DeFond e Hung, 2007), DeFond, Hu, Hung e Li (2011) realizaram uma investigação empírica na qual testam o efeito benéfico para a harmonização contabilística resultante da adoção de um conjunto uniforme de normas contabilísticas - as IFRS, mais especificamente – e o conseqüente incremento desse tipo de investimento, tal como reforçado na EC FASB-IASB. Contudo, de acordo com os autores, a aplicação das IFRS *per se* não garante os benefícios referidos, ou seja, só terá como consequência o incremento da comparabilidade se implementadas credivelmente e houver uma variação positiva na uniformidade. A amostra do estudo foi composta por 5.460 observações anuais de empresas que aplicavam o normativo internacional, sediadas em 14 países, nas quais se incluíam 21 portuguesas, num período de 2003-2004 e 2006-2007 (o ano de 2005 foi propositadamente eliminado com o intuito de evitar potenciais erros de transição). Os resultados obtidos permitiram ainda concluir que, efetivamente, a adoção desse normativo internacional trará os benefícios referidos em países em que haja uma implementação credível e que resultem num elevado incremento da uniformidade. Além disso, e numa conclusão genérica, referem que o ambiente institucional modela os

incentivos ao reporte financeiro e a própria extensão de empresas do mesmo setor que aplicam idêntico referencial contabilístico (*ibid.*).

A próxima secção versará sobre as CQ da informação financeira, num enquadramento contabilístico nacional e internacional, histórico e atual, assim como da literatura relacionada.

## **2.3 As características qualitativas da informação financeira**

Esta secção encontra-se dividida em duas subsecções. A primeira expõe as temáticas relacionadas com a EC e as CQ, no contexto da EC do IASB (1989), do FASB (1980), da EC FASB-IASB, do SNC e das recentes alterações ao ordenamento jurídico nacional introduzidas pela Diretiva n.º 2013/34/UE. Na sequência, serão apresentados diversos estudos que analisaram, empiricamente e, sob distintas abordagens, as CQ presentes no relato financeiro.

### **2.3.1 A Estrutura Conceptual e as características qualitativas da informação financeira**

Em primeiro lugar importa definir a EC da informação financeira enquanto documento que apresenta, desenvolve e formaliza um agregado de pressupostos, princípios e conceitos que subjazem à preparação e divulgação da informação, servindo como seu referencial teórico (Branco, 2006).

A EC do SNC atualmente em vigor (até 31 de dezembro de 2015), constante do Aviso n.º 15652/2009, foi aprovada pelo Conselho do antigo IASC em Abril de 1989, tendo sido posteriormente adotada pelo IASB em Abril de 2001 (IASB Foundation, 1989).

Refira-se, no entanto, que com previsão de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, a nova EC integrante do normativo nacional (SNC) foi objeto de recente homologação através da publicação do Aviso n.º 8254/2015. Tais alterações resultaram da republicação dos instrumentos integrantes do SNC introduzidos pelo DL n.º 98/2015, que, por sua vez, republicou o DL n.º 158/2009. Todavia, a nova EC do SNC não trouxe alterações significativas à EC anteriormente vigente. Nesse sentido, mantém-se em linha com a EC do IASB (1989), entretanto já alterada no que respeita, entre outros, ao elenco e definição das CQ, à luz da revisão emanada do projeto de alteração conjuntamente conduzido pelo FASB e pelo IASB (EC FASB-IASB).

As CQ da informação financeira são elencadas na referida EC do SNC e do IASB (1989), conforme se segue:



- **Comparabilidade:** assenta em 2 vertentes principais – temporal (comparação das DF de um entidade ao longo do tempo) e relativa (entre entidades distintas), com o intuito de realizar uma análise comparativa da posição financeira, alterações nessa posição e desempenho. Compreende a divulgação das políticas contabilísticas, suas alterações e efeitos. Além disso, não implica a uniformidade, devendo ser privilegiadas a relevância e a fiabilidade. Traduz-se na apresentação da informação referente ao período precedente, ao nível das DF.
- **Compreensibilidade:** capacidade de ser rapidamente perceptível pelos *stakeholders*, pressupondo o conhecimento por parte destes das atividades empresariais/económicas e da Contabilidade;
- **Relevância:** essencial à utilidade da informação financeira; verifica-se quando essa informação tem a aptidão de influenciar as decisões dos seus utentes;
  - **Materialidade:** implica o exercício do julgamento profissional por parte do preparador da informação, sendo esta última material se a sua omissão/inexatidão influenciar a decisão dos *stakeholders* – não constitui uma CQ primária para que a informação seja considerada útil;
  - **Valor preditivo:** atributo referente à aptidão da informação financeira ser utilizada em previsões relativas a eventuais resultados de acontecimentos passados ou atuais;
  - **Valor confirmatório:** qualidade subjacente ao relato financeiro que fornece *feedback* acerca de previsões realizadas anteriormente, confirmando-as ou alterando-as;
- **Fiabilidade:** essencial à utilidade da informação financeira; verifica-se quando a informação estiver isenta de erros (materiais) e de preconceitos. Incluem-se nesta CQ os seguintes elementos:
  - **Representação fidedigna:** indispensável à fiabilidade da informação financeira; esta última deve representar de forma fidedigna as transações/outras acontecimentos da entidade;
  - **Substância sobre a forma:** atributo que se refere à contabilização/apresentação dos acontecimentos de acordo com a sua substância económica, independentemente da sua forma legal (e.g.

reconhecimento inicial das locações financeiras – ótica do locatário, § 19, NCRF 9);

- **Neutralidade:** essencial para revestir a informação financeira de fiabilidade, devendo essa ser livre de preconceitos;
- **Prudência:** aplicação do julgamento profissional perante situações de incerteza de forma prudente, por forma a evitar sub/sobreavaliação de ativos/passivos (e.g. não reconhecimento de ativos contingentes - § 30, NCRF 21);
- **Plenitude:** primordial à fiabilidade da informação, devendo esta última ser completa, tendo em conta as limitações impostas pela materialidade e o custo despendido na preparação da mesma;

Na sequência, saliente-se os constrangimentos à informação relevante e fiável: tempestividade, balanceamento entre benefício e custo e benefício entre CQ. A tempestividade alude ao balanceamento entre, por um lado, a necessidade de relato financeiro tempestivo e, por outro, o fornecimento de informação fiável, com vista à satisfação das necessidades dos *stakeholders* no processo de tomada de decisão (§ 43, EC SNC). Por seu lado, o balanceamento entre benefício e custo refere-se à análise custo-benefício, na qual os custos de obtenção da informação financeira devem ser inferiores aos benefícios que proporciona (§ 44, EC SNC). Por último, o § 45 da EC do SNC estabelece a necessidade de equilíbrio entre as CQ, aludindo à sua importância relativa que constitui uma questão de juízo de valor profissional.

Nesse âmbito, importa explicar dois pressupostos fundamentais subjacentes à informação financeira e constantes das Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), publicadas no anexo ao DL n.º 158/2009 e, recentemente, ao DL n.º 98/2015:

- ❖ **Continuidade:** envolve a preparação das DF com base no pressuposto de que a entidade continuará a desenvolver a sua atividade futuramente;
- ❖ **Regime do acréscimo/(periodização económica)<sup>19</sup>:** implica, por oposição ao regime contabilístico numa ótica de caixa que os efeitos das transações/acontecimentos sejam reconhecidos quando efetivamente ocorrem, independentemente do fluxo de caixa associado. Reveste-se de maior utilidade para os utentes das DF, uma vez que proporciona informação sobre transações passadas, obrigações e recursos;

---

<sup>19</sup> O termo «periodização económica» constante da anterior EC do SNC, foi eliminado da atual EC do SNC (§ 22, Aviso n.º 15652/2009 e Aviso n.º 8254/2015).

Os restantes elementos que figuram nas BADF são apresentados como se segue:

- ❖ **Consistência de apresentação:** manutenção durante os períodos financeiros dos critérios estabelecidos para apresentação e classificação dos itens que constituem as DF. São admitidas alterações na apresentação caso resulte em informação dotada de maior relevância e fiabilidade, devendo a informação comparativa ser reclassificada e realizadas as respetivas divulgações;
- ❖ **Materialidade e agregação:** refere-se à apresentação, separadamente, de cada classe material de itens semelhantes e agregação de linhas de itens consideradas não individualmente materiais. O julgamento da materialidade é subordinado à dimensão e/ou natureza dos itens;
- ❖ **Compensação:** impossibilidade de compensação de quaisquer ativos, passivos, rendimentos ou gastos, exceto se exigido por uma NCRF;
- ❖ **Informação comparativa:** obrigatoriedade de divulgação comparativa relativamente ao período financeiro anterior de todas as quantias constantes das DF. Engloba as exigências de divulgação concernentes a quantias comparativas reclassificadas, ou não, por impraticabilidade.

Refira-se que no âmbito da Diretiva n.º 2013/34/UE não se encontram previstas CQ da informação financeira ou pressupostos subjacentes, identificando-se contudo, como conceito mais próximo, um conjunto de elementos designados como «princípios gerais». Deste modo, constata-se desde logo que os pressupostos subjacentes do regime do acréscimo e da continuidade previstos no SNC (§ 22 e 23 da EC) integram os princípios gerais da Diretiva (art. 6º, n.º1 a) e d)). Por outro lado, destaca-se a ausência das seguintes CQ ou elementos integrantes destas, previstas no SNC, no âmbito dos princípios da Diretiva anteriormente apresentados: compreensibilidade (§ 25 da EC), relevância (§ 26 a 28), fiabilidade (§ 31 a 38), representação fidedigna (§ 33 e 34), neutralidade (§ 36), plenitude (§ 38) e comparabilidade (§ 39 a 42). Note-se, ainda, a inexistência de referência relativamente aos constrangimentos à informação relevante e fiável: tempestividade (§ 43), balanceamento entre benefícios e custos (análise custo-benefício - § 44) e entre CQ (§ 45).

Num enquadramento histórico, Gore (1992) expõe que em 1973 o recém-criado FASB iniciou um projeto de construção da sua EC, embora só o tenha findado em 1985.

Em outubro de 2004, o FASB e o IASB, no seguimento do «*Norwalk Agreement*», acordaram a criação de um projeto conjunto que visava a construção de uma EC comum baseada nas suas

já existentes (IASB, 2002). Tal projeto originou várias propostas que geraram inclusivamente uma nova definição de ativo que exclui os conceitos de controlo e imprescindibilidade de ocorrência de uma transação/acometimento passado como condições para deter o direito sobre esse (Branco, 2006 e Whittington, 2008).

Nesse seguimento e no âmbito da EC FASB-IASB, a opinião do próprio IASB (2007) era de que esse projeto fornecia um referencial teórico sólido, primordial ao desenvolvimento futuro da normalização contabilística. Além disso, apresentava-se essencial no contexto dos seus objetivos de criação de normas baseadas em princípios, convergentes a nível internacional e conducentes à satisfação das necessidades de informação para a tomada de decisões de investimento, de crédito e outras. Contudo, importa salientar que: «*[i]o be principles-based, standards cannot be a collection of conventions but rather must be rooted in fundamental concepts*» (Bullen e Crook, 2005).

Refira-se que, em conformidade com a missão do IASB de laborar em parceria com outros organismos reguladores, o Canadian Accounting Standards Board (CASB) e o New Zealand Accounting Standards Board (NZASB) integram a equipa de gestores em temas-chave dessa organização (McGregor e Street, 2007).

Adicionalmente, e no contexto do projeto mencionado, o facto de os organismos reguladores objetivarem satisfazer as necessidades específicas dos utilizadores do relato financeiro, colocando o enfoque na tomada de decisão, levou a que os conceitos tenham sido ajustados de modo a refletir a substância económica das transações/acometimentos (McCahey e McGregor, 2013). Tal facto tem permitido fomentar a relevância da informação, incrementando substancialmente a sua comparabilidade (*ibid.*).

Não obstante, existem diversos desafios que se colocam ao projeto supracitado tais como:

- a) aplicabilidade da EC às entidades sem fins lucrativos do setor público;
- b) estatuto da EC na hierarquia das US GAAP; e
- c) oposição à normalização baseada numa ótica concetual.

A controvérsia gerada pela temática a) reflete a necessidade de adaptação dos conceitos que compõe a EC para a realidade desse género de entidades. Por exemplo, a consideração de um monumento ou parque como ativo ou, em oposição, como passivo, devido aos exfluxos necessários à sua manutenção (*ibid.*).

Já relativamente a b) saliente-se que é fundamental encontrar um ponto de convergência entre, por um lado, a elevada posição hierárquica que a EC ocupa nos normativos do IASB, em

contraponto com as US GAAP, nas quais consta meramente como um atributo dotado de capacidade para guiar o FASB nos seus debates acerca das normas contabilísticas. Neste ponto, McGregor e Street (2007) alertam para a importância de elevar a EC do FASB na hierarquia uma vez que perante uma transação/acontecimento não contemplado nas normas existentes e respetivas interpretações e, não havendo a possibilidade de solucionar com recurso a analogia, é provável que a problemática seja resolvida aplicando os conceitos previstos numa EC comum. O desafio c) é marcado pela oposição realizada pelos defensores da criação de normas baseadas numa vertente prática, que receiam que a atual mudança da EC se justifique pela adoção do justo valor enquanto base de mensuração preferencial. Contudo, essa alteração prende-se com o facto de que, em última análise, conduzirá a normas de Contabilidade dotadas de maior robustez e de maior capacidade para refletir a realidade económica, reduzindo o potencial para a manipulação de resultados (*ibid.*).

A propósito da utilização do justo valor enquanto critério de mensuração, Whittington (2008) exhibe as duas visões opostas que caracterizam o debate referido: a visão do justo valor implícita nas declarações públicas levadas a efeito pelo IASB e, opostamente, a visão alternativa preconizada nas críticas a essas. Nesse seguimento, a primeira ótica pressupõe que os mercados são relativamente perfeitos e completos e, desse modo, a normalização deve atender às necessidades de relato financeiro dos investidores passivos e credores reportando o justo valor decorrente dos preços de mercado.

Por outro lado, a ótica alternativa assume que os mercados são imperfeitos e incompletos e, como tal, num contexto de mercado, o relato financeiro deve também atender aos requisitos de controlo aos administradores, por parte dos detentores de capital próprio. Isso implica o reporte de transações passadas e eventos usando medidas específicas da entidade que reflitam as oportunidades que realmente a mesma dispõe (*ibid.*).

Assim, o autor conclui que, tendo por base uma definição realista de mercado, a procura por um método de mensuração universal pode tornar-se infrutífera, e porquanto a abordagem mais adequada deverá ser a definição de um objetivo claro de mensuração e a seleção de um método que melhor atenda a tal objetivo. Um exemplo disso é a utilização do valor de perda que não é atualmente considerado pelo IASB (*ibid.*).

Na mesma linha de pensamento, Rayman (2007) defende mesmo a existência de uma falácia do justo valor, uma vez que mesmo num contexto (que considera utópico) de mercados perfeitamente concorrenciais esse método pode relevar-se enganador.

Zang (2011), por seu turno, analisa este projeto conjunto entre os dois organismos normalizadores com base no suporte ideológico subjacente, referindo-se a esse como parte de um processo global de neoliberalismo e financeirização dos sistemas políticos e económicos. Inclusivamente refere que favorece um grupo muito restrito de utilizadores, sobrepondo-se à noção de interesse público que deve ser tácita ao relato financeiro.

Do mesmo modo, o autor defende que dada a proliferação de utilização dos conceitos de rendimento integral e de justo valor nas DF, não só a Contabilidade se revela manifestamente impotente no sentido de alertar para as características especulativas dos mercados financeiros como também, por outro lado, a legitimização do uso de estimativas nos sistemas contabilísticos incrementa, sobremaneira, o risco inerente a essa informação financeira. Assim, de acordo com Zang (2011), a sua investigação visa impulsionar a consciência crítica acerca dos efeitos nefastos decorrentes da aplicação da teoria neoliberal no contexto da Contabilidade (*ibid.*).

Comparando as anteriores EC do FASB e do IASB, verifica-se que as mesmas seguem, linhas gerais, a mesma estrutura, sendo abordadas as seguintes matérias: os objetivos das DF, a definição das CQ da informação financeira e dos elementos que integram as DF, assim como de matérias relativas ao reconhecimento e mensuração de tais elementos (Bullen e Crook, 2005). No entanto, enquanto o IASB condensa a sua EC num único documento, o FASB fá-lo através de 7 documentos dispersos, denominados *Statement of Financial Accounting Concepts* (SFACs) (*ibid.*). Refira-se ainda que algumas matérias abordadas nas SFAC's do FASB são objeto de tratamento por parte do IASB no âmbito das IFRS.

Assim, a SFAC n.º 2 do FASB (1980), documento de referência sobre as CQ previamente à revisão, adota o denominado «paradigma da utilidade da informação», priorizando os fornecedores de capital (*capital providers*), em sentido amplo, no conjunto dos utilizadores da informação financeira.

Nesse sentido, classifica as CQ entre principais e secundárias. Nas principais, integram-se a compreensibilidade (que depende do conhecimento do próprio utilizador da informação e não do relato financeiro *per se*), a relevância e a fiabilidade, ao passo que como características secundárias surgem a comparabilidade e a consistência. A EC do IASB (1989), por sua vez, não estabelecia utilizadores privilegiados da informação, nem qualquer hierarquia relativamente às CQ propostas, a saber: a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade.

No contexto do desenvolvimento dos trabalhos iniciados entre os dois organismos, a 28 de setembro de 2010 foram publicados dois capítulos do projeto conjunto da EC FASB-IASB, que deram lugar à emissão da SFAC n.º 8, por parte do FASB (2010), e à revisão dos conceitos

vertidos na EC do IASB (1989). Os referidos capítulos versavam sobre as seguintes temáticas: o objetivo do relato financeiro de finalidades gerais (capítulo 1 da nova EC do IASB) e as CQ da informação útil (capítulo 2 da nova EC do IASB) (IFRS Foundation, 2013). De notar que o capítulo 3, respeitante à entidade que relata, não fora até hoje publicado (IFRS Foundation, 2015). Atualmente, o projeto encontra-se na fase de *Exposure Draft* cuja data limite relativa à aceitação de *comment letters* foi 25 de Novembro 2015, prevendo-se para 2016 a publicação da versão revista da EC (*ibid*).

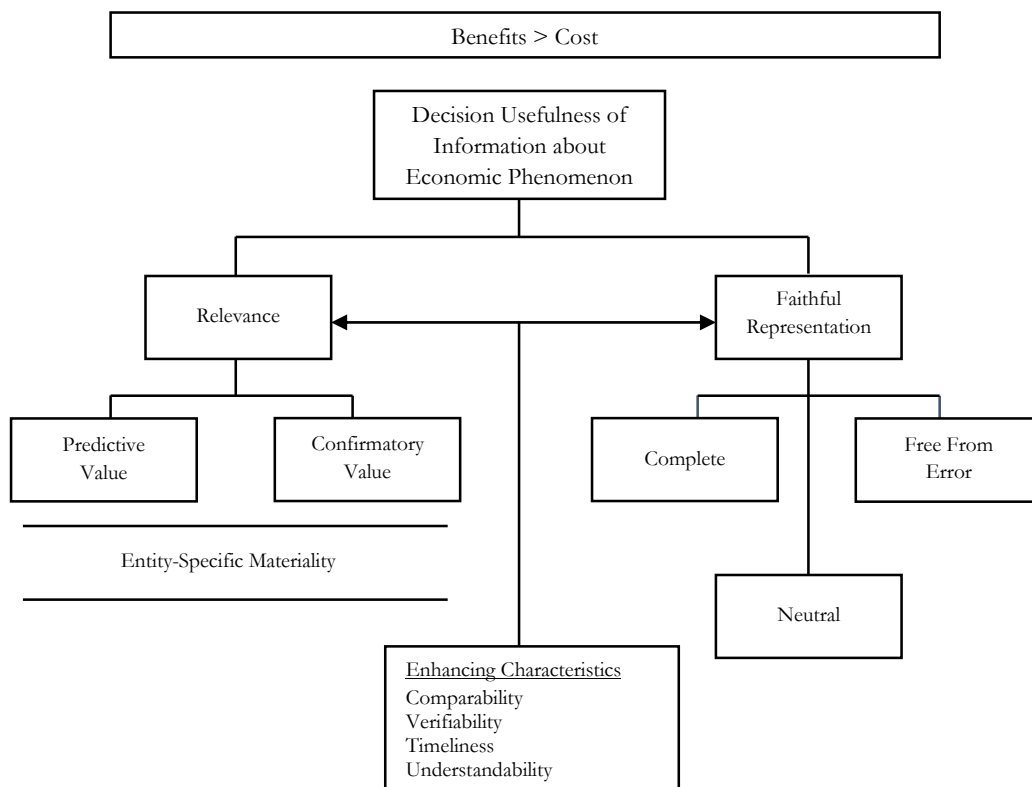
Por conseguinte, tendo como referência a anterior EC do IASB (1989), no documento então aprovado pelos dois organismos distinguem-se as CQ entre fundamentais e de reforço (ou secundárias), verificando-se ainda as alterações a seguir enumeradas (FASB, 2010 e IFRS Foundation, 2013):

1. a representação fidedigna substitui a fiabilidade, apresentando-se a primeira como um atributo que torna a informação financeira isenta de erros, completa e neutra; a representação fidedigna e a relevância constituem-se como características fundamentais;
2. a verificabilidade, a compreensibilidade, a tempestividade (anteriormente um constrangimento à informação) e a comparabilidade passam a ser consideradas como CQ de reforço;

Refira-se que a materialidade específica da entidade apresenta-se como constrangimento à utilidade da informação financeira, como atualmente é definida na EC do SNC. Essa classificação deriva do facto de a materialidade constituir um aspeto particular, inserido no contexto do relato financeiro de cada entidade, dependendo a sua relevância da natureza e dimensão da informação a divulgar (Aviso n.º 8254/2015 e IFRS Foundation, 2013).

No que respeita à comparabilidade, a SFAC n.º 8 explicita os motivos pelo qual esse atributo da informação financeira é considerado uma CQ de reforço, sendo decorrente do facto de que a informação relevante e fiável pode ser mais facilmente comparada com informação similar reportada por outras empresas (FASB, 2010). O principal objetivo subjacente à necessidade de normas de relato financeiro é o incremento da credibilidade. Não obstante, mesmo não sendo prontamente comparável, a informação dotada de relevância e fiabilidade mantém a sua utilidade. Pelo contrário, a informação comparável não se reveste de utilidade se não for relevante, podendo induzir em erro se não for fiavelmente representada (*ibid*).

A hierarquização das CQ proposta pela atual EC do FASB-IASB, a partir da adaptação do modelo anterior (FASB: 1980), é passível de ser observada na Figura 2.9:



**Figura 2.9** Hierarquia das CQ da informação financeira útil.

**Fonte:** Adaptado de FASB (1980)

As diferenças entre os documentos existentes anteriormente à revisão efetuada por via do projeto conjunto (EC FASB-IASB), nomeadamente, a EC do IASB (1989) e a SFAC n.º 2 do FASB (1980), por um lado, e a nova EC FASB-IASB e a EC do SNC (a recentemente homologada pelo Aviso n.º 8254/2015) são observáveis no Apêndice II, onde igualmente se apresentam os conceitos apresentados nas BADF do SNC e os princípios gerais do relato financeiro definidos na Diretiva n.º 2013/34/UE.

A subsecção seguinte apresenta estudos relevantes que analisaram, empiricamente e sob distintas abordagens, as CQ presentes no relato financeiro.

### **2.3.2 Estudos relativos às características qualitativas da informação financeira**

Na ótica de Joyce, Libby e Sunder (1982), aquando da criação, em 1980, pelo FASB da SFAC n.º 2: *Qualitative Characteristics for Accounting Information* pelo FASB, a investigação científica nesta área iniciou-se com a visão de que a EC, em particular as CQ, deveriam constituir um referencial teórico facilitador das decisões relativas à criação de normas contabilísticas pelos organismos normalizadores.



A desatualização da EC do IASB (de 1989), nomeadamente face à do Australian Accounting Standards Board (AASB), constituía um entrave ao processo de harmonização internacional (Jones e Wolnizer, 2003). Assim, a necessidade de criação de uma EC globalmente aceite revelava-se primordial para a prossecução dos objetivos a que se propunha o IASB, designadamente, a construção de um conjunto de normas globais (*ibid.*).

Loftus (2003) realça a importância da EC para os organismos normalizadores, domésticos ou globais, no que concerne ao debate das temáticas associadas ao relato financeiro. Porém, considera que a pressão para a convergência com as normas internacionais contribuiu para que essa tenha permanecido incompleta, pese os avanços acima expostos. Não obstante, a necessidade de existência de uma EC global não é consensual. Dean e Clark (2003) referem que a história da sua construção indica principalmente a pesquisa por um justificativo das práticas atuais, em detrimento da afirmação do quadro jurídico, social e sobretudo financeiro, no âmbito do qual a Contabilidade deve funcionar e exerce a sua função de utilidade.

Na visão de Manh-Béna e Ramond (2011), a EC tem inclusivamente contribuído para diminuir essa utilidade. Já Hines (1989) refere que o processo de construção da EC FASB-IASB ocorreu num contexto em que os profissionais da Contabilidade procuravam legitimar a sua autoridade e respetivos normativos, tendo por isso ocorrido por motivações de índole política.

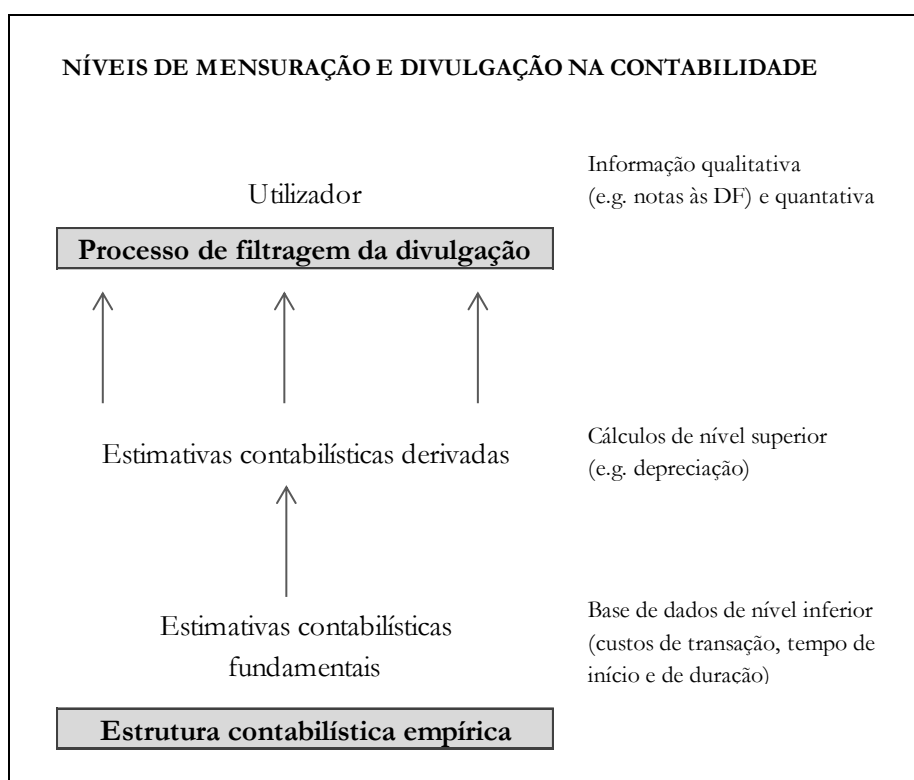
Paralelamente, a influência dos fatores culturais no relato financeiro e o seu consequente impacto no processo de harmonização internacional tem sido alvo de estudo na literatura internacional, em específico Fechner e Kilgore (1994), que propuseram uma EC alicerçada na cultura. Aliás, para diversos autores este fator justifica as assimetrias existentes no relato financeiro a nível internacional (Perera, 1989; Gray, 1988 e Douppnik e Salter, 1995).

Noutro âmbito, Baydoun e Willett (1995) relacionam a teoria dos valores culturais na subcultura da Contabilidade desenvolvida por Gray (1988) com as CQ previstas na anterior EC do FASB. Refira-se que, até ao surgimento do trabalho desenvolvido pelos referidos autores, esse relacionamento não fora expressamente objeto de proposta na literatura sobre o tema. Contudo, tal como Gray (1988), Baydoun e Willett (1995) não submeteram as suas hipóteses à validação empírica.

O trabalho desenvolvido por Baydoun e Willett (1995) aborda a problemática da irrelevância cultural originada pela adoção de sistemas contabilísticos característicos de países ocidentais e, consequentemente, com valores culturais diferenciados face aos países em desenvolvimento. Na opinião dos autores, a adequabilidade de um sistema contabilístico requer um julgamento individual acerca dos elementos que constituem esse sistema em específico, seja para um país

em desenvolvimento, uma região ou um grupo cultural. Baydoun e Willett (1995) abordam, concretamente, o caso da adoção pelo Líbano do sistema contabilístico francês (*French Unified Accounting System*). A teoria das dimensões culturais de Hofstede (1980) e a sua extensão promovida por Gray (1988) revela-se neste âmbito pertinente.

Baydoun e Willett (1995) seccionam esta temática entre as problemáticas associadas à mensuração e à divulgação. Assim, são identificados níveis nos quais a informação contabilística será mais propensa à irrelevância cultural. No nível mais baixo, encontram-se as mensurações fundamentais da Contabilidade (e.g. custo dos inventários, ativos fixos), sendo pouco afetadas por diferenças culturais ou sociais. No nível superior, encontram-se as designadas mensurações derivadas, tais como o cálculo de depreciações, revelando-se como decisões estatísticas específicas e, como tal, com maior probabilidade de se tornarem irrelevantes se transferidas arbitrariamente para outros países. Na última fase, encontra-se o processo de filtragem promovido pela divulgação, que é por definição determinado culturalmente, sendo a este nível que as práticas dos países ocidentais se podem tornar insignificantes para os utilizadores dos países em desenvolvimento, como observável na Figura 2.10:



**Figura 2.10** Níveis de mensuração e de divulgação na Contabilidade.

**Fonte:** Adaptado de Baydoun e Willett (1995: 85)

No âmbito específico das CQ, Baydoun e Willett (1995) estabelecem uma relação entre a aplicação prática desses conceitos no reporte financeiro e três dos valores culturais definidos por Gray (1988), detalhadamente, a uniformidade, o conservadorismo e o secretismo.

Assim, relacionam a uniformidade à comparabilidade e à consistência, conceitos interligados, mas com pertinência distinta para a uniformidade de conteúdo e de apresentação do reporte financeiro. Já o conservadorismo, conexo à qualidade da informação divulgada, associa-se às CQ da fiabilidade, representação fidedigna, verificabilidade e tempestividade. Por último, o secretismo interliga-se à quantidade de informação divulgada e ao seu nível de divulgação e, desse modo, à utilidade de decisão e *accountability*.

As associações mencionadas são observáveis na Figura 2.11:

<b>RELAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES REINTERPRETADAS DE GRAY, CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS E A FORMA E CONTEÚDO DO REPORTE FINANCEIRO</b>		
Dimensões contabilísticas - aspetos técnicos	Características qualitativas relacionadas com a divulgação	Exemplos de assuntos relacionados com a forma e conteúdo do reporte financeiro
Uniformidade	Conteúdo uniforme e apresentação:	
	Consistência Comparabilidade	Contas estandarizadas Políticas contabilísticas
Conservadorismo	Qualidade da informação:	
	Tempestividade	Data de publicação normal
	Materialidade	Custo <i>vs.</i> valores de mercado
	Objetividade	Contabilidade de caixa
	Verificabilidade	Menor entre custo e mercado
Secretismo	Fiabilidade	
	Neutralidade	
	Substância sobre a forma	
	Quantidade de informação	Grau de informação desagregada:
	<i>Accountability</i>	Número de itens divulgados
	Utilidade da decisão	Grupos de contas Demonstrações suplementares

**Figura 2.11** Relação entre os valores contabilísticos, CQ e o reporte financeiro.

**Fonte:** Adaptado de Baydoun e Willett (1995: 87)

Pese as discussões em torno das CQ e a sua importância no contexto da elaboração do relato financeiro, por um lado, e do seu impacto e/ou importância no âmbito da harmonização

contabilística internacional, por outro, poucos são os estudos que têm analisado empiricamente tais temas e questões subjacentes.

Não obstante, saliente-se a investigação de Beest, Braam e Boelens (2009) que, no intuito de aferir a qualidade do reporte financeiro, utilizaram as CQ fundamentais e de reforço, à data definidas na *Exposure Draft* da EC FASB-IASB. Assim, construíram um índice constituído por 21 itens enquanto medidas operacionais das apontadas CQ. A metodologia aplicada foi a análise de conteúdo sendo a amostra constituída por 231 relatórios anuais divulgados por empresas cotadas nos mercados bolsistas do Reino Unido, EUA e Alemanha, aplicando portanto distintos normativos (IFRS e US GAAP). Os resultados empíricos obtidos evidenciaram a influência exercida por variáveis como os normativos contabilísticos, sistemas legais, ambiente regulatório (*enforcement environment*), dimensão da entidade e indústria. Adicionalmente permitiram validar a ferramenta de mensuração da qualidade utilizada, ofertando um contributo à comunidade científica no sentido de tornar as CQ operacionalmente mensuráveis.

Por seu lado, no âmbito do projeto do IASB denominado *management commentary* (MC)<sup>20</sup>, Chatterjee, Tooley, Fatseas, Brown (2011), analisaram os relatórios anuais relativos a 35 entidades cotadas no *New Zealand stock exchange* para um período de 5 anos (2002-2006). Deste modo, objetivavam aferir o grau de divulgação de CQ que torna a informação útil para os investidores, em conformidade, com as *guidelines* do *discussion paper* emitido pelo IASB. Detalhadamente, as CQ referidas eram a relevância e, em substituição da fiabilidade e da comparabilidade, expressamente previstas na EC do IASB de 1989, esse organismo optou pelos seguintes termos: suportabilidade (*supportability*)<sup>21</sup>, equilíbrio<sup>22</sup> e comparabilidade temporal (IASB Foundation, 2005). Deste modo, concluíram que essas CQ foram verificadas apenas parcialmente, destacando-se a maior divulgação da relevância e da suportabilidade, em detrimento, do equilíbrio e da comparabilidade.

Importa salientar que o aludido projeto culminou na publicação, em dezembro de 2010, de uma estrutura para apresentação do referido MC, cujas CQ já se encontravam em consonância com a nova estrutura hierárquica adotada pela EC FASB-IASB (IFRS Foundation, 2010b).

---

<sup>20</sup> Reporte narrativo complementar às DF, preparado de acordo com as IFRS, que providencia um comentário histórico e prospetivo da gestão acerca da posição e performance financeira da entidade, bem como das estratégias adotadas na prossecução dos objetivos corporativos (IFRS Foundation, 2010b).

<sup>21</sup> Atributo relativo à informação que fidedignamente representa estratégias baseadas em dados factuais, planos e análises de risco (IASB Foundation, 2005).

<sup>22</sup> Qualidade da informação imparcial, objetiva, capaz de fornecer uma imagem verdadeira a apropriada da posição/desempenho financeiro e resultado das operações da entidade (IASB Foundation, 2005).

Obaidat (2007) aplicou o inquérito por questionário para aferir a existência de um eventual *gap* sobre a importância relativa conferida às CQ por dois grupos distintos jordanos: os investidores (25) e auditores externos (29), estes últimos responsáveis pela *fairness* do relato financeiro. Assim, constataram que a importância relativa atribuída por ambos divergia, de forma significativa, no tocante aos seguintes atributos da informação financeira: relevância, valor preditivo, tempestividade, neutralidade, consistência e custo-benefício. Do mesmo modo, verificou-se que as CQ da relevância, consistência e neutralidade eram de superior pertinência para os auditores dado o enfoque que lhes é concedido nas *International Standards on Auditing* (ISA), no contexto de um compromisso de auditoria (*audit engagement*). Antagonicamente, os investidores atribuíram maior importância à tempestividade.

De forma semelhante, num estudo recente, Silva, Sarmiento e Duarte (2015), examinaram, através do inquérito por questionário, a percepção dos preparadores de informação financeira portugueses, os TOC, alusiva a uma CQ em específico, a relevância. Os resultados obtidos sugerem que os inquiridos do sexo feminino atribuem maior importância relativa a esta CQ comparativamente aos do sexo masculino. Para além disso, identificaram uma relação negativa entre a experiência profissional e a percepção da relevância das DF.

Neste âmbito, destaque-se o estudo recentemente desenvolvido por Nobes e Stadler (2014) acerca da influência das CQ<sup>23</sup> nas decisões contabilísticas realizadas pelos gestores empresariais, nomeadamente no que concerne à escolha e alteração de políticas contabilísticas no âmbito da IAS 8. O estudo incidiu especificamente sobre as IFRS, uma vez que, comparativamente às US GAAP, o número de possibilidades relativo às escolhas mencionadas é significativamente superior (em causa, o conflito *principle based-standards vs. rules based-standards* identificado, respetivamente, nos referidos normativos).

A investigação examina a conexão entre fatores explicativos como a dimensão da empresa, endividamento, rendibilidade e outras variáveis específicas dos países como as diferenças culturais, consideradas como VI no estudo. Por outro lado, a referência existente no relato financeiro às CQ é apresentada como VD (*ibid.*).

A amostra engloba 514 empresas cotadas em mercados de capitais, durante o período de 2005 a 2011, pertencentes a 10 distintas jurisdições (Austrália, Suíça, China, Alemanha, Espanha,

---

<sup>23</sup> Os preparadores da informação financeira devem recorrer às CQ em 3 circunstâncias: i) afastamento dos requisitos das IFRS em circunstâncias raras (§9, IAS 1); ii) desenvolvimento de uma política contabilística para abranger uma transação não especificamente abordada nas IFRS (§7-12, IAS 8); iii) alteração voluntária de uma política contabilística (§ 14 e 15, IAS 8).

França, Reino Unido, Hong Kong, Itália e África do Sul), resultando num total de 40.895 políticas contabilísticas distribuídas por 16 temáticas integrantes das IFRS. Note-se que as referidas entidades aplicam o normativo aludido pelo menos desde 2005. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo, sendo os dados recolhidos diretamente dos relatórios anuais, em particular da nota do anexo referente às políticas contabilísticas (*ibid.*).

O exemplo de um tema que pode implicar uma alteração de política contabilística utilizado no estudo é a apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa, sendo que as IFRS permitem a utilização do método direto ou indireto. No entanto, é requerida numa nota do anexo às DF, uma ou mais razões justificativas da mudança de política contabilística, quando aplicável, entre elas a melhoria da compreensibilidade e um benefício ao nível da redução da volatilidade dos resultados. Saliente-se que, no âmbito da IAS 8, a referência à relevância ou fiabilidade não é considerada justificação (*ibid.*).

Outros tópicos versaram sobre os seguintes temas: inclusão de uma linha na DR com o *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (EBITDA); apresentação do ativo no balanço por ordem crescente/decrescente de liquidez; consideração dos *cash-flows* recebidos como operacionais; aplicação do método da consolidação proporcional ou MEP no caso das *joint ventures*; utilização do FIFO ou CMP ou, alternativamente, de ambos. Refira-se que os autores aplicaram a codificação por inferência às explicações nas circunstâncias em que não era realizada menção específica a uma CQ (*ibid.*).

As alterações das políticas contabilísticas identificadas nos relatórios e contas das entidades analisadas foram categorizadas em 4 grupos:

1. CQ referidas na EC do IASB;
2. CQ (outras não explicitamente referidas na EC, como a transparência);
3. razões económicas (e.g. ambiente macroeconómico); e
4. razões decorrentes da aplicação das normas (alterações devido a outra mudança de política contabilística, adoção antecipada de uma norma e modificação antecipada em conformidade com a norma ou requisitos de um regulador local).

Tendo em conta o enquadramento anterior, os autores concluíram que mais de metade das razões justificativas das alterações de políticas relacionava-se com o primeiro grupo de CQ acima referido, sendo que 56% são conexas a tópicos de mensuração (por contraponto com os de apresentação). Especificamente, a CQ que registou maior frequência na referenciação realizada pelos gestores foi a comparabilidade (22,1%), sequenciada pela relevância (12,3%) e

representação fidedigna (11,7%). Saliente-se que, frequentemente, as entidades se referiam à transparência (8,8%), não identificada explicitamente na EC. Na discriminação da comparabilidade realizada na investigação, de natureza temporal, internacional, local e por indústria, esta última revelou-se de maior importância para os gestores relativamente à internacional (*ibid.*).

Os resultados obtidos apontam ainda para as seguintes considerações: as políticas contabilísticas são raramente modificadas (apenas 1,2% do total de alterações realizado, em média, no período) apesar de mais de 50% (261 das 514 entidades) ter realizado pelo menos uma modificação; aproximadamente 25% das empresas forneceram explicações para, no mínimo, uma alteração; e as alterações de políticas variam substancialmente por país e por tópico (a apresentação por liquidez dos ativos registou poucas modificações) (*ibid.*).

Os autores concluíram ainda, que as referências às CQ encontram-se positivamente associadas à dimensão da empresa e à medida do nível de transparência da jurisdição (*ibid.*). Todavia, não foi encontrada evidência científica que permitisse concluir que as alterações de políticas realizadas por empresas pertencentes a países da *common law* incrementariam a qualidade do relato financeiro, relativamente às empresas pertencentes a países da *civil law*.

Suplementarmente, e enquanto potencial limitação identificaram a eventualidade dos gestores escolherem as CQ de forma aleatória, por forma a cumprir os requisitos estabelecidos na IAS 8, ou a possibilidade de tal alteração ocultar objetivos estratégicos. Ainda assim, o estudo revela-se útil para os preparadores da informação financeira, auditores e *stakeholders*, uma vez que os resultados proporcionam dados comparativos entre países. Além disso, os autores destacam a sua potencialidade para os organismos normalizadores, no âmbito do desenvolvimento da EC FASB-IASB, em particular no que concerne às CQ, embora seja de ressaltar que a referida matéria já se encontra aprovada pelos organismos mencionados. Saliente-se, ainda, que o trabalho de investigação explanado foi apresentado no Fórum de Pesquisa do IASB que teve lugar em 2 de outubro de 2014.

Distintamente de Nobes e Stadler (2014), o presente estudo, tendo igualmente por base uma análise comparativa que abarca um conjunto diversificado de países, tem como um dos objetivos aferir a existência de diferenças relacionadas com o grau de divulgação de CQ presentes no relato financeiro das entidades cotadas em mercado regulamentado da UE.

No próximo ponto serão apresentadas as linhas metodológicas que se encontram na base do estudo empírico desenvolvido no âmbito desta dissertação.

### 3. HIPÓTESES E METODOLOGIA

No intuito de atender aos objetivos inicialmente propostos a partir do problema de investigação identificado, e tendo por base o enquadramento teórico apresentado no capítulo precedente, esta parte da dissertação dedica-se à apresentação das hipóteses e linhas metodológicas definidas para a concretização deste estudo. Relativamente a este último ponto, serão concretamente identificados a população e o período do estudo, as variáveis utilizadas e a análise estatística da informação recolhida.

#### 3.1 Hipóteses do estudo

As hipóteses definidas encontram-se intrinsecamente relacionadas com os objetivos identificados. Por conseguinte, pretende-se avaliar a existência de associações ou diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis dependentes e independentes dos modelos propostos, como sejam:

- por um lado, como VD ou explicadas, os valores culturais no âmbito da subcultura da Contabilidade, nomeadamente, a uniformidade, o conservadorismo e o secretismo, tendo como suporte teórico a classificação proposta por Gray (1988), e as CQ da informação financeira, tendo presente a EC em processo de alteração à luz do projeto conjunto desenvolvido pelo FASB e pelo IASB;
- por outro, como VI ou explicativas, os fatores previamente identificados na literatura, como sejam os agrupamentos regionais identificados por Gray (1988), bem como determinados fatores económico-financeiros que distinguem as entidades, nomeadamente, a dimensão, a rentabilidade e o endividamento.

Adicionalmente, o relacionamento entre os valores culturais, sugerida, entre outros, por Baydoun e Willett (1995) e Chanchani e Willett (2004) não serão descurados no contexto dos objetivos definidos para este estudo. Por fim, pretende-se avaliar a existência de uma eventual associação entre os valores culturais e as CQ da informação financeira acima referidas. A conexão proposta nesta investigação apresenta-se em linha com o eventual relacionamento entre tais elementos já proposta por Baydoun e Willett (1995), tendo sido posteriormente referendada em termos empíricos, designadamente, por Chanchani e Willett (2004) e Albuquerque e Marcelino (2013), neste último caso através de uma investigação realizada em Portugal.



As próximas subsecções deste subcapítulo (3.1.1 a 3.1.5), dedicam-se à apresentação do fundamento teórico subjacente ao desenvolvimento das hipóteses propostas nesta dissertação.

### 3.1.1 Os valores culturais

A sugestão de Gray (1988) acerca da existência de conexão entre áreas culturais e padrões associados a sistemas contabilísticos constitui o argumento de suporte da teoria da relevância cultural da Contabilidade, posteriormente defendida por outros autores (e.g. Baydoun e Willett, 1995). De acordo com esta teoria, cada cultura concebe o seu próprio sistema contabilístico que influencia e determina a forma de elaboração do relato financeiro (*ibid.*).

Schultz e Lopez (2001) e Douplik e Richter (2004), em consonância com o modelo de Gray (1988), defendem que a cultura, especificamente os valores culturais, exercem influência sobre as escolhas realizadas no âmbito do relato financeiro.

Nesse sentido, foi concebida a seguinte hipótese geral, de onde derivam as restantes hipóteses operacionais propostas relacionadas com a mesma:

---

**H1:** Os **valores culturais** da uniformidade, conservadorismo e secretismo, tal como propostos por Gray (1988), distinguem-se em função dos **agrupamentos regionais**, encontrando-se associados com os **fatores económico-financeiros que distinguem as entidades**.

---

À luz dos valores culturais, Baydoun e Willett (1995), assim como Chanchani e Willett (2004), após teste empírico dos valores de Gray (1988), defendem a existência de uma possível associação entre o conservadorismo e o secretismo, igualmente sugerida na investigação realizada, em Portugal, por Albuquerque e Marcelino (2013). Por sua vez, Gietzmann e Trombetta (2003) referem, no âmbito das estratégias de divulgação, que políticas contabilísticas conservadoras são acompanhadas por um decréscimo nas divulgações voluntárias realizadas.

Por outro lado, Dhaliwal (1982) argumenta que as entidades tendem a opor-se a critérios contabilísticos indutores de volatilidade nos resultados ou nos rácios económico-financeiros, designadamente, de endividamento e de liquidez, assumindo, assim, uma postura de maior uniformidade nas políticas contabilísticas adotadas. Consequentemente, tais entidades tendencialmente adotam critérios conservadores (*income-smoothing*) no intuito de demonstrar uma posição financeira mais sólida e estável aos investidores (Iatridis, 2008).

Refira-se ainda que, à luz da classificação proposta por Gray (1988), os agrupamentos menos conservadores/secretistas são, em geral, igualmente menos uniformes (ou mais flexíveis), excetuando-se apenas a divergência, no caso do secretismo, referente aos países germânicos,

que antecedem os países latinos mais desenvolvidos em termos desse valor, contrariamente à classificação apresentada para a uniformidade e para o conservadorismo.

Assim, e tendo em conta o exposto, formulou-se a seguinte hipótese, que pressupõe a possibilidade de existência de uma relação entre os referidos valores culturais:

---

**H2:** Identifica-se uma associação mútua e estatisticamente significativa entre os **valores culturais**, nomeadamente, entre a uniformidade e o conservadorismo, entre a uniformidade e o secretismo e entre o conservadorismo e o secretismo.

---

### 3.1.2 As características qualitativas

O estudo de Nobes e Stadler (2014) constitui uma das bases para a investigação empírica desenvolvida no presente trabalho. De forma similar ao efetuado por tais autores, serão utilizados como referência alguns estudos efetuados em áreas próximas, de modo a identificar a existência de possíveis fatores explicativos associados à divulgação de CQ no relato financeiro.

A investigação precedente realizada neste domínio estabelece uma relação entre as escolhas contabilísticas e fatores explicativos de caráter económico-financeiro, tais como a dimensão da empresa, o endividamento e a rendibilidade. Adicionalmente, os autores associaram o grau de divulgação de CQ ao nível de transparência dos países.

Noutro âmbito, recorde-se que Baydoun e Willett (1995) relacionam a teoria dos valores culturais na subcultura da Contabilidade desenvolvida por Gray (1988) com as CQ previstas na anterior EC do FASB.

Como tal, foi definida a seguinte hipótese geral, de onde derivam as restantes hipóteses operacionais propostas relacionadas com a mesma:

---

**H3:** O nível de divulgação de CQ distingue-se em função dos **agrupamentos regionais**, encontrando-se associado com os **fatores económico-financeiros que distinguem as entidades**.

---

### 3.1.3 Relação entre os valores culturais e as características qualitativas

A proposta de Fechner e Kilgore (1994) referente a uma EC alicerçada na cultura surge no âmbito da literatura relacionada com a influência dos fatores culturais no relato financeiro, bem como do conseqüente impacto no processo de harmonização contabilística internacional. Em consonância com diversos autores, este fator contribui para as assimetrias atualmente existentes no relato financeiro a nível internacional (Perera, 1989; Gray, 1988; Douppnik e Salter, 1995 e Carvalho *et al.*, 2015).

A associação entre os valores culturais e a divulgação de CQ foi inicialmente proposta por Baydoun e Willett (1995), tendo por base a teoria da relevância cultural da Contabilidade. Contudo, a análise empírica desta relação tem sido descurada pela literatura. O trabalho de Nobes e Stadler (2014) destaca-se, nesse âmbito, pela constatação de que o grau de divulgação de CQ se encontra positivamente associado ao nível de transparência dos países, conceito que se relaciona com o secretismo enquanto valor cultural.

Segundo Baydoun e Willett (1995), a uniformidade encontra-se associada à consistência e à comparabilidade, consideradas em níveis distintos mas relevantes, de forma diferente, para a uniformidade aparente temporal das políticas contabilísticas e para a uniformidade de apresentação das DF entre entidades.

Por sua vez, o conservadorismo revela-se pertinente na aferição da qualidade da informação divulgada, articulando-se com as CQ da fiabilidade, representação fidedigna, verificabilidade e tempestividade. Desse modo, este valor cultural encontra-se mais associado a características físicas do relato financeiro, nomeadamente, questões específicas sobre a forma e o conteúdo, como a opção pelo custo histórico em detrimento do justo valor ou a utilização de regras tais como «custo ou mercado, dos dois o mais baixo» (*ibid.*).

Por último, o secretismo associa-se à quantidade de informação divulgada e ao nível de desagregação da mesma, como a opção pela maior ou menor desagregação da informação e opções em torno do relato voluntário, relacionando-se, por isso, com conceitos como a *accountability* e a utilidade da decisão. Assume-se, portanto, a existência de uma associação entre este valor cultural e a compreensibilidade, conduzindo à formulação da hipótese seguinte (*ibid.*):

---

**H4:** Identifica-se uma associação estatisticamente significativa entre os **valores culturais** e as **CQ**, nomeadamente, entre a uniformidade e a comparabilidade; entre o conservadorismo e a relevância, representação fidedigna, verificabilidade e tempestividade; e, por fim, entre o secretismo e a compreensibilidade.

---

#### **3.1.4 Os agrupamentos regionais como uma variável explicativa**

A uniformidade representa a preferência pela aplicação de práticas contabilísticas semelhantes entre as entidades, bem como a sua utilização de forma consistente ao longo do tempo, em oposição à flexibilidade, que atende às circunstâncias individuais de cada entidade (Gray, 1988).

A classificação dos sistemas contabilísticos proposta por Gray (1988) é marcada pela posição antagónica entre os países anglo-saxónicos (EUA, Reino Unido, África do Sul, Austrália incluídos), que exibem elevados níveis de flexibilidade e de profissionalismo, em contraponto

com os países latinos menos desenvolvidos, onde Portugal se encontra incluído, que apresentam elevados níveis de uniformidade e controlo legal.

Assim, numa escala decrescente relativamente ao valor cultural em estudo, os países latinos (que incluem Portugal e a Espanha), neste último caso incluído no conjunto dos países latinos mais desenvolvidos, apresentam patamares de uniformidade mais elevados, seguindo-se-lhes os países germânicos (representado, principalmente, pela Alemanha), os países nórdicos (nos quais se inclui a Suécia) e, por fim, os aludidos países anglo-saxónicos (com a Inglaterra como principal referência).

No seguimento, foi construída a hipótese subsequente nos seguintes termos:

---

**H1.1:** Os países incluídos na classificação de **países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos** apresentam, por essa ordem, distintos níveis de **uniformidade**, em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), sendo tais diferenças estatisticamente significativas.

---

Por sua vez, o conservadorismo traduz-se, fundamentalmente, segundo Gray (1988) e Baydoun e Willett (1995), na seleção de critérios de mensuração e na realização de julgamentos e estimativas pelos preparadores da informação financeira mais cautelosos ou, noutros termos, menos avessos ao risco. Douplik e Riccio (2006) concluíram que a escolha de práticas de mensuração é influenciada pelo nível de conservadorismo dos países.

Note-se que a classificação dos países em agrupamentos regionais proposta por Gray (1988) em termos deste valor cultural, coincide, em exata medida, com a mencionada para a uniformidade, encontrando-se os países latinos no grupo dos países que apresentam maiores níveis de conservadorismo, seguindo-se-lhes os países germânicos, os nórdicos e os anglo-saxónicos.

Desta forma, e tendo em conta o antecitado, formulou-se a seguinte hipótese:

---

**H1.2:** Os países incluídos na classificação de **países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos** apresentam, por essa ordem, distintos níveis de **conservadorismo**, em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), sendo tais diferenças estatisticamente significativas.

---

Segundo Baydoun e Willett (1995) e Gray (1988), o secretismo encontra-se associado a uma postura de *low-disclosure* adotada pelas entidades. Assim, materializa-se na quantidade de informação divulgada, incluindo o nível de desagregação apresentado, seja esse reporte de carácter quer quantitativo ou qualitativo, quer obrigatório ou voluntário. O referido valor traduz-se, nesse sentido, numa postura de menor transparência da informação divulgada no relato financeiro.

Entre as principais barreiras que se colocam à transparência no relato financeiro consta o risco de reporte/divulgação, entendido como o receio de fornecer informação confidencial às entidades concorrentes, incluindo a imposta por imposição legal (Dobler, 2008). Ainda no âmbito do risco de reporte, Bentley e Franklin (2013) preconizam que o agrupamento cultural anglo-saxónico apresenta, em linha com a proposição de Gray (1988) maior grau de divulgação que as restantes culturas.

No que concerne à classificação proposta por este último autor, verifica-se, numa lógica descendente, que os países latinos menos desenvolvidos apresentam maiores níveis de secretismo, seguidos dos germânicos, países latinos mais desenvolvidos, nórdicos e anglo-saxónicos.

Tendo em conta o exposto acima, foi concebida a seguinte hipótese:

---

**H1.3:** Os países incluídos na classificação de **países latinos menos desenvolvidos, germânicos, países latinos mais desenvolvidos, nórdicos e anglo-saxónicos** apresentam, nessa ordem, distintos níveis de **secretismo**, em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), sendo tais diferenças estatisticamente significativas.

---

Por fim, e considerando-se, por um lado, a relação anteriormente sugerida entre os valores culturais e as CQ (H4) e, por outro, a relação igualmente proposta entre os agrupamentos regionais e os valores culturais (H1.1, H1.2 e H1.3), torna-se razoável assumir a possibilidade do estabelecimento de hipóteses similares (H3.1, H3.2 e H3.3) entre a divulgação de CQ e os agrupamentos regionais.

Nesse sentido, foram formuladas as seguintes hipóteses adicionais:

---

**H3.1:** Os países incluídos na classificação de **países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos** apresentam, por essa ordem, distintos níveis de divulgação da CQ da **comparabilidade**, sendo tais diferenças estatisticamente significativas.

---

**H3.2:** Os países incluídos na classificação de **países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos** apresentam, por essa ordem, distintos níveis de divulgação de CQ da **relevância, representação fidedigna, verificabilidade e tempestividade**, sendo tais diferenças estatisticamente significativas.

---

**H3.3:** Os países incluídos na classificação de **países latinos menos desenvolvidos, germânicos, países latinos mais desenvolvidos, nórdicos e anglo-saxónicos** apresentam, nessa ordem, distintos níveis de divulgação da CQ da **compreensibilidade**, sendo tais diferenças estatisticamente significativas.

---

### 3.1.5 Os fatores económico-financeiros como uma variável explicativa

Khan e Watts (2009) preconizam a existência de uma associação negativa entre a dimensão das entidades e o nível de conservadorismo, na medida em que as empresas de maior dimensão apresentam menores níveis de assimetria de informação e de incerteza. Essa relação deve-se ao facto deste tipo de empresas possuir níveis de maturidade superiores e um contexto de informação mais rico, materializável, por exemplo, pelo grau de acompanhamento de analistas financeiros.

À luz da Teoria Positiva da Contabilidade, diversos autores identificaram uma associação positiva entre a dimensão das entidades e o nível de divulgação de informação financeira, o que se tem confirmado, em Portugal e em outros países, seja em termos gerais, seja em análises mais direccionadas a temas específicos, incluindo a divulgação relativa a matérias ligadas ao risco (Zarzeski, 1996; Eng e Mak, 2003; Iatridis, 2008; Lopes e Rodrigues, 2007; Albuquerque *et al.*, 2011; Cariano, 2012; Santos, 2013; Albuquerque, Texeira Quirós e Marcelino, 2013; Gaio e Mateus, 2014; Gonçalves e Lopes, 2015; Silva, 2015). A justificação para a mencionada associação positiva prende-se, segundo Watts e Zimmerman (1978) com o facto de os custos políticos (e.g. litígios) serem proporcionais à dimensão das entidades e, como tal, o incremento do nível de divulgação surge como forma de os evitar e, simultaneamente, elevar a confiança dos investidores. Paralelamente, saliente-se ainda o custo associado ao relato adicional voluntário ser inferior, em função dos recursos que tais entidades dispõem.

No contexto de outro fator económico-financeiro, o endividamento, Bellas e Tzovas (2008), em linha com Watts e Zimmerman (1978), preconizam a influência exercida pela alavancagem sobre a escolha e divulgação das políticas contabilísticas. Bradbury (1992) e Iatridis (2008) defendem que as empresas que apresentam maiores níveis de divulgação tendem a utilizar mais capital alheio, comparativamente ao capital próprio. No mesmo sentido, Jensen e Meckling (1976) argumentam que os custos de agência são superiores nas empresas em que a sua estrutura de capital é maioritariamente composta por capital alheio, sendo expectável que o nível de divulgação seja superior à medida que aumenta o endividamento. Myers (1977) refere que essas divulgações surgem como forma de transmitir uma imagem de comprometimento com os compromissos assumidos para com os credores, por parte da gestão e dos *shareholders*. Contudo, os resultados identificados na literatura não se apresentam consensuais, observando-se igualmente a existência de uma relação negativa (Belkaoui e Karpik, 1989; Zarzeski, 1996; Abd-Elsalam e Weetman, 2003; Eng e Mak, 2003) e a inexistência dessa associação (Chow e Wong-Boren, 1987; Lopes e Rodrigues, 2007; Albuquerque *et al.*, 2013; Silva, 2015).

Relativamente à rendibilidade, Bamber, Jiang, Petroni e Wang (2010) concluíram que os administradores que dispõem de incentivos baseados no capital próprio terão menor apetência em divulgar políticas contabilísticas menos transparentes, redutoras da sua performance. Do mesmo modo, empresas com resultados negativos são relutantes em divulgar informação detalhada por forma a encobrir perdas e resultados em declínio (Singhvi e Desai, 1971). Aliás, em linha com a Teoria do Sinal, Giner Inchausti (1997) preconiza que existe menor probabilidade da gestão divulgar informação relevante no caso de existir uma má performance, a fim de evitar a subavaliação das ações da empresa. De igual forma, Iatridis (2008) argumenta que as entidades que apresentam níveis de divulgação superiores exibem maiores níveis de rendibilidade. Em contraponto, a literatura tem identificado mais frequentemente a inexistência dessa associação (Chavent, Ding, Fu, Stolowy e Wang, 2006; Galani, Alexandridis e Stavropoulos, 2011; Albuquerque *et al.*, 2013; Gonçalves e Lopes, 2015; Silva, 2015).

Considerando-se, por um lado, a indefinição observada na literatura acerca da influência do endividamento e da rendibilidade em termos dos valores culturais e, por outro, o pressuposto de associação prescrito na H2 entre os valores culturais analisados neste estudo (uniformidade, conservadorismo e secretismo), foi definida a seguinte hipótese:

---

**H1.4:** Identifica-se uma associação negativa (ou relação inversa) estatisticamente significativa entre a **dimensão** das entidades e os **valores culturais** da uniformidade, do conservadorismo e do secretismo, sendo tal associação (ou relação) indeterminada no que concerne à relação entre os **referidos valores** e a **rendibilidade** ou o **nível de endividamento**.

---

A associação positiva entre o grau de divulgação da informação e a dimensão das entidades é relativamente consensual na literatura. Num âmbito mais específico, Nobes e Stadler (2014) preconizam a existência de uma relação positiva entre a dimensão das entidades e a divulgação de CQ, tendo sido analisadas a maioria dos conceitos objeto deste estudo, nomeadamente, a relevância, a representação fidedigna, a comparabilidade, a prudência, a fiabilidade, a tempestividade, a compreensibilidade e a verificabilidade.

Relativamente ao endividamento, a conexão entre o nível de divulgação da informação constata-se indeterminada. Não obstante, e no âmbito, uma vez mais, da divulgação de CQ, não é identificável uma associação significativa ao nível de endividamento (*ibid.*).

De igual modo, a relação entre a rendibilidade e o nível de divulgação de informação apresenta-se na literatura como indeterminada. No mesmo sentido, Nobes e Stadler (2014) não obtiveram evidência científica significativa acerca da relação entre a rendibilidade e a divulgação de CQ.

Ao que pese o facto de a literatura sobre a divulgação de CQ apresentar-se ainda incipiente, atendendo, por um lado, à associação já sugerida entre os valores culturais e as CQ (H4) e, por outro, à associação igualmente proposta entre os fatores económico-financeiros e os valores culturais (H1.4), considera-se razoável assumir a possibilidade de estabelecimento de uma hipótese similar (H3.4) entre a divulgação de CQ e os fatores económico-financeiros.

---

**H3.4:** Identifica-se uma associação positiva (ou relação direta) e estatisticamente significativa entre a **dimensão** das entidades e a **divulgação de CQ**, sendo tal associação (ou relação) indeterminada no que concerne à relação entre a **divulgação de CQ** e a **rendibilidade** ou o **nível de endividamento**.

---

Na próxima secção será exposta a metodologia aplicada no estudo empírico realizado.

## 3.2 Metodologia

Este subcapítulo inclui a exposição da metodologia de investigação aplicada, especificamente, a definição das variáveis utilizadas, a caracterização da população e dos dados recolhidos, bem como a posterior análise estatística realizada.

### 3.2.1 Definição das variáveis

Com o intuito de testar as hipóteses formuladas na secção 3.1, foram identificados, por um lado, os valores culturais e as CQ da informação financeira, enquanto VD ou explicadas, e os agrupamentos regionais e fatores económico-financeiros, enquanto VI, por outro. Assim, o Quadro 3.1 condensa as variáveis em análise, bem como o objetivo das hipóteses mencionadas:

**Quadro 3.1** Hipóteses do estudo: Variáveis em análise e objetivo.

Hipótese	Variáveis em análise	Objetivo
H1.1	A cultura (VD) e os agrupamentos regionais (VI)	Testar as diferenças em termos dos valores culturais em função dos agrupamentos regionais
H1.2		
H1.3		
H1.4	A cultura (VD) e os fatores económico-financeiros (VI)	Testar a existência de associação entre os valores culturais e os fatores económico-financeiros
H2	A relação entre os valores culturais	Testar a existência de associação entre os valores culturais
H3.1	O nível de divulgação de CQ (VD) e os agrupamentos regionais (VI)	Testar as diferenças em termos de divulgação de CQ em função dos agrupamentos regionais
H3.2		
H3.3		
H3.4	O nível de divulgação de CQ (VD) e os fatores económico-financeiros (VI)	Testar a existência de associação entre o nível de divulgação de CQ e os fatores económico-financeiros
H4	Os valores culturais e o nível de divulgação de CQ	Testar a existência de associação entre a cultura e o nível de divulgação de CQ



No sentido de avaliar as associações ou relações conexas entre as VD e os **fatores económico-financeiros**, utilizaram-se diversos elementos enquanto *proxies* das VI. Assim, para a dimensão, recorreu-se à capitalização bolsista (produto do número de ações em circulação à data de relato pela cotação da ação a essa data), ao total do ativo e ao volume de negócios consolidados, este último entendido como o somatório de vendas e prestações de serviços. No que concerne à rendibilidade, utilizou-se o rácio da rendibilidade do ativo consolidado (resultado líquido do período consolidado a dividir pelo total do ativo consolidado) e, por último, para o endividamento, o rácio de endividamento (total do passivo consolidado a dividir pelo total do ativo consolidado)<sup>24</sup>.

Adicionalmente, para a realização de alguns testes estatísticos baseados em diferenças de subamostras, os dados respeitantes a estes fatores económico-financeiros foram classificados entre «1» e «0» conforme os valores apresentados superassem, ou não, respetivamente, a mediana então calculada.

Outra transformação efetuada, neste caso para efeitos da aplicação dos testes de correlação, respeita à logaritmação de algumas variáveis, de forma a proceder à sua normalização. Tal procedimento foi aplicável, nomeadamente, às variáveis utilizadas como *proxies* da dimensão, considerando a magnitude das mesmas, tendo sido identificadas com a inserção do sufixo «\_LN» após a sua notação.

As VI e respetiva notação utilizada nesta investigação para os fatores económico-financeiros constam do Quadro 3.2:

**Quadro 3.2** Variáveis independentes.

Fator económico-financeiro	Variável independente ( <i>proxy</i> )	Notação
<b>Dimensão</b>	Total do ativo consolidado	TA
	Volume de negócios consolidado	VN
	Capitalização bolsista	CB
<b>Rendibilidade</b>	Resultado líquido do período/total do ativo consolidado	REN
<b>Endividamento</b>	Total do passivo consolidado/total do ativo consolidado	END

<sup>24</sup> De modo a garantir a comparabilidade dos dados recolhidos, a conversão das moedas de apresentação da informação financeira analisada (libra esterlina, dólar dos EUA e coroa sueca) foram convertidas para euros, tendo por base as taxas de câmbio de referência diárias, disponibilizadas pelo Banco de Portugal (BP, 2015) em: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/Dominios%20Estatisticos/EstatisticasCambiais/Paginas/Taxasdereferenciadiarias.aspx>.

No que diz respeito às VD, em particular aos valores culturais, de referir que a aferição da **uniformidade** foi efetuada tendo por base a alteração voluntária de políticas contabilísticas realizadas no período. Desse modo, atribuiu-se «1» à verificação do valor cultural em causa, no caso de não se constatar a alteração de políticas contabilísticas no período de reporte, e «0» no caso contrário.

Por outro lado, a aferição do **conservadorismo** e do **secretismo** foi realizada através da análise do reconhecimento e divulgação, respetivamente, de determinadas categorias de IF derivados.

Os requisitos estabelecidos na IAS 39 (§ 88) para que um instrumento financeiro derivado possa ser reconhecido como de cobertura, nomeadamente, a expectativa de um elevado grau de eficácia de cobertura, a mensuração fiável desta última e a documentação formal associada implicam, segundo Pirchegger (2006), que a aplicação das regras relativas à contabilidade de cobertura seja considerada uma opção contabilística. No mesmo sentido, se uma entidade não cumprir os critérios de eficácia de cobertura, deve descontinuar a contabilidade de cobertura (IAS 39, AG113), sendo os respetivos IF derivados qualificados como de negociação. Assim, por exemplo, uma entidade terá a possibilidade de desqualificar um derivado como de cobertura caso não forneça a documentação detalhada requerida pela norma (Pirchegger, 2006).

O método de reconhecimento dos ganhos ou perdas encontra-se dependente da designação do derivado como instrumento de cobertura (*hedged instrument*) e, caso seja, da natureza do item coberto (*hedged item*). Assim, a IAS 39, nos parágrafos 89 a 94, estabelece que as variações do justo valor dos IF derivados que se qualifiquem como de cobertura de justo valor (*fair value hedge*) devem ser registadas diretamente em resultados.

Em contraponto, as variações de justo valor dos IF derivados (consideradas eficazes)<sup>25</sup> que se qualifiquem como de cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*) ou de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira (*net investment hedge*) devem ser contabilizadas no capital próprio (*other comprehensive income*) (§ 95 a 101 e § 102, IAS 39).

No caso dos IF derivados que não cumpram os critérios referidos e, como tal, sejam excluídos do âmbito da contabilidade de cobertura, são classificados como detidos para negociação (*held-for-trading*), designando-se como ativos ou passivos financeiros pelo justo valor através de resultados (*fair value through profit and loss*) (§ 9 e 45 a 47, IAS 39).

---

<sup>25</sup> A porção resultante das variações do instrumento de cobertura considerada ineficaz deve ser contabilizada diretamente em resultados (§ 95, alínea b) e § 102, alínea b), IAS 39).

Sob a vertente da investigação científica, Bertoni e De Rosa (2013) realçam que num contexto cultural e legal essencialmente orientado para o conservadorismo, a conceção prudente de resultado (*income*) que prevalece nos países europeus se materializa através do reconhecimento imediato em resultados de perdas e, em contraponto, dos ganhos apenas quando realizados.

Dito de outro modo, perante esta ótica de prudência somente os ganhos seguem o designado «princípio da realização» (Bertoni e De Rosa, 2013: 11), ao passo que as perdas são potencialmente antecipadas (Chanchani e Willett, 2004).

Aliás, a prática contabilística de reconhecimento das variações do justo valor em contrapartida de resultados, para além de ser considerada mais relevante, é interpretada pelos investidores como um sinal de menor conservadorismo (Barth, Beaver e Landsman, 2001).

Refira-se que os critérios definidos nas IFRS permitem uma abordagem conservadora nessa matéria, evidenciada por Cordazzo (2008) num estudo sobre o processo de transição para as IFRS em Itália. De ressaltar ainda que a adoção da contabilidade de cobertura prevista na IAS 39 permite minimizar a volatilidade derivada da contabilidade de cobertura na DR, ao alinhar o *timing* de reconhecimento dos ganhos e perdas nos instrumentos de cobertura e itens cobertos (Lopes, 2007). Desse modo, no concernente à gestão do risco, a entidade expõe-se somente à volatilidade económica, derivada de exposições reais (*ibid.*).

Atendendo ao mencionado supra, a aferição do **conservadorismo** foi realizada em função da detenção (ou não) de IF derivados cujas variações do justo valor devam ser contabilizadas nos resultados, nomeadamente os de *fair value hedge*. Assim, a posse desta última categoria de IF derivados foi pontuada com o valor de «0», como sinal de menor conservadorismo. Por oposição, a posse de derivados cujas variações do justo valor são reconhecidas em capital próprio, nomeadamente, os de *cash flow hedge* e de *net investment hedge*, foi pontuada com o valor de «1». De igual forma, atribuiu-se este último código referido às entidades que não possuíam qualquer tipo de IF derivados de cobertura.<sup>26</sup>

No que concerne ao **secretismo**, saliente-se que a avaliação do nível de cumprimento das entidades relativamente aos requisitos de divulgação obrigatórios estabelecidos nos normativos é realizada, de forma recorrente na literatura, através da construção de índices de divulgação, o que se verifica nas mais diversas áreas, designadamente, na agricultura, através da IAS 41

---

<sup>26</sup> De acordo com o novo modelo contabilístico definido na IFRS 9 para aos instrumentos financeiros, mais *principle based*, foram já excluídos os três tipos de relações de cobertura estabelecidos na IAS 39. A primeira norma referida é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, sendo permitida a sua adoção antecipada (IFRS Foundation, 2014a).

(Gonçalves e Lopes, 2015)<sup>27</sup>; na apresentação das DF, por via da IAS 1 (Gaio e Mateus, 2014); em 30 temáticas distintas das IFRS (Santos, Ponte e Mapurunga, 2014) e, por fim, no âmbito específico dos IF, através da IAS 32 e IAS 39 (Lopes e Rodrigues, 2007).

Assim, no sentido de aferir o nível de divulgação da informação, foram concebidas VD para apreciação do valor cultural em análise, contextualizadas nos requisitos de divulgação de natureza obrigatória estabelecidos pela IFRS 7, conforme observável no Quadro 3.3:

**Quadro 3.3** Variáveis dependentes do ICRD: Secretismo.

Tipo de divulgação	Código	Conteúdo da variável	Fonte
<b>Genérica</b>	<b>VD1</b>	É feita uma descrição para cada tipo de cobertura?	a) § 22 IFRS 7
	<b>VD2</b>	É feita uma descrição dos IF designados como de cobertura?	b) § 22 IFRS 7
	<b>VD3</b>	É divulgado o justo valor, à data de relato, dos instrumentos de cobertura?	b) § 22 IFRS 7
	<b>VD4</b>	É divulgada a natureza dos riscos a serem cobertos?	c) § 22 IFRS 7
<b>Cash Flow Hedge</b>	<b>VD5</b>	São divulgados os períodos em que se espera que ocorram os fluxos de caixa?	a) § 23 IFRS 7
	<b>VD6</b>	São divulgados os períodos em que é exetável que os fluxos de caixa venham a afetar os lucros ou prejuízos?	a) § 23 IFRS 7
	<b>VD7</b>	É divulgada a quantia reconhecida no capital próprio durante o período?	c) § 23 IFRS 7
	<b>VD8</b>	É divulgada a quantia removida do capital próprio e incluída nos lucros ou prejuízos?	d) § 23 IFRS 7
	<b>VD9</b>	A ineficácia nos lucros ou prejuízos decorrente da cobertura de fluxos de caixa é divulgada separadamente?	b) § 24 IFRS 7
<b>Fair value hedge</b>	<b>VD10</b>	Os ganhos ou perdas sobre o <i>hedging instrument</i> são divulgados?	i) a) § 24 IFRS 7
	<b>VD11</b>	Os ganhos ou perdas sobre o <i>hedged item</i> são divulgados?	ii) a) § 24 IFRS 7
<b>Net investment hedge</b>	<b>VD12</b>	A ineficácia nos lucros ou prejuízos decorrente das coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras é divulgada separadamente?	c) § 24 IFRS 7

<sup>27</sup> Adicionalmente à análise dos requisitos obrigatórios, este estudo analisa outras duas categorias de requisitos: não obrigatórios mas recomendados e os não obrigatórios e não recomendados (*ibid.*).

O nível de divulgação efetuado por cada entidade incluída nesta investigação associado à frequência de divulgação dos requisitos de divulgação foi avaliado através da construção de dois índices de cumprimento de requisitos de divulgação (ICRD) relativos e não ponderados, a nível individual e total:  $ICRD_i$  e  $ICRD_t$  observáveis nas fórmulas 3.1 e 3.2, respetivamente:

$$ICRD_i = \frac{\sum_{i=1}^n VD_i}{n}, \quad (3.1)$$

Onde  $VD_i = 0$  se o item não é divulgado, 1 se divulgado e 2 se não aplicável/identificável;  $n$  = número itens divulgados, excluindo  $VD_i = 2$ .

$$ICRD_t = \frac{\sum_{i=1}^n ICRD_i}{n}, \quad (3.2)$$

Onde  $n$  = número total de entidades incluídas no cálculo do índice.

O cálculo do  $ICRD_i$  inclui no seu numerador o total de divulgações realizadas em conformidade com as VD definidas ( $VD_i$ ) e no denominador o somatório de divulgações realizadas. Relativamente ao  $ICRD_t$ , o numerador é constituído pelo total de  $ICRD_i$  e o respetivo denominador pelo número de entidades analisadas.

Portanto, a aferição deste valor cultural foi realizada em função do  $ICRD_i$  e da mediana calculada para a população final, no sentido de homogeneizar a classificação das entidades incluídas nesta investigação.<sup>28</sup> Deste modo, para as entidades cujo  $ICRD_i$  se verificava não inferior à mediana referida foram consideradas não secretistas (valor de «0») e, vice-versa para as com valor inferior a essa mediana (valor de «1»).

Com o intuito de evitar a distorção das medidas de avaliação do secretismo acima descritas, nas circunstâncias em que os critérios de divulgação não fossem aplicáveis à entidade (e.g. não detenção de uma(s) categoria(s) de IF derivados) ou não passíveis de identificação (e.g. ausência

---

<sup>28</sup> A aferição do secretismo em função da mediana calculada para cada índice bolsista poderia conduzir à distorção dos resultados, dado que entidades com igual  $ICRD_i$  apresentariam diferente classificação, em função do valor da mediana referente ao índice a que pertencem.

de menção expressa de VD7) pontuou-se com «2». Adicionalmente, as entidades que não possuíam IF derivados de cobertura foram consideradas como não secretistas, tendo-se para tal atribuído o valor de «0».

No processo de recolha da informação acerca das **CQ**, foi construída uma matriz, apresentada no Apêndice I, da qual constam os seguintes elementos: em linha, as rubricas que compõem o anexo, de acordo com as divulgações estabelecidas nas IFRS e formatos habitualmente identificados nos relatos financeiros; em coluna, as CQ analisadas neste estudo, tendo prioritariamente por base os conceitos previstos na EC FASB-IASB, bem como os que anteriormente a essa revisão apresentavam-se mais próximos dos conceitos atuais.

A classificação das CQ utilizada neste estudo, à luz dos critérios anteriormente referidos, atende aos seguintes grupos e conceitos:

a) as CQ fundamentais (duas):

i) **a relevância (Rel)**: assim identificada sempre que os conceitos de «relevância», «materialidade», «materialmente relevante», «valor preditivo» ou «valor confirmatório» fossem referenciados; e

ii) **a representação fidedigna (RepF)**: identificada, por sua vez, sempre que os conceitos de «fiabilidade», «plenitude», «informação completa», «neutralidade», «informação livre de erros», «substância sobre a forma» ou «prudência» fossem referenciados.

b) as CQ de reforço (quatro):

i) **a comparabilidade (Compa)**;

ii) **a compreensibilidade (Compr)**;

iii) **a verificabilidade (Ver)**; e

iv) **a tempestividade (Temp)**.

Atribuiu-se o valor de «0» no caso de se verificar a inexistência de divulgação de CQ e, em sentido inverso, o valor de «1» caso se tenha verificado essa divulgação.

Paralelamente, e de modo a construir uma medida de avaliação o mais possível objetiva e comparável, foram desenvolvidos dois índices relativos à frequência de divulgação de CQ: o índice de divulgação de características qualitativas ( $IDCQ_x$ ) e o  $IDCQ_t$ , associados à frequência de divulgações de cada característica, a nível individual e total, respetivamente. O método de cálculo utilizado é observável através das fórmulas 3.3 e 3.4:

$$\text{IDCQ}_x = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}, \quad (3.3)$$

Onde  $X_i$  = número de divulgações, por entidade, de cada CQ;  $n$  = total de divulgações possíveis para cada CQ.

$$\text{IDCQ}_t = \frac{\sum_{i=1}^n Y_i}{n}, \quad (3.4)$$

Onde  $Y_i$  = total de divulgações de CQ;  $n$  = total de divulgações possíveis na matriz.

O total das divulgações possíveis para cada CQ, denominador do primeiro índice, é composto pelo número de notas do anexo constituintes da matriz para o efeito desenvolvida, ao passo que o total das divulgações possíveis na matriz, denominador do segundo índice, é constituído pelo produto entre o denominador do primeiro índice e o número de CQ propostas (17). Ressalte-se, nesse sentido, que os denominadores constituem-se como valores teóricos que dificilmente permitem a obtenção de um valor próximo à unidade para cada índice e entidade, uma vez que pressuporia a divulgação de cada CQ ao longo de cada uma das notas. Assim, a leitura dos resultados obtidos para os referidos índices apenas pode ser realizada em termos da sua posição relativa, face aos resultados obtidos para a sua congénere.

### 3.2.2 População, fontes de informação e período do estudo

A metodologia utilizada na recolha de dados foi a análise de conteúdo dos relatórios e contas consolidados anuais das entidades cotadas (grupos não financeiros) em índices bolsistas dos mercados financeiros europeus, nomeadamente: PSI-20, IBEX-35, FTSE-100, DAX-30 e OMX-S30, para os períodos financeiros de 2013 e 2014.

A população desta investigação é constituída pelas entidades com valores mobiliários admitidos à cotação nos referidos índices, pertencentes, respetivamente, às bolsas de valores de Lisboa, Madrid, Londres, Frankfurt e Estocolmo, à data de 31 de Dezembro de 2014. De modo a garantir a comparabilidade, os critérios de exclusão foram definidos em função dos seguintes elementos: i) setor de atividade das entidades; ii) data de relato; iii) normativo contabilístico aplicável; iv) país originário da entidade; e v) outros acontecimentos marcantes passíveis de afetar de forma relevante essa CQ.

Desse modo, em cumprimento do critério definido em i), excluíram-se as entidades pertencentes ao setor financeiro por se encontrarem sujeitas à supervisão de entidades reguladoras do setor financeiro nas respectivas jurisdições e, como tal, à consequente utilização de critérios contabilísticos eventualmente distintos.

Relativamente a ii), foram aceites divergências temporais até três meses da data de reporte da informação financeira considerada como referência<sup>29</sup>, último dia do ano civil, sendo consequentemente excluídas as que apresentavam diferenças superiores ao período referido, como por exemplo as Sociedades Anónimas Desportivas.

Refira-se que em relação a iii), as entidades cuja informação financeira foi elaborada de acordo com normativos contabilísticos distintos das IFRS (por exemplo, as US GAAP) foram igualmente excluídas.

De acordo com o critério apresentado em iv), foram excluídas as entidades cujos países originários não eram suscetíveis de refletir a área cultural definida *a priori*. Como mero exemplo, nos países anglo-saxónicos foram incluídas as entidades britânicas, norte-americanas, sul-africanas e australianas. Por último, em v) foram retiradas empresas cuja comparabilidade da informação financeira entre o período analisado não foi garantida. Por conseguinte, a população final é constituída por 137 entidades distribuídas pelos diversos índices bolsistas, conforme divulgado no Quadro 3.4:

**Quadro 3.4** Composição da população por índice bolsista.

		Índice				
		PSI-20	IBEX-35	FTSE-100	DAX-30	OMX-S30
<b>População inicial</b>		<b>18</b>	<b>35</b>	<b>101</b>	<b>30</b>	<b>29</b>
<b>Número de entidades excluídas</b>		<b>4</b>	<b>12</b>	<b>45</b>	<b>7</b>	<b>8</b>
<b>Critério de exclusão</b>	i) Setor de atividade (financeiro, segurador)	3	9	19	5	6
	ii) Divergência temporal da informação financeira	-	-	11	-	-
	iii) Divergência do normativo contabilístico aplicável	-	-	1	2	-
	iv) Áreas culturais dos países originários	-	3	14	-	2
	v) Ausência de comparabilidade da informação financeira	1	-	-	-	-
<b>Número de entidades incluídas no estudo (população final)</b>		<b>14</b>	<b>23</b>	<b>56</b>	<b>23</b>	<b>21</b>

<sup>29</sup> Desfasamento temporal máximo permitido entre a informação financeira de uma subsidiária e empresa-mãe (§ 18, NCRF 15 e § 27, IAS 27).



### 3.2.3 Técnicas estatísticas utilizadas

A análise estatística aplicada na presente investigação inclui a utilização de técnicas de estatística descritiva univariadas e bivariadas, quando se encontrava em causa a análise da relação entre duas variáveis. Em relação às primeiras técnicas mencionadas, destaca-se a utilização de medidas de tendência central (e.g. média e mediana), bem como, a análise de frequências. No tocante às técnicas bivariadas, foram utilizados testes não-paramétricos que incluem a análise dos coeficientes de correlação de Spearman, bem como os testes de Mann-Whitney U, Qui-quadrado (ou o teste exato de Fisher quando violado um dos pressupostos que impedem a sua aplicação<sup>30</sup>) e de McNemar.

O coeficiente de correlação de Spearman, designado por  $r$  de Spearman, e aplicado a H3.4, constitui-se como uma medida de associação não-paramétrica (aplicável independentemente da forma da distribuição das variáveis) entre duas variáveis pelo menos ordinais, tomando valores entre -1 e 1 (Maroco, 2007). Quanto mais próximo da unidade (em valor absoluto), maior a correlação, sendo o sinal indicativo do sentido (ou sinal) da associação. A título de exemplo, saliente-se que um coeficiente de correlação próximo de 1 significa a existência de uma relação positiva, e muito forte, entre as duas variáveis, com o incremento numa das variáveis a ser associado ao incremento na outra (Maroco, 2007).

Para testar as sub-hipóteses de H3 (H3.1, H3.2, H3.3 e H3.4) e H4, foi utilizado o teste não-paramétrico de Mann-Whitney U, que permite identificar a existência de diferenças significativas entre os distintos grupos de entidades em análise. O teste de Mann-Whitney U, alternativo ao *t-test*, é um teste não-paramétrico aplicável a escalas ordinais e para duas amostras independentes. De acordo com Hill e Hill (2008), a principal vantagem que o referido teste apresenta é a sua utilização em amostras cuja normalidade não se verifica, ou não é possível, ou desejável, evocar a robustez do teste à violação dos seus pressupostos, particularmente, quando as amostras são de pequena dimensão.

O teste do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) é aplicado para testar se duas ou mais populações independentes divergem relativamente a uma característica específica (Maroco, 2007). A vantagem referida para o teste de Mann-Whitney U é, de igual forma, aplicável a este teste do Qui-quadrado (Hill e Hill, 2008). Na presente investigação, o teste aludido é aplicado quando em análise constam variáveis qualitativas nominais, designadas de *dummies*, relacionadas com a verificação (código 1) ou não

---

<sup>30</sup> Refere-se ao pressuposto de que 80% das frequências esperadas não são inferiores a 5 (Maroco, 2007).

(código 0) dos valores culturais de Gray (1988). Como tal, será aplicado nas sub-hipóteses de H1 (H1.1, H1.2, H1.3, H1.4) e em H2.

O Quadro 3.5 resume as técnicas estatísticas utilizadas para testar as hipóteses formuladas, bem como os objetivos subjacentes:

**Quadro 3.5** Técnicas não-paramétricas bivariadas utilizadas.

H	Objetivo	Teste estatístico
H1.1	Testar as diferenças em termos dos valores culturais (VD) em função dos agrupamentos regionais (VI)	Teste do Qui-Quadrado
H1.2		
H1.3		
H1.4	Testar a existência de associação entre os valores culturais (VD) e os fatores económico-financeiros (VI)	
H2	Testar a existência de associação entre o conservadorismo <i>vs.</i> secretismo, secretismo <i>vs.</i> uniformidade e o consevadorismo <i>vs.</i> uniformidade	
H3.1	Testar as diferenças em termos das CQ (VD) em função dos agrupamentos regionais (VI)	Teste de Mann-Whitney-U
H3.2		
H3.3		
H3.4	Testar a existência de associação entre o nível de divulgação de CQ (VD) e os fatores económico-financeiros (VI)	Correlação de Spearman e teste de Mann-Whitney-U
H4	Testar a existência de associação entre os valores culturais e o nível de divulgação de CQ	Teste de Mann-Whitney-U

Adicionalmente, na análise à consistência da *proxy* utilizada para cada valor cultural, recorreu-se, além das técnicas de análise descritiva, ao teste de McNemar, utilizado para comparar duas amostras emparelhadas com variáveis nominais dicotómicas, sendo apropriada para aferir a volatilidade temporal das VD referidas (Maroco, 2007).

O tratamento estatístico da informação foi efetuado com o suporte do *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 21. A análise dos resultados extraídos a partir do SPSS permite comparar o nível de significância (ou *p-value*) definido com o valor obtido para a probabilidade de significância associada (*Asymp. Sig 2-tailed*). Desse modo, verificar-se-á a existência de diferenças significativas entre dois grupos de entidades analisadas que integram a população em estudo sempre que a probabilidade de significância associada for inferior ao nível de significância definido no presente estudo.

No próximo capítulo desta dissertação serão apresentados e discutidos os resultados obtidos, tendo por base as hipóteses definidas e as linhas metodológicas anteriormente propostas.

## 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo destina-se a apresentar e discutir os resultados que permitam validar, ou não, as hipóteses anteriormente definidas, encontrando-se estruturado em três subcapítulos.

Assim, o primeiro identifica-se com a análise das hipóteses operacionais definidas a partir da H1, relativas à eventual distinção entre os valores culturais (VD) em função dos agrupamentos regionais (VI) ou a associação dos referidos valores com os fatores económico-financeiros que distinguem as entidades (VI). Adicionalmente, este mesmo subcapítulo analisa a existência de uma eventual associação entre os valores culturais (H2).

O segundo destina-se à análise das hipóteses operacionais definidas a partir da H3, relativas à eventual distinção entre o nível de divulgação de CQ (VD) em função dos agrupamentos regionais (VI) ou a associação de tal divulgação com os fatores económico-financeiros que distinguem as entidades (VI).

O terceiro, por fim, detalha os resultados associados à existência de uma eventual associação entre os valores culturais e o nível de divulgação de CQ, como prescrito na H4.

### 4.1 Os valores culturais

O presente subcapítulo é composto por 3 subsecções nas quais se apresentarão os resultados obtidos para as sub-hipóteses da H1 e H2, em concordância com as VI definidas, nomeadamente: na distinção dos valores culturais, tal como propostos por Gray (1988) em função dos agrupamentos regionais (H1.1, H1.2 e H1.3); na associação entre tais valores e os fatores económico-financeiros que distinguem as entidades (H1.4); e, por fim, na análise da associação entre os valores culturais (H2).

Inicialmente, contudo, foi aplicado o teste de McNemar no intuito de testar a significância das alterações ocorridas entre os dados em análise durante o período deste estudo, que compreende os anos de 2013 e 2014, e dessa forma avaliar a consistência da *proxy* estabelecida para os valores culturais de Gray (1988) utilizados na corrente investigação.

Assim, os resultados do teste mencionado, por referência ao nível de significância utilizado neste estudo, são apresentados conjuntamente para a uniformidade (Unif), o conservadorismo (Cons) e o secretismo (Sec) no Quadro 4.1:

**Quadro 4.1** Teste de McNemar: Valores culturais.

	Unif_2013 vs. Unif_2014	Cons_2013 vs. Cons_2014	Sec_2013 vs. Sec_2014
Significância	0,575 <sup>a</sup>	,687 <sup>b</sup>	,687 <sup>b</sup>

a. Significância assintótica

b. Significância exata (bilateral): distribuição binomial

Os resultados do teste de McNemar ilustram a consistência da *proxy* utilizada para cada valor cultural, uma vez verificada a inexistência de diferenças significativas na comparação temporal entre os dados em análise. Adicionalmente, o Quadro 4.2 apresenta a análise das frequências relativas obtidas a partir dos dados obtidos para os valores culturais nos dois anos do estudo:

**Quadro 4.2** Frequência relativa: Associações entre os valores culturais (2013-2014).

Unif_2013 vs. Unif_2014		Unif_2014				Total
		0	%	1	%	
Unif_2013	0	30	52%	23	29%	53
	1	28	48%	56	71%	84
Total		58	100%	79	100%	137
Cons_2013 vs. Cons_2014		Cons_2014				Total
		0	%	1	%	
Cons_2013	0	72	97%	4	6%	76
	1	2	3%	59	94%	61
Total		74	100%	63	100%	137
Sec_2013 vs. Sec_2014		Sec_2014				Total
		0	%	1	%	
Sec_2013	0	74	97%	4	7%	78
	1	2	3%	57	93%	59
Total		76	100%	61	100%	137

O Quadro 4.2 confirma, nesse sentido, as conclusões já expostas aquando da aplicação do teste de McNemar ao verificar-se que, quando o código dos valores culturais coincide, registam-se as proporções de maior valor em ambos os períodos (e.g. em 2013 quando Cons\_2013 = 0 e Cons\_2014 = 0, a frequência relativa é de 97%).

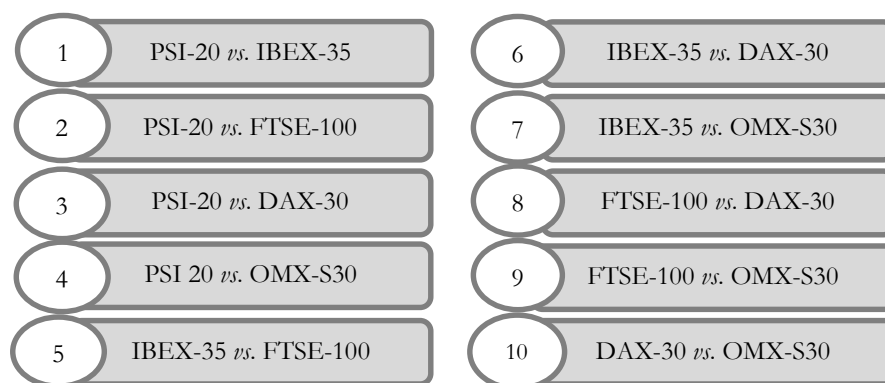
#### 4.1.1 A cultura e os agrupamentos regionais

A partir da H1 foram definidas as H1.1 e H1.2, segundo as quais os países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos apresentam, por essa ordem, distintos níveis de uniformidade e de conservadorismo, respetivamente, em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), apresentando-se tais diferenças como estatisticamente significativas.

Já a H1.3, relativa ao secretismo, diferia apenas no concernente à ordem dos agrupamentos regionais, nos quais os países latinos menos desenvolvidos antecederiam os germânicos e os latinos mais desenvolvidos.

Nesse sentido, as referidas sub-hipóteses destinam-se a apresentar os resultados obtidos, dois a dois, para os agrupamentos propostos a partir do teste do Qui-quadrado, de modo a identificar a existência de eventuais diferenças significativas. Assim, considerando-se a existência de cinco grupos analisados neste estudo, o teste foi aplicado a dez pares de índices, cuja codificação pode ser observada na Figura 4.1:

**Figura 4.1** Codificação dos pares de índices.



Na seqüência, o Quadro 4.3 e 4.4 apresentam os resultados obtidos, para os dois anos em estudo, tendo como referência a *Asymp. Sig. (2-tailed)* alusiva ao teste exato de Fisher:

**Quadro 4.3** Teste do Qui-quadrado por pares de índices: Valores culturais (2013).

Valor cultural	Ano de 2013									
	Agrupamento (pares) de índices em análise									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>Unif_2013</b>	1,000	1,000	,738	1,000	1,000	1,000	,761	,803	,793	,548
<b>Cons_2013</b>	,166	,007	,040	,036	,316	,554	,382	1,000	1,000	1,000
<b>Sec_2013</b>	1,000	,562	,171	,739	,623	,221	,563	,305	,304	,065

Tendo presente o ano de 2013 (Quadro 4.3), os resultados estatísticos obtidos sugerem a não existência de diferenças significativas entre os pares de índices para a generalidade dos valores culturais em estudo. A exceção é aplicável somente ao conservadorismo, cujas diferenças se revelam significativas para os pares de índices 2 (PSI-20 vs. FTSE-100), 3 (PSI-20 vs. DAX-30) e 4 (PSI 20 vs. OMX-S30), sendo o índice PSI-20 comum a todos esses agrupamentos.

Considerando-se um nível de significância entre 5% e 10%, é observável a existência de diferenças significativas apenas para o par de índices 10 (DAX-30 *vs.* OMX-S30) relativamente ao valor do secretismo.

**Quadro 4.4** Teste do Qui-quadrado por pares de índices: Valores culturais (2014).

Valor cultural	Ano de 2014									
	Agrupamento (pares) de índices em análise									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>Unif_2014</b>	,288	,131	,288	,282	1,000	1,000	1,000	1,000	,803	1,000
<b>Cons_2014</b>	1,000	,034	,173	,041	,029	,236	,069	,623	,796	,548
<b>Sec_2014</b>	,745	1,000	,171	,739	1,000	,353	,547	,131	,451	,065

No que diz respeito ao ano de 2014 (Quadro 4.4), confirma-se a não existência de diferenças significativas em relação à uniformidade, tal como verificado para 2013. Refira-se, contudo, no concernente ao conservadorismo, a presença de mais dois agrupamentos em que se verificam tais diferenças: os pares de índices 5 (IBEX-35 *vs.* FTSE-100) e 7 (IBEX-35 *vs.* OMX-S30), nesse último caso apenas a um nível de significância entre 5% e 10%. Por outro lado, distintamente do ocorrido no ano transato, as diferenças obtidas para os valores representativos do par de índices 3 (PSI-20 *vs.* DAX-30) não se revelaram significativas em 2014.

Assim, em síntese, constata-se que os pares de índices 2 (PSI-20 *vs.* FTSE-100) e 4 (PSI 20 *vs.* OMX-S30), relativamente ao conservadorismo, e o par de índices 10 (DAX-30 *vs.* OMX-S30), relativamente ao secretismo, ainda que nesse caso a um nível de significância entre 5% e 10%, são os únicos a verificar as relações hipotetizadas de forma consistente.

#### 4.1.2 A cultura e os fatores económico-financeiros

Igualmente derivada da H1, a H1.4 pressupunha a identificação de uma associação negativa e estatisticamente significativa entre a dimensão das entidades e os valores culturais da uniformidade, do conservadorismo e do secretismo, sendo tal associação indeterminada no que diz respeito à relação entre tais valores e a rendibilidade ou o nível de endividamento. A análise da hipótese aludida foi realizada através do teste não-paramétrico do Qui-quadrado, complementada pela análise das frequências relativas.

Os Quadros 4.5, 4.6 e 4.7 identificam, nessa ordem, as frequências relativas que identificam as associações estabelecidas entre a uniformidade, o conservadorismo e o secretismo, por um lado, e os fatores económico-financeiros, por outro:

**Quadro 4.5** Frequência relativa: Uniformidade e fatores económico-financeiros (2013-2014).

Unif_2013							Unif_2014						
		0	%	1	%	Total		0	%	1	%	Total	
TA_2013	0	18	34%	51	61%	69	TA_2014	0	23	40%	46	58%	69
	1	35	66%	33	39%	68		1	35	60%	33	42%	68
<b>Total</b>		53		84		137	<b>Total</b>		58		79		137
VN_2013	0	19	36%	50	60%	69	VN_2014	0	24	41%	45	57%	69
	1	34	64%	34	40%	68		1	34	59%	34	43%	68
<b>Total</b>		53		84		137	<b>Total</b>		58		79		137
CB_2013	0	25	47%	44	52%	69	CB_2014	0	27	47%	42	53%	69
	1	28	53%	40	48%	68		1	31	53%	37	47%	68
<b>Total</b>		53		84		137	<b>Total</b>		58		79		137
END_2013	0	26	49%	43	51%	69	END_2014	0	30	52%	39	49%	69
	1	27	51%	41	49%	68		1	28	48%	40	51%	68
<b>Total</b>		53		84		137	<b>Total</b>		58		79		137
REND_2013	0	29	55%	40	48%	69	REND_2014	0	30	52%	39	49%	69
	1	24	45%	44	52%	68		1	28	48%	40	51%	68
<b>Total</b>		53		84		137	<b>Total</b>		58		79		137

A análise à frequência relativa identificada no Quadro 4.5 indica a existência de diferenças, em ambos os períodos, relativamente às associações estabelecidas entre a uniformidade e a dimensão, representada pelo total do ativo e pelo volume de negócios. Tal relação apresenta-se oposta, na medida em que a frequência relativa é superior para as entidades de menor dimensão (VN=0 e TA=0) que, simultaneamente, evidenciam o valor cultural da uniformidade (Unif=1). Contrariamente, essa relação não é verificada para a variável capitalização bolsista, não sendo igualmente identificada para a rentabilidade e o endividamento.

**Quadro 4.6** Frequência relativa: Conservadorismo e fatores económico-financeiros (2013-2014).

Cons_2013							Cons_2014						
		0	%	1	%	Total		0	%	1	%	Total	
TA_2013	0	24	32%	45	74%	69	TA_2014	0	25	34%	44	70%	69
	1	52	68%	16	26%	68		1	49	66%	19	30%	68
<b>Total</b>		76		61		137	<b>Total</b>		74		63		137
VN_2013	0	23	30%	46	75%	69	VN_2014	0	20	27%	49	78%	69
	1	53	70%	15	25%	68		1	54	73%	14	22%	68
<b>Total</b>		76		61		137	<b>Total</b>		74		63		137
CB_2013	0	30	39%	39	64%	69	CB_2014	0	28	38%	41	65%	69
	1	46	61%	22	36%	68		1	46	62%	22	35%	68
<b>Total</b>		76		61		137	<b>Total</b>		74		63		137
END_2013	0	35	46%	34	56%	69	END_2014	0	37	50%	32	51%	69
	1	41	54%	27	44%	68		1	37	50%	31	49%	68
<b>Total</b>		76		61		137	<b>Total</b>		74		63		137
REND_2013	0	45	59%	24	39%	69	REND_2014	0	42	57%	27	43%	69
	1	31	41%	37	61%	68		1	32	43%	36	57%	68
<b>Total</b>		76		61		137	<b>Total</b>		74		63		137

Tendo por base os resultados das frequências relativas evidenciados no Quadro 4.6 acima, constata-se do mesmo modo a existência de diferenças significativas no tocante à associação estabelecida entre o conservadorismo e a dimensão, quando avaliada pelo total do ativo e pelo volume de negócios, não sendo verificável para a capitalização bolsista. Tal relação demonstra-se igualmente oposta, dado que a frequência relativa é mais elevada para as entidades que, simultaneamente, evidenciam o valor cultural do conservadorismo (Cons=1) e de menor dimensão (VN=0 e TA=0). Por outro lado, não é verificada qualquer relação entre o endividamento e o conservadorismo. No que respeita à relação entre a rendibilidade e o conservadorismo, não é possível confirmar a existência de associações entre tais conceitos, uma vez que os resultados obtidos em 2014 não atestam os indícios lançados em 2013.

**Quadro 4.7** Frequência relativa: Secretismo e fatores económico-financeiros (2013-2014).

Sec_2013							Sec_2014						
	0	%	1	%	Total		0	%	1	%	Total		
TA_2013	0	33	42%	36	61%	69	TA_2014	0	31	41%	38	62%	69
	1	45	58%	23	39%	68		1	45	59%	23	38%	68
<b>Total</b>		78		59		137	<b>Total</b>		76		61		137
VN_2013	0	%	1	%	Total	VN_2014	0	%	1	%	Total		
	0	36	46%	33	56%		69	0	34	45%	35	57%	69
	1	42	54%	26	44%	68		1	42	55%	26	43%	68
<b>Total</b>		78		59		137	<b>Total</b>		76		61		137
CB_2013	0	%	1	%	Total	CB_2014	0	%	1	%	Total		
	0	38	49%	31	53%		69	0	38	50%	31	51%	69
	1	40	51%	28	47%	68		1	38	50%	30	49%	68
<b>Total</b>		78		59		137	<b>Total</b>		76		61		137
END_2013	0	%	1	%	Total	END_2014	0	%	1	%	Total		
	0	39	50%	30	51%		69	0	36	47%	33	54%	69
	1	39	50%	29	49%	68		1	40	53%	28	46%	68
<b>Total</b>		78		59		137	<b>Total</b>		76		61		137
REND_2013	0	%	1	%	Total	REND_2014	0	%	1	%	Total		
	0	41	53%	28	47%		69	0	39	51%	30	49%	69
	1	37	47%	31	53%	68		1	37	49%	31	51%	68
<b>Total</b>		78		59		137	<b>Total</b>		76		61		137

Para o secretismo, cujos resultados das frequências relativas são evidenciados no Quadro 4.7, as diferenças estatisticamente significativas são apuradas, uma vez mais, para a relação entre o secretismo e a dimensão das entidades, identificada pelo total do ativo e pelo volume de negócios. De forma similar, tal relação constitui-se oposta, dado que a frequência relativa é mais elevada para as entidades que, simultaneamente, evidenciam o valor cultural do secretismo (Sec=1) e de menor dimensão. Refira-se que, do mesmo modo, a capitalização bolsista demonstra resultados diferentes dos obtidos para as outras variáveis utilizadas como *proxies* da dimensão. Por outro lado, não é demonstrada uma associação entre o secretismo e endividamento ou a rendibilidade das entidades em análise.



Posteriormente, foi realizado o teste não-paramétrico do Qui-quadrado no intuito de reforçar a evidência empírica obtida através da análise da estatística descritiva anteriormente apresentada. Nesse sentido, as probabilidades de significância subjacentes ao teste exato de Fisher referentes a 2013 e 2014 podem ser observadas no Quadro 4.8:

**Quadro 4.8** Teste do Qui-quadrado: Valores culturais e fatores econômico-financeiros (2013-2014).

Ano de 2013				Ano de 2014			
VI / VD	Unif_2013	Cons_2013	Sec_2013	VI / VD	Unif_2014	Cons_2014	Sec_2014
TA_2013	,003	,000	,039	TA_2014	,039	,000	,016
VN_2013	,009	,000	,302	VN_2014	,085	,000	,170
CB_2013	,601	,006	,731	CB_2014	,491	,002	1,000
END_2013	,862	,304	1,000	END_2014	,863	1,000	,493
REND_2013	,484	,026	,607	REND_2014	,863	,124	,864

Os resultados identificados à luz do teste do Qui-quadrado corroboram, linhas gerais, a evidência empírica obtida através da estatística descritiva. Como tal, é possível aferir as seguintes conclusões para ambos os períodos:

- i) uma associação significativa entre a dimensão das entidades, medida pelo TA e pelo VN, e os valores culturais da uniformidade (em 2014 somente para um nível de significância entre 5% e 10%), conservadorismo (medido pelas 3 VI utilizadas para a dimensão, contrariamente ao averiguado pela análise à frequência relativa) e secretismo, embora este último apenas utilizando o VN;
- ii) a inexistência de relações estatisticamente significativas entre o nível de endividamento e os valores culturais, para qualquer dos anos em estudo; e
- iii) a inexistência de associação entre a rendibilidade e a uniformidade e entre a primeira e o secretismo, verificando-se tal associação apenas relativamente ao conservadorismo, ainda que unicamente para o ano de 2013.

#### 4.1.3 Relação entre os valores culturais

A aferição da possível existência de associação significativa entre os valores culturais, proposta em H2, foi realizada através do teste não paramétrico do Qui-quadrado, igualmente complementado pela análise da estatística descritiva

Assim, tendo por base a classificação atribuída aos valores culturais, de «1» ou «0» conforme a verificação, ou não, de tais valores, o Quadro 4.9 expõe as frequências relativas obtidas:

**Quadro 4.9** Frequência relativa: Associação entre os valores culturais (2013-2014).

Unif_2013 vs. Cons_2013		Cons_2013				Total	Unif_2014 vs. Cons_2014		Cons_2014				Total
		0	%	1	%				0	%	1	%	
Unif_2013	0	32	42%	21	34%	53	Unif_2014	0	36	49%	22	35%	58
	1	44	58%	40	66%	84		1	38	51%	41	65%	79
Total		76	100%	61	100%	137	Total		74	100%	63	100%	137
Unif_2013 vs. Sec_2013		Sec_2013				Total	Unif_2014 vs. Sec_2014		Sec_2014				Total
		0	%	1	%				0	%	1	%	
Unif_2013	0	30	38%	23	39%	53	Unif_2014	0	37	49%	21	34%	58
	1	48	62%	36	61%	84		1	39	51%	40	66%	79
Total		78	100%	59	100%	137	Total		76	100%	61	100%	137
Cons_2013 vs. Sec_2013		Sec_2013				Total	Cons_2014 vs. Sec_2014		Sec_2014				Total
		0	%	1	%				0	%	1	%	
Cons_2013	0	50	64%	26	44%	76	Cons_2014	0	49	64%	25	41%	74
	1	28	36%	33	56%	61		1	27	36%	36	59%	63
Total		78	100%	59	100%	137	Total		76	100%	61	100%	137

A análise dos resultados obtidos a partir da frequência relativa para os valores culturais aponta no sentido da não associação entre a uniformidade e o conservadorismo, por um lado, e entre a uniformidade e o secretismo, por outro, contrariamente ao que se verifica no que respeita à conexão entre o conservadorismo e o secretismo.

Na sequência, como fortalecimento das conclusões anteriores, recorreu-se ao teste do Qui-quadrado no intuito de identificar a existência de relação entre os valores culturais já mencionados. O Quadro 4.10 reúne, assim, os resultados do teste estatístico aludido no que respeita à associação entre a uniformidade e o conservadorismo, a uniformidade e o secretismo e o conservadorismo e o secretismo, com referência à *Asymp. Sig. (2-tailed)* relativa ao teste exato de Fisher para os dois anos em estudo:

**Quadro 4.10** Teste do Qui-quadrado: Associações entre os valores culturais (2013-2014).

	Sig. Exata (bilateral)		
	Uniformidade vs. conservadorismo	Uniformidade vs. secretismo	Conservadorismo vs. secretismo
Ano de 2013	,383	1,000	,024
Ano de 2014	,121	,118	,009

Tendo em conta que a probabilidade de significância (*Asymp. Sig 2-tailed*) se revela superior ao nível de significância aplicado na presente investigação (5%), a análise ao Quadro 4.10 preconiza a não existência de associações entre os valores culturais assim combinados: i) a uniformidade e o conservadorismo e ii) a uniformidade e o secretismo.

Contrariamente, é possível identificar a existência de uma associação significativa entre o conservadorismo e o secretismo, na medida em que a probabilidade obtida é inferior ao nível de significância, corroborando, nesse sentido, os resultados identificados à luz da análise às frequências relativas.

## 4.2 As características qualitativas

O presente subcapítulo foi definido em função da H3. Encontra-se, nesse sentido, fracionado em 2 subsecções que analisam, em função dos pressupostos que subjazem a referida hipótese, se o nível de divulgação de CQ se distingue em função dos agrupamentos regionais (H3.1, H3.2 e H3.3), por um lado, e se tal divulgação se encontra associada com os fatores económico-financeiros que distinguem as entidades (H3.4), por outro.

### 4.2.1 As características qualitativas e os agrupamentos regionais

No que concerne à divulgação de CQ consoante os agrupamentos regionais, estabeleceram-se previamente as H3.1, H3.2, segundo as quais os países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos apresentam distintos níveis de divulgação da CQ da comparabilidade e, por outro lado, da relevância, representação fidedigna, verificabilidade e tempestividade, respetivamente. A H3.3 distinguia-se das anteriores na classificação dos países (os latinos menos desenvolvidos antecediam os germânicos e os latinos mais desenvolvidos) e na divulgação da CQ da compreensibilidade.

Nesse âmbito, destaque-se o Quadro 4.11 a seguir exposto que identifica os resultados obtidos através do IDCQt médio por índice bolsista. Tais resultados refletem que as diferenças existentes entre esses grupos não se revelam significativas, quer numa análise entre os grupos quer em termos da perspetiva temporal.

**Quadro 4.11** Índice total médio de divulgação de CQ por índices bolsistas europeus.

IDCQt (Ano de 2013)					IDCQt (Ano de 2014)				
PSI-20	IBEX-35	FTSE-100	DAX-30	OMX-30	PSI-20	IBEX-35	FTSE-100	DAX-30	OMX-S30
2,41%	2,29%	2,57%	2,91%	1,92%	2,57%	2,31%	2,55%	2,81%	1,90%

A desagregação da divulgação em torno de cada índice para cada CQ pode ser observada através do cálculo do IDCQx, cujos valores médios se encontram divulgados no Quadro 4.12.

No referido quadro, as CQ foram agrupadas seguindo a hierarquia preconizada na EC conjuntamente desenvolvida entre o FASB-IASB, apresentando-se inicialmente as duas CQ fundamentais (relevância e representação fidedigna), seguindo-se-lhes as CQ de reforço ou de suporte (comparabilidade, compreensibilidade, verificabilidade e tempestividade).

Os resultados identificados no quadro permitem concluir que:

- i) as divulgações realizadas a nível individual, na comparação temporal, registam oscilações pouco significativas no âmbito de cada grupo;
- ii) a relevância e a comparabilidade contêm o maior número de referências, apresentando-se num plano secundário a representação fidedigna, a verificabilidade, a compreensibilidade e, por fim, a tempestividade;

**Quadro 4.12** Índice individual médio de divulgação de CQ por índices bolsistas europeus.

IDCQx	Ano de 2013					Ano de 2014				
	PSI-20	IBEX-35	FTSE-100	DAX-30	OMX-S30	PSI-20	IBEX-35	FTSE-100	DAX-30	OMX-S30
Rel	5,7%	4,7%	5,4%	6,0%	3,8%	6,0%	4,7%	5,4%	6,2%	3,9%
RepF	1,2%	1,2%	1,3%	1,4%	1,1%	1,2%	1,2%	1,3%	1,4%	0,9%
Compa	2,5%	5,4%	7,1%	9,8%	7,9%	3,3%	6,0%	6,5%	8,8%	6,9%
Compr	0,0%	1,5%	1,8%	1,2%	0,5%	0,0%	0,8%	1,9%	1,1%	0,6%
Ver	2,4%	0,7%	0,2%	0,3%	0,4%	2,1%	1,1%	0,2%	0,2%	0,4%
Temp	0,6%	0,4%	0,1%	0,6%	0,1%	1,3%	0,3%	0,2%	0,6%	0,0%

Desse modo, tais resultados indiciam que a maior preponderância da divulgação de CQ não acompanha, necessariamente, a hierarquia proposta na EC, na medida em que a comparabilidade, como CQ de reforço, apresenta-se mais preponderantemente divulgada do que a representação fidedigna, considerada, por sua vez, uma CQ fundamental.

Os próximos dados divulgados encontram-se mais diretamente relacionados com o teste à hipótese proposta. Nesse sentido, destinam-se a apresentar os resultados obtidos a partir do teste de Mann-Whitney U, dois a dois, para os agrupamentos estabelecidos de acordo com os pares de índices já propostos e divulgados na Figura 4.1, no intuito de identificar a existência de eventuais diferenças significativas.

Os Quadros 4.13 e 4.14 apresentam os resultados obtidos a partir da aplicação do teste anteriormente mencionado por referência ao *Asymp. Sig. (2-tailed)* para cada um dos dois anos do estudo.

**Quadro 4.13** Teste de Mann-Whitney U por pares de índices: CQ (2013).

Característica qualitativa	Ano de 2013									
	Agrupamento (pares) de índices em análise									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Rel_2013	,098	,430	,404	,003	,179	,022	,099	,116	,002	,001
RepF_2013	,735	,336	,287	,524	,420	,291	,190	,376	,021	,060
Compa_2013	,012	,000	,000	,001	,052	,006	,036	,053	,430	,297
Compr_2013	,003	,001	,015	,052	,505	,509	,069	,174	,009	,284
Ver_2013	,010	,000	,000	,003	,020	,142	,540	,778	,130	,364
Temp_2013	,429	,010	,871	,052	,089	,480	,192	,009	,917	,056

Analisando-se os resultados para o ano de 2013, identificados no Quadro 4.13 acima em termos de cada CQ, e tendo em consideração um nível de significância inferior a 10%, é possível constatar a existência de diferenças significativas em pelo menos metade dos agrupamentos (pares de índices) em análise. A comparabilidade revela-se a CQ que apresenta um maior número de diferenças significativas entre os pares de índice em análise, identificando-se seis situações em que o nível de significância é inferior a 5% e duas em que se apresenta apenas ligeiramente superior ao referido nível. Por outro lado, no tocante à CQ da representação fidedigna, de referir-se a existência de diferenças estatisticamente significativas apenas para os pares de índices 9 (FTSE-100 *vs.* OMX-S30) e 10 (DAX-30 *vs.* OMX-S30), revelando, assim, um menor número de tais diferenças no contexto dos pares de índices em análise.

Numa análise por agrupamentos (pares de índices), observa-se, para o mesmo nível significância proposto para análise, um número mais reduzido de diferenças estatisticamente significativas para dois pares de índices que integram o DAX-30, nomeadamente, os pares de índice 6 (IBEX-35 *vs.* DAX-30) e 8 (FTSE-100 *vs.* DAX-30).

**Quadro 4.14** Teste de Mann-Whitney U por pares de índices: CQ (2014).

Característica qualitativa	Ano de 2014									
	Agrupamento (pares) de índices em análise									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Rel_2014	,023	,282	,299	,002	,087	,001	,068	,024	,002	,001
RepF_2014	,962	,736	,303	,046	,699	,216	,014	,210	,001	,002
Compa_2014	,016	,006	,001	,005	,795	,069	,430	,066	,464	,273
Compr_2014	,040	,000	,024	,030	,020	,728	1,000	,055	,016	,757
Ver_2014	,131	,000	,001	,010	,002	,013	,204	,682	,130	,153
Temp_2014	,033	,000	,207	,001	,405	,270	,090	,022	,211	,013

Os resultados identificados no Quadro 4.14 anterior, relativos ao ano de 2014, acompanham, linhas gerais, a constatação anterior relativa à existência de um menor número de diferenças estatisticamente significativas para a CQ fundamental da representação fidedigna. Por outro lado, ampliam-se o número de casos, na análise entre os grupos, em que se verificam diferenças estatisticamente significativas, visto que para pelo menos metade das CQ é possível observar tais níveis de diferenças. Adicionalmente, a relevância e a compreensibilidade, CQ fundamental e de reforço, respetivamente, assumem o lugar antes atribuído à comparabilidade, como CQ em que mais vezes se verificam diferenças estatisticamente significativas.

De notar-se ainda, por fim, numa análise transversal aos dois anos em estudo, que o grupo 4 (PSI-20 *vs.* OMX-S30) constitui-se como o que apresenta um maior número de diferenças estatisticamente significativas se considerado um nível de significância inferior a 10%, exceção feita, uma vez mais, à representação fidedigna, em que no ano de 2013 não apresenta tais diferenças (em 2014, as diferenças significativas neste grupo confirmam-se para um nível de significância inferior a 5%). O grupo 6, por seu turno, relativo ao par de índice IBEX-35 *vs.* DAX-30, apresenta um maior número de situações em que não se verificam diferenças estatisticamente significativas.

Em suma, é possível identificar a existência de diferenças estatisticamente significativas, no que ao relato das CQ diz respeito, para um significativo conjunto de situações identificadas na análise por CQ e pares de índices. A exceção fica por conta da CQ fundamental da representação fidedigna. Tais resultados indiciam, assim, que as entidades incluídas nos índices representativos de vários países em análise apresentam distintos graus de divulgação de CQ no relato financeiro ou, por outras palavras, atribuem uma importância relativa distinta às CQ divulgadas, se avaliada apenas pelo número de vezes em que uma determinada CQ é mencionada.

#### **4.2.2 As características qualitativas e os fatores económico-financeiros**

A H3.4, previamente divulgada, sugeria uma associação positiva e estatisticamente significativa entre a dimensão das entidades e a divulgação de CQ, sendo a referida associação indeterminada no que concerne à relação entre a divulgação de CQ e a rendibilidade ou o nível de endividamento.

Para aferir a existência de tais associações recorreu-se à análise dos coeficientes de correlação de Spearman identificados no Quadro 4.15 e Quadro 4.16, que permitem identificar o grau de associação entre os fatores económico-financeiros e as CQ, onde se inclui o IDCQ:

**Quadro 4.15** Correlação entre CQ e fatores económico-financeiros (2013).

		Correlações não-paramétricas de Spearman				
		TA_LN_2013	VN_LN_2013	CB_LN_2013	REND_2013	END_2013
Rel_2013	Coeficiente de Correlação	,386**	,400**	,111	-,183*	,186*
	Sig. (bilateral)	,000	,000	,198	,032	,029
Rep_F_2013	Coeficiente de Correlação	,246**	,202*	,055	-,173*	,082
	Sig. (bilateral)	,004	,018	,527	,043	,340
Compa_2013	Coeficiente de Correlação	,376**	,347**	,259**	,002	-,008
	Sig. (bilateral)	,000	,000	,002	,981	,922
Ver_2013	Coeficiente de Correlação	-,028	-,011	-,311**	-,156	,193*
	Sig. (bilateral)	,748	,900	,000	,068	,024
Temp_2013	Coeficiente de Correlação	,070	-,002	-,229**	-,196*	,119
	Sig. (bilateral)	,417	,980	,007	,022	,168
Compr_2013	Coeficiente de Correlação	,119	,163	,265**	-,011	,000
	Sig. (bilateral)	,165	,057	,002	,899	,998
IDCQ_t_2013	Coeficiente de Correlação	,343**	,282**	-0,07	-,169*	,228**
	Sig. (bilateral)	,000	,001	,387	,048	,007

\*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

\* A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Os resultados apresentados para o ano de 2013 no Quadro 4.15 sugerem a existência de uma associação significativamente fraca ou moderada e de sinal positivo entre a dimensão das entidades, medida pelas variáveis TA\_LN e VN\_LN, e a divulgação de CQ, avaliada pelo IDCQt. Mais especificamente, a referida associação é identificável no contexto das duas CQ fundamentais (a relevância e a representação fidedigna, sendo mais fortalecida no primeiro caso) e uma CQ de reforço (a comparabilidade). Note-se que, para o IDCQt, tal relação não é verificável quando o referido fator económico-financeiro é avaliado pela CB\_LN. Contudo, verificam-se associações fracas ou moderadas no que diz respeito às CQ de reforço, sendo positivas no que diz respeito à comparabilidade e à compreensibilidade, e negativas no que toca à verificabilidade e à tempestividade. Refira-se, por fim, que é para a verificabilidade que o nível de associação com a variável CB\_LN se apresenta mais fortalecida.

No que concerne à rendibilidade, averigua-se a presença de uma associação negativa e muito fraca com a divulgação de CQ (a probabilidade de significância bilateral é muito próxima do nível de significância de 5%). Em termos mais específicos, e no tocante à rendibilidade, a aludida relação é confirmada para as CQ fundamentais e, relativamente às CQ de reforço, exclusivamente para a tempestividade.

Relativamente ao endividamento, é verificada a existência de uma associação significativamente positiva, identicamente muito fraca, com a divulgação de CQ, avaliada pelo IDCQt. Detalhadamente, tal conexão é apurada para a relevância, enquanto CQ fundamental, e para a verificabilidade, enquanto CQ de reforço.

A análise mencionada relativa ao período financeiro de 2014 consta do Quadro 4.16:

**Quadro 4.16** Correlação entre CQ e fatores económico-financeiros (2014).

		Correlações não-paramétricas de Spearman				
		TA_LN_2014	VN_LN_2014	CB_LN_2014	REND_2014	END_2014
Rel_2014	Coeficiente de Correlação	,364**	,403**	,070	-,157	,134
	Sig. (bilateral)	,000	,000	,416	,066	,118
Rep_F_2014	Coeficiente de Correlação	,263**	,170*	,012	-,185*	,126
	Sig. (bilateral)	,002	,047	,891	,031	,144
Compa_2014	Coeficiente de Correlação	,439**	,309**	,160	-,052	,079
	Sig. (bilateral)	,000	,000	,061	,548	,362
Ver_2014	Coeficiente de Correlação	-,052	-,037	-,304**	-,166	,050
	Sig. (bilateral)	,549	,664	,000	,052	,561
Temp_2014	Coeficiente de Correlação	,064	-,035	-,258**	-,273**	,150
	Sig. (bilateral)	,461	,684	,002	,001	,079
Compr_2014	Coeficiente de Correlação	,066	,178*	,337**	,115	,007
	Sig. (bilateral)	,441	,038	,000	,183	,939
IDCQ_t_2014	Coeficiente de Correlação	,452**	,414**	0,12	-,155	,135
	Sig. (bilateral)	,000	,000	,159	,071	,114

\*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

\* A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Os resultados relativos ao ano de 2014 identificados no Quadro 4.16 confirmam, linhas gerais, as conclusões apresentadas anteriormente. Assim, e da análise conjunta dos dois quadros, confirma-se, efetivamente, a associação fraca ou moderadamente positiva entre a divulgação de CQ, com ambos os coeficientes de correlação do IDCQt superiores em 2014, e a dimensão das empresas, novamente medidas pelo TA\_LN e pelo VN\_LN. À semelhança do verificado para o ano de 2013, essa associação é averiguada através das CQ da relevância, representação fidedigna e comparabilidade, sendo também atestada através da compreensibilidade mas apenas no que concerne ao VN\_LN e para um nível de significância entre 5% e 10% em 2013. A relevância (CQ fundamental) e a comparabilidade (CQ de reforço) apresentam associações mais fortes com as duas variáveis identificativas da dimensão. No que concerne à capitalização bolsista, e em consonância com o exposto para o ano transato, tal relação não se verifica para o total. No entanto, mantêm-se as associações fracas ou moderadas já observadas, e de mesmo sentido, com as CQ de reforço, sendo positivas no que diz respeito à comparabilidade (a um nível de significância entre 5% e 10%) e à compreensibilidade, e negativas no que toca à verificabilidade e à tempestividade.

No que à rendibilidade diz respeito, constata-se que é confirmada a existência de uma associação negativa e pouco fortalecida entre o nível de divulgação de CQ e o referido fator económico-financeiro. Contudo, em 2014 a probabilidade de significância do IDCQ é apenas relevante para um nível de significância entre 5% e 10%. Por outro lado, somente a representação fidedigna e



a tempestividade continuam a registar diferenças significativas para um nível de significância de 5%, ligeiramente mais fortalecida neste segundo caso.

No mesmo sentido, também não se encontra validada a relação verificada para o endividamento, dado que nenhuma das CQ revela uma associação considerável para o nível de significância utilizado nesta investigação (5%), o que é corroborado pelo *p-value* do IDCQt relativo a 2014.

Adicionalmente, de forma a validar as relações acima expostas, recorreu-se ao teste não-paramétrico de Mann-Whitney U, tendo como referência a *Asymp. Sig. (2-tailed)* alusiva ao teste exato de Fisher, conforme observável através dos Quadro 4.17 e 4.18:

**Quadro 4.17** Teste de Mann-Whitney U: CQ e fatores económico-financeiros (2013).

	Rel_2013	RepF_2013	Compa_2013	Ver_2013	Temp_2013	Compr_2013	IDCQt_2013
TA_2013	,000	,002	,000	,785	,591	,401	,000
VN_2013	,000	,043	,001	,491	,591	,335	,008
CB_2013	,527	,526	,145	,004	,013	,022	,089
REND_2013	,049	,234	,974	,105	,047	,590	,316
END_2013	,061	,330	,757	,015	,298	,763	,024

**Quadro 4.18** Teste de Mann-Whitney U: CQ e fatores económico-financeiros (2014).

	Rel_2014	RepF_2014	Compa_2014	Ver_2014	Temp_2014	Compr_2014	IDCQt_2014
TA_2014	,000	,016	,000	,855	,835	,437	,000
VN_2014	,000	,147	,000	,780	,446	,132	,000
CB_2014	,618	,763	,800	,004	,007	,000	,449
REND_2014	,215	,132	,979	,227	,001	,092	,267
END_2014	,297	,222	,754	,125	,189	,747	,334

Os resultados obtidos através do teste de Mann-Whitney U corroboram os apresentados através dos coeficientes de correlação de Spearman. Assim, constata-se a efetiva existência de uma associação entre a dimensão das entidades, mensurada pelas variáveis TA e VN, e a divulgação de CQ avaliada pelo IDCQt. Em termos mais específicos, tal associação é verificada para a relevância e a representação fidedigna, CQ fundamentais, e para a comparabilidade, CQ de reforço, com referência a ambos os períodos em estudo, se considerado o TA. Para o VN, a associação não se observa no que toca à representação fidedigna.

No tocante à rendibilidade, não é atestada a existência de associação com a divulgação de CQ tendo por base o IDCQt, constatando-se, complementarmente, que somente a tempestividade verifica a conexão a esse fator económico-financeiro para ambos os períodos em estudo.

Por último, releve-se que a associação entre o endividamento e a divulgação de CQ, avaliada através do IDCQt, é comprovada relativamente ao ano de 2013. Tal relação é igualmente evidenciada pelas CQ da verificabilidade e, se considerado um nível de significância inferior a 10%, pela relevância. Todavia, tais associações não são confirmadas para o ano de 2014.

Em síntese, e conjugando-se as conclusões obtidas a partir dos resultados dos testes anteriores, identifica-se uma associação positiva e pouco fortalecida entre a dimensão das entidades, se consideradas as *proxies* do TA e do VN, e o nível de divulgação de CQ, avaliado pelo IDCQt. A referida associação identifica-se, em termos mais específicos, no concernente às duas CQ fundamentais e à comparabilidade (CQ de reforço). Por outro lado, apesar de a dimensão não se encontrar associada com o IDCQt quando a CB é utilizada como *proxy*, verifica-se de forma consistente as associações fracas ou moderadas entre essa variável e as CQ de reforço, sendo positivas no que diz respeito à compreensibilidade e negativas no que toca à verificabilidade e à tempestividade.

Relativamente à rendibilidade, regista-se uma conexão muito fraca e negativa (sentido oposto) com a divulgação de CQ, unicamente para a CQ da tempestividade.

Por fim, não foi possível confirmar para o endividamento, de forma consistente, a relação entre a divulgação de CQ e o referido fator económico-financeiro.

### 4.3 Relação entre os valores culturais e as características qualitativas

A H4 relaciona, por fim, os valores culturais e as CQ, de tal modo que se pressupunha a existência de uma relação estatisticamente significativa entre os valores culturais e o nível de divulgação das CQ, nomeadamente, entre a uniformidade e a comparabilidade; entre o conservadorismo e a relevância, a representação fidedigna, a verificabilidade e a tempestividade; e, por fim, entre o secretismo e a compreensibilidade.

Nesse sentido, os Quadros 4.19 e 4.20 sintetizam as probabilidades de significância bilaterais resultantes da aplicação do teste não-paramétrico de Mann-Whitney U, para os anos de 2013 e 2014, respetivamente:

**Quadro 4.19** Teste de Mann-Whitney U: Valores culturais e CQ (2013).

	Rel_2013	RepF_2013	Compa_2013	Ver_2013	Temp_2013	Compr_2013	IDCQt_2013
Unif_2013	,107	,277	,046	,725	,985	,609	,159
Cons_2013	,051	,672	,003	,656	,617	,948	,260
Sec_2013	,419	,612	,065	,558	,525	,550	,432

De acordo com os resultados apresentados, é identificável uma associação entre a uniformidade e a comparabilidade e, entre o conservadorismo e a comparabilidade, atendendo ao nível de significância adotado neste estudo (5%).

Considerado um nível de significância entre 5% e 10%, são adicionalmente verificáveis associações entre o conservadorismo e a relevância, por um lado, e entre o secretismo e a comparabilidade, por outro. Assim, é possível afirmar que esta última CQ encontra-se associada a todos os valores culturais em estudo, todavia estatisticamente mais significativa na relação com a uniformidade e com o conservadorismo.

**Quadro 4.20** Teste de Mann-Whitney U: Valores culturais e CQ (2014).

	Rel_2014	RepF_2014	Compa_2014	Ver_2014	Temp_2014	Compr_2014	IDCQt_2014
Unif_2014	,551	,375	,327	,484	,568	,062	,146
Cons_2014	,037	,977	,007	,845	,491	,742	,033
Sec_2014	,176	,571	,000	,515	,525	,673	,088

Da observação conjunta dos Quadros 4.19 e 4.20, verifica-se um maior número de diferenças significativas relativamente ao verificado para o ano transato.

No que respeita à uniformidade, de notar-se que apenas é considerada significativa a associação com a compreensibilidade, apurada em 2014, e para um nível de significância entre 5% e 10%. O conservadorismo revela-se como o valor cultural com maior número de associações a CQ, nomeadamente, com a relevância e com a comparabilidade, considerado-se um nível de significância de 5%. Recorde-se que, nesse último caso, a referida associação corrobora a verificada em 2013.

Por outro lado, a relação entre o secretismo e a comparabilidade percebe-se reforçada, sendo neste caso expressiva para um nível de significância de 5%, quando em 2013 ter-se-á situado entre 5% e 10%. Ao nível do IDCQt, é patente, em 2014 a relação entre o nível de divulgação de CQ, por referência ao IDCQt, e o conservadorismo, e, por outro lado, entre o secretismo e esse nível, embora de menor significância.

Complementarmente, e no sentido de identificar o sentido (sinal) das associações anteriormente identificadas entre os valores culturais e o nível de divulgação de CQ, os Quadros 4.21, 4.22 e 4.23 apresentam, por essa ordem, os resultados obtidos através do teste de Mann-Whitney U, tendo por referência o valor médio (*mean rank*):

**Quadro 4.21** Teste de Mann-Whitney U (valor médio): Uniformidade e CQ (2013-2014).

Unif_2013					Unif_2014				
		N	Valor médio	Soma de valores			N	Valor médio	Soma de valores
Rel_2013	0	53	75,86	4020,50	Rel_2014	0	58	71,35	4138,50
	1	84	64,67	5432,50		1	79	67,27	5314,50
Total		137			Total		137		
Rep_F_2013	0	53	73,58	3899,50	Rep_F_2014	0	58	72,46	4202,50
	1	84	66,11	5553,50		1	79	66,46	5250,50
Total		137			Total		137		
Compa_2013	0	53	77,40	4102,00	Compa_2014	0	58	72,82	4223,50
	1	84	63,70	5351,00		1	79	66,20	5229,50
Total		137			Total		137		
Ver_2013	0	53	67,99	3603,50	Ver_2014	0	58	70,86	4110,00
	1	84	69,64	5849,50		1	79	67,63	5343,00
Total		137			Total		137		
Temp_2013	0	53	69,05	3659,50	Temp_2014	0	58	67,65	3923,50
	1	84	68,97	5793,50		1	79	69,99	5529,50
Total		137			Total		137		
Compr_2013	0	53	70,91	3758,00	Compr_2014	0	58	75,29	4367,00
	1	84	67,80	5695,00		1	79	64,38	5086,00
Total		137			Total		137		
IDCQ_t_2013	0	53	75,01	3975,50	IDCQ_t_2014	0	58	74,75	4335,50
	1	84	65,21	5477,50		1	79	64,78	5117,50
Total		137			Total		137		

**Quadro 4.22** Teste de Mann-Whitney U (valor médio): Conservadorismo e CQ (2013-2014).

Cons_2013					Cons_2014				
		N	Valor médio	Soma de valores			N	Valor médio	Soma de valores
Rel_2013	0	76	74,92	5694,00	Rel_2014	0	74	75,52	5588,50
	1	61	61,62	3759,00		1	63	61,34	3864,50
Total		137			Total		137		
Rep_F_2013	0	76	70,27	5340,50	Rep_F_2014	0	74	68,91	5099,50
	1	61	67,42	4112,50		1	63	69,10	4353,50
Total		137			Total		137		
Compa_2013	0	76	77,93	5923,00	Compa_2014	0	74	77,27	5718,00
	1	61	57,87	3530,00		1	63	59,29	3735,00
Total		137			Total		137		
Ver_2013	0	76	68,09	5175,00	Ver_2014	0	74	68,59	5075,50
	1	61	70,13	4278,00		1	63	69,48	4377,50
Total		137			Total		137		
Temp_2013	0	76	68,11	5176,50	Temp_2014	0	74	67,71	5010,50
	1	61	70,11	4276,50		1	63	70,52	4442,50
Total		137			Total		137		
Compr_2013	0	76	69,17	5257,00	Compr_2014	0	74	69,88	5171,00
	1	61	68,79	4196,00		1	63	67,97	4282,00
Total		137			Total		137		
IDCQ_t_2013	0	76	72,41	5503,50	IDCQ_t_2014	0	74	75,65	5598,00
	1	61	64,75	3949,50		1	63	61,19	3855,00
Total		137			Total		137		

**Quadro 4.23** Teste de Mann-Whitney U (valor médio): Secretismo e CQ (2013-2014).

Sec_2013				Sec_2014					
		N	Valor médio	Soma de valores		N	Valor médio	Soma de valores	
Rel_2013	0	78	71,38	5567,50	Rel_2014	0	76	73,10	5555,50
	1	59	65,86	3885,50		1	61	63,89	3897,50
Total		137			Total		137		
Rep_F_2013	0	78	70,47	5497,00	Rep_F_2014	0	76	70,70	5373,00
	1	59	67,05	3956,00		1	61	66,89	4080,00
Total		137			Total		137		
Compa_2013	0	78	74,37	5800,50	Compa_2014	0	76	79,45	6038,00
	1	59	61,91	3652,50		1	61	55,98	3415,00
Total		137			Total		137		
Ver_2013	0	78	67,84	5291,50	Ver_2014	0	76	70,33	5345,00
	1	59	70,53	4161,50		1	61	67,34	4108,00
Total		137			Total		137		
Temp_2013	0	78	67,90	5296,50	Temp_2014	0	76	70,16	5332,00
	1	59	70,45	4156,50		1	61	67,56	4121,00
Total		137			Total		137		
Compr_2013	0	78	70,54	5502,00	Compr_2014	0	76	70,09	5327,00
	1	59	66,97	3951,00		1	61	67,64	4126,00
Total		137			Total		137		
IDCQ_t_2013	0	78	71,31	5562,50	IDCQ_t_2014	0	76	74,18	5637,50
	1	59	65,94	3890,50		1	61	62,55	3815,50
Total		137			Total		137		

Da análise conjunta aos Quadros 4.21, 4.22 e 4.23 acima expostos, é possível constatar a existência de uma relação negativa entre o valor cultural do conservadorismo e a CQ fundamental da relevância, na medida em que, para ambos os períodos em estudo, são verificados valores médios superiores nesta CQ (74,92 para o ano de 2013 e 75,52 para 2014) comparativamente às entidades que não verificam esse valor cultural (Cons = 0). No contexto das CQ de reforço, verifica-se que a comparabilidade encontra-se associada quer ao conservadorismo, quer ao secretismo, dado que, à semelhança do verificado na conexão anterior, nos períodos aludidos se constata valores médios mais elevados nesta CQ (conservadorismo: 77,93 em 2013 e 77,27 em 2014; secretismo: 74,37 em 2013 e 79,45 em 2014) contrariamente às entidades que não apresentam os referidos valores culturais (Cons = 1 e Sec = 1).

O próximo capítulo dedica-se à apresentação das principais conclusões obtidas a partir dos resultados divulgados anteriormente. Adicionalmente, serão discutidas as limitações associadas a este estudo e difundidas algumas propostas para o desenvolvimento de futuras investigações nesta área de investigação.

## 5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

Na sequência dos resultados apresentados no capítulo precedente, serão expostas no presente as conclusões decorrentes da investigação empírica realizada, relacionadas com as hipóteses expostas no Quadro 5.1, bem como as limitações inerentes e perspectivas para o desenvolvimento de futuros estudos relacionados com os valores culturais e a divulgação de CQ no relato financeiro.

**Quadro 5.1** Hipóteses do estudo: Conteúdo.

H	Conteúdo
<b>H1</b>	Os <b>valores culturais</b> da uniformidade, conservadorismo e secretismo, tal como propostos por Gray (1988), <u>distinguem-se</u> em função dos <b>agrupamentos regionais</b> , encontrando-se <u>associados</u> com os <b>fatores económico-financeiros que distinguem as entidades</b> .
<b>H1.1</b>	Os países incluídos na classificação de <b>países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos</b> apresentam, por essa ordem, <u>distintos</u> níveis de <b>uniformidade</b> , em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), sendo tais diferenças estatisticamente significativas.
<b>H1.2</b>	Os países incluídos na classificação de <b>países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos</b> apresentam, por essa ordem, <u>distintos</u> níveis de <b>conservadorismo</b> , em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), sendo tais diferenças estatisticamente significativas.
<b>H1.3</b>	Os países incluídos na classificação de <b>países latinos menos desenvolvidos, germânicos, países latinos mais desenvolvidos, nórdicos e anglos-saxónicos</b> apresentam, nessa ordem, <u>distintos</u> níveis de <b>secretismo</b> , em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), sendo tais diferenças estatisticamente significativas.
<b>H1.4</b>	Identifica-se uma <u>associação negativa</u> estatisticamente significativa entre a <b>dimensão</b> das entidades e os <b>valores culturais</b> da uniformidade, do conservadorismo e do secretismo, sendo tal <u>associação indeterminada</u> no que concerne à relação entre os <b>referidos valores</b> e a <b>rendibilidade</b> ou o <b>nível de endividamento</b> .
<b>H2</b>	Identifica-se uma <u>associação mútua</u> e estatisticamente significativa entre os <b>valores culturais</b> .
<b>H3</b>	O nível de divulgação de CQ <u>distingue-se</u> em função dos <b>agrupamentos regionais</b> , encontrando-se <u>associado</u> com os <b>fatores económico-financeiros que distinguem as entidades</b> .
<b>H3.1</b>	Os países incluídos na classificação de <b>países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos</b> apresentam, por essa ordem, <u>distintos</u> níveis de divulgação da CQ da <b>comparabilidade</b> , sendo tais diferenças estatisticamente significativas.
<b>H3.2</b>	Os países incluídos na classificação de <b>países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos</b> apresentam, por essa ordem, <u>distintos</u> níveis de divulgação de CQ da <b>relevância, representação fidedigna, verificabilidade e tempestividade</b> , sendo tais diferenças estatisticamente significativas.
<b>H3.3</b>	Os países incluídos na classificação de <b>países latinos menos desenvolvidos, germânicos, países latinos mais desenvolvidos, nórdicos e anglos-saxónicos</b> apresentam, nessa ordem, <u>distintos</u> níveis de divulgação da CQ da <b>compreensibilidade</b> , sendo tais diferenças estatisticamente significativas.
<b>H3.4</b>	Identifica-se uma <u>associação positiva</u> e estatisticamente significativa entre a <b>dimensão</b> das entidades e a <b>divulgação de CQ</b> , sendo tal <u>associação indeterminada</u> no que concerne à relação entre a <b>divulgação de CQ</b> e a <b>rendibilidade</b> ou o <b>nível de endividamento</b> .
<b>H4</b>	Identifica-se uma <u>associação</u> estatisticamente significativa entre os <b>valores culturais</b> e as <b>CQ</b> , nomeadamente, entre a uniformidade e a comparabilidade; entre o conservadorismo e a relevância, representação fidedigna, verificabilidade e tempestividade; e, por fim, entre o secretismo e a compreensibilidade.

## **5.1 Conclusões**

Neste subcapítulo expõem-se as conclusões obtidas na presente dissertação, implicitamente relacionadas com as hipóteses inicialmente formuladas e com os correspondentes resultados identificados no capítulo precedente.

Tal como o anterior, o presente capítulo encontra-se segmentado em 3 subcapítulos. O primeiro divulga as conclusões relativas à H1, que tem por base os valores culturais como VD e os agrupamentos regionais e fatores económico-financeiros como VI, por um lado, e as conclusões acerca de H2, que pressupõe a eventual associação entre os referidos valores culturais. O segundo expõe as conclusões definidas a partir da H3, que apresenta o nível de divulgação de CQ como VD e os agrupamentos regionais e fatores económico-financeiros como VI. O terceiro, por fim, identifica as conclusões extraídas a partir da análise à H4, que sugere a existência de uma eventual associação entre os valores culturais e o nível de divulgação de CQ.

### **5.1.1 Os valores culturais**

De acordo com as H1.1 e H1.2, os países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos apresentam, por essa ordem, diferenciados níveis de uniformidade e de conservadorismo, respetivamente, em linha com a classificação atribuída por Gray (1988), apresentando-se tais diferenças estatisticamente significativas. Comparativamente a essas hipóteses, a H1.3, relativa ao secretismo, diferia apenas no concernente à classificação dos agrupamentos regionais, nos quais os países latinos menos desenvolvidos antecederiam os germânicos e os latinos mais desenvolvidos.

Considerando os resultados divulgados a partir da aplicação do teste do Qui-quadrado, não se verificam diferenças significativas em relação aos valores culturais da uniformidade e do secretismo, tanto numa análise temporal quanto numa análise entre os pares de índices para cada um dos anos em estudo.

Mais especificamente, tais resultados permitem validar apenas parcialmente a classificação proposta por Gray (1988) para o valor do secretismo no contexto dos países latinos menos desenvolvidos, germânicos, países latinos mais desenvolvidos, nórdicos e anglo-saxónicos. Pelo exposto, H1.3 foi rejeitada. Refira-se, nesse sentido, que os resultados desta investigação contradizem parcialmente os resultados obtidos, designadamente, por Bentley e Franklin (2013), que corroborava a classificação atribuída por Gray (1988) ao agrupamento regional anglo-saxónico.

De igual forma, os países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos não evidenciam divergências significativas ao nível da uniformidade, conforme proposto por Gray (1988), pelo que se considerou rejeitada a H1.1.

Os resultados evidenciados anteriores apresentam-se igualmente em linha com os obtidos para o valor cultural do conservadorismo, à exceção da comprovação de diferenças estatisticamente significativas no que respeita aos pares de índices 2 (PSI-20 *vs.* FTSE-100) e 4 (PSI 20 *vs.* OMX-S30), sendo o PSI-20 comum a ambos. Assim, H1.2 foi suportada apenas parcialmente.

Por sua vez, na H1.4 presumiu-se a existência de uma relação negativa e estatisticamente significativa entre a dimensão das entidades e os valores culturais da uniformidade, do conservadorismo e do secretismo, sendo essa associação indeterminada no que concerne à relação entre os referidos valores e a rendibilidade ou o nível de endividamento.

Da conjugação dos resultados obtidos através da aplicação do teste não-paramétrico do Qui-quadrado e da estatística descritiva, detalhadamente, a análise à frequência relativa, conclui-se pela existência de uma relação negativa estatisticamente significativa entre a dimensão das entidades, mensurada pelos indicadores do total do ativo e do volume de negócios, e os valores culturais da uniformidade, do conservadorismo e do secretismo. A relação identificada entre a dimensão das entidades e o secretismo encontra-se em linha com diversos autores, designadamente, Albuquerque *et al.* (2011) e com Zarzeski (1996) quando argumenta que as entidades que operam numa cultura global, evidenciam menores níveis de secretismo comparativamente às operantes na sua cultura local, que patenteiam o nível de secretismo da sua cultura doméstica. O exposto pode encontrar justificação na maior regulação e exigência de relato financeiro a que se encontram adstritas as entidades cotadas em mercados regulamentados europeus, tanto pelos organismos reguladores desses mercados financeiros quanto pelo próprio organismo normalizador (o IASB), em comparação com as empresas de menor dimensão, especificamente, as PME.

Saliente-se, complementarmente, que a relação mencionada entre o secretismo e a dimensão das entidades reúne uma forte evidência científica na literatura, desde logo, na teoria dos custos políticos preconizada por Watts e Zimmerman (1978) até investigações realizadas no âmbito específico do Reino Unido (Iatridis, 2008) ou de Portugal (Lopes e Rodrigues, 2007; Albuquerque *et al.*, 2011; Santos, 2013 e Albuquerque *et al.*, 2013).

Relativamente à associação entre esses valores culturais e a rendibilidade, verificou-se inexistente, em linha com Chow e Wong-Boren (1987), Lopes e Rodrigues (2007), Albuquerque *et al.* (2013) e Silva (2015).



De igual forma, não se obteve prova empírica, estatisticamente significativa, acerca da associação entre tais valores e o nível de endividamento das entidades, corroborando a corrente literária que preconizava a inexistência de tal relação (Chavent, Ding, Fu, Stolowy e Wang, 2006; Galani *et al.*, 2011; Albuquerque *et al.*, 2013; Gonçalves e Lopes, 2015; Silva, 2015). Nesse sentido, a evidência empírica constatada suporta a H1.4.

No que concerne a H2, foi presumida a existência de uma associação significativa entre os valores culturais, nomeadamente, entre a uniformidade e o secretismo, a uniformidade e o conservadorismo e entre o conservadorismo e o secretismo.

Os resultados obtidos através do teste do Qui-quadrado e da análise à frequência relativa permitiram identificar uma relação positiva entre os valores culturais do conservadorismo e do secretismo, em conformidade com o sugerido, de forma pioneira, por Baydoun e Willett (1995) e, posteriormente confirmado, por Chanchani e Willett (2004) e Albuquerque e Marcelino (2013), estes últimos no caso específico de Portugal. Todavia, o sentido dessa associação contrapõe o observado por Gietzmann e Trombetta (2003). Por outro lado, não foram identificadas as relações hipotetizadas que envolviam a uniformidade, mormente, a uniformidade e o secretismo, tal como, a uniformidade e o conservadorismo.

### **5.1.2 As características qualitativas**

Esta parte da investigação teve por base a análise da menção expressa das CQ conforme se apresentam definidas na atual EC resultante do projeto conjuntamente desenvolvido entre o FASB e o IASB, que estabelece uma hierarquia entre as CQ.

Tendo em consideração os resultados anteriormente divulgados, verifica-se que o nível de divulgação de CQ em termos globais difere significativamente na análise que se estabelece quer em termos temporais (para cada um dos índices individualmente analisados), quer entre os grupos de índices analisados para cada um dos anos do estudo.

Na análise por CQ, concluiu-se que a sua divulgação por parte dos grupos não coincide, em exata medida, com a hierarquia preconizada na EC. Destaque-se nessa matéria a comparabilidade enquanto CQ de reforço, que apresenta maior nível de divulgação do que a representação fidedigna, considerada na EC FASB-IASB uma CQ fundamental. Do mesmo modo, o grupo 4 (PSI-20 *vs.* OMX-S30), apresenta-se como o grupo que reúne o maior número de diferenças estatisticamente significativas, por referência a ambos os períodos do estudo.

Sumariamente, foi possível constatar que as entidades atribuem importância relativa distinta às CQ divulgadas no relato financeiro, se avaliada apenas pelo número de vezes em que uma determinada CQ é mencionada no reporte financeiro.

O nível de divulgação de CQ pelas entidades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados europeus consoante os agrupamentos regionais identificados foi vertida nesta investigação em três sub-hipóteses. A H3.1 pressupunha que os países latinos, germânicos, nórdicos e anglo-saxónicos apresentam distintos níveis de divulgação da CQ da comparabilidade. Por outro lado, a H3.2 presumia, segundo tal classificação, divergências estatisticamente significativas na divulgação da relevância, representação fidedigna, verificabilidade e tempestividade. A H3.3, respeitante à compreensibilidade, distinguia-se exclusivamente das antecedentes na ordem de classificação de alguns agrupamentos, uma vez que os países latinos menos desenvolvidos antecediam os germânicos e os latinos mais desenvolvidos.

As técnicas de análise descritiva aliadas ao teste do Qui-quadrado aplicado aos pares de índices em estudo, permitiram validar apenas parcialmente as H3.1 e H3.3. Assim, se por um lado foi possível constatar, para a maioria das situações em análise, diferenças estatisticamente significativas na divulgação de CQ, à exceção da representação fidedigna, por outro, o nível de divulgação das CQ por parte de cada um dos agrupamentos regionais não terá coincidido, em exata medida, com a ordem proposta nas referidas sub-hipóteses. Tais divergências poderão ser justificadas pela necessidade de revisão das bases que fundamentam o modelo de Gray (1988) no que respeita, particularmente, à classificação dos países que integram cada um dos agrupamentos, como sugerido, designadamente, por Tsakumis (2007) e Albuquerque e Marcelino (2013), abarcando nesse último caso a realidade nacional.

A título de exemplo, refira-se o caso de Portugal, que desde a integração na então denominada CEE, em 1986, tem passado por profundas modificações, reorientando o país no sentido de uma maior abertura e aceitação de influências externas, particularmente no que às normas contabilísticas e de relato financeiro diz respeito, ou não fosse o SNC baseado nas IFRS. À luz de tais mudanças, coloca-se assim a questão de saber se Portugal deverá manter-se efetivamente classificado no conjunto dos países latinos menos desenvolvidos, representativos dos países com elevados níveis de conservadorismo, secretismo, uniformidade e controlo estatutário, ou se, por outro lado, tal classificação (ou os níveis de referência para tais valores culturais nesse agrupamento) necessita(m) de revisão.

Os resultados deste estudo podem indiciar, nesse sentido, que não obstante os esforços desenvolvidos pelos principais organismos normalizadores internacionais, a divulgação de CQ encontra-se intrinsecamente associada ao exercício do julgamento profissional. Nesse sentido, poderá ser influenciada por aspetos culturais, o que pode estar em linha com os preceitos defendidos, designadamente, por Fechner e Kilgore (1994).

A última análise realizada neste âmbito coincidiu com a exibida em H3.4, onde se presumia a presença de uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a dimensão das entidades e a divulgação de CQ, sendo a referida associação indeterminada no que concerne à relação entre a divulgação de CQ e a rendibilidade ou o nível de endividamento.

No intuito de identificar as conexões mencionadas entre as CQ e os fatores económico-financeiros, utilizou-se o coeficiente de correlação de Spearman, medida de associação não-paramétrica e, suplementarmente, o teste não-paramétrico de Mann-Whitney U. Os resultados apontam no sentido da validação da H3.4, já que demonstram a existência de uma associação positiva e moderada entre a dimensão das entidades, tendo como *proxies* o TA e o VN, e o nível de divulgação de CQ, avaliada pelo IDCQt, tal não se verificando quando tal fator económico-financeiro é mensurado pela CB. No que respeita a tais variáveis TA e VN, de notar-se que tal relação foi igualmente confirmada, em termos mais específicos, para a relevância e a representação fidedigna, enquanto CQ fundamentais, e para a comparabilidade, enquanto CQ de reforço. Refira-se, adicionalmente, que apesar de a dimensão avaliada pela CB não se encontrar associada com o IDCQt, verifica-se de forma consistente associações fracas ou moderadas entre tal variável e as CQ de reforço, sendo positivas no que diz respeito à compreensibilidade e negativas no que toca à verificabilidade e à tempestividade.

Em referência à relação entre a divulgação de CQ e a rendibilidade, verifica-se a existência de uma associação muito fraca, de sentido negativo, exclusivamente para a tempestividade como CQ de reforço.

No concernente à associação entre a divulgação de CQ e o nível de endividamento, não foi possível confirmar a existência de tal associação de forma consistente.

De notar que os resultados obtidos para a presente investigação para os três fatores económico-financeiros, coincidem, linhas gerais, com os obtidos recentemente por Nobes e Stadler (2014), igualmente, num estudo comparativo internacional.

### **5.1.3 Relação entre os valores culturais e as características qualitativas**

A relação entre os valores culturais e as CQ foi apresentada na H4, na qual se conjecturou a existência de uma associação significativa entre a uniformidade e a comparabilidade; entre o conservadorismo e a relevância, representação fidedigna, verificabilidade e tempestividade; e, suplementarmente, entre o secretismo e a compreensibilidade.

Desse modo, após a aplicação do teste não-paramétrico de Mann-Whitney U e da correspondente estatística descritiva a ambos os anos em investigação e, no tocante às relações referidas, confirmou-se, exclusivamente, a existência de uma associação negativa entre o conservadorismo e a relevância. Constatou-se ainda uma relação não expectável, porém estatisticamente significativa, entre esse valor cultural e a CQ da comparabilidade.

O subcapítulo seguinte identificará as limitações inerentes à presente investigação empírica.

## **5.2 Limitações e sugestões para futuras investigações**

As limitações da presente dissertação podem ser identificadas em termos das duas áreas temáticas analisadas, nomeadamente, os valores culturais no âmbito da subcultura da Contabilidade e as CQ da informação financeira.

No contexto do primeiro tema, destaca-se a relativa ausência de estudos que utilizem os indicadores dos valores culturais, tal como propostos por Gray (1988), passíveis de mensuração a partir do relato financeiro das entidades. Tal facto poderá estar na base da aplicação mais frequente na literatura dos índices de dimensões culturais de Hofstede (1980). Aliada à mencionada limitação, não será alheia a subjetividade inerente ao processo de codificação da informação financeira recolhida. Ressalve-se contudo que, com vista a evitar o enviesamento dos resultados, esse procedimento foi prudente, materializando-se, designadamente, na atribuição de uma codificação diferenciada perante situações de impossibilidade de identificação acerca do cumprimento de requisitos de divulgação obrigatórios.

Na segunda área temática, ressalte-se como limitação o facto da análise das CQ a partir do relato financeiro poder apenas ser validada quando expressamente mencionadas, única forma objetiva de identificar a sua presença no relato financeiro, o que poderá não coincidir, necessariamente, com a importância atribuída pelos países a cada uma das CQ em análise. A evidência empírica obtida neste estudo, em sentido inverso à corrente literária que preconiza a cultura como principal fator indutor de assimetrias no relato financeiro, atribui maior importância aos fatores económico-financeiros específicos das entidades cotadas. Nesse sentido, investigações futuras

poderiam introduzir fatores explicativos mais alinhados com os resultados obtidos neste estudo, designadamente, o grau de internacionalização das entidades.

De salientar, ainda, a necessidade de alargamento da população a entidades não cotadas, nomeadamente, às PME, devido à sua elevada concentração no contexto empresarial da UE e à sua relevância económico-financeira. De facto, o interesse científico subjacente à confirmação, ou não, de investigações já realizadas que abordam essa categoria de empresas não deve ser descurado (e.g. Zarzeski, 1996). Adicionalmente, a necessidade de atualização dos estudos de Hofstede (1980) e de Gray (1988), cujas limitações de natureza metodológica e concetuais são reconhecidas, revela-se ainda premente. De facto, e apesar de tais estudos continuarem a suportar, de forma relevante, a investigação contabilística realizada na área da cultura, novos estudos baseados em novas abordagens metodológicas são necessários.

Tais estudos devem estar ainda mais adaptados: à realidade empresarial corrente, aos normativos do tipo *principle-based* largamente introduzidos, que requerem o julgamento profissional e ter em conta o avançado estado em que se encontra o processo de harmonização contabilística. Assim, a sugestão de novas formas de operacionalizar a aferição desses índices de valores culturais, a partir da informação financeira divulgada e, analogamente, a introdução de modelos explicativos, seria proveitoso para o progresso da investigação em Contabilidade nessa área temática. Considerando o ainda reduzido número de estudos desenvolvidos nesse campo, isto é, incidentes sobre a divulgação de CQ no relato financeiro, bem como a limitação anteriormente referida, sugere-se ainda que futuras investigações proponham novas formas de obtenção da informação relativa às CQ contextualizadas na recente EC FASB-IASB.

Aferir a relevância de fatores como a cultura, no contexto do julgamento profissional, assim como a importância relativa atribuída às CQ pelas distintas entidades, no contexto dos contemporâneos esforços de harmonização desenvolvidos pelo FASB e pelo IASB, demonstra-se de interesse para os diversos utilizadores da Contabilidade. Tais elementos apresentam-se como obstáculos à almejada comparabilidade do relato financeiro. Assim, a avaliação desses fatores e dos seus impactos, associada à necessidade de eventual revisão do modelo e/ou das classificações propostas por Gray (1988), podem ser identificados como contributos da investigação científica conduzida na presente dissertação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABD-ELSALAM, O.; WEETMAN, P. - Introduction International Accounting Standards to an emerging capital market: Relative familiarity and language effect in Egypt. **Journal of International Accounting, Auditing & Taxation**. ISSN 1061-9518. 12:1 (2003) 63-84.
- ALBUQUERQUE, Fábio H. F. de; ALMEIDA, Maria C.; TEXEIRA QUIRÓS, Joaquín - O secretismo e a divulgação de perdas por imparidade em investimentos não financeiros: o caso português. **Jornal de Contabilidade (APOTEC)**. ISSN 0870-8789. 417 (2011) 385-392.
- ALBUQUERQUE, Fábio H. F. de; MARCELINO, Manuela M. - **A importância do julgamento profissional na percepção dos preparadores da informação: O caso português** [em linha]. (2013). [Consult. 4 jan. 2015]. Disponível em: <http://www.otoc.pt/news/comcontabaudit/pdf/53.pdf>.
- ALBUQUERQUE, Fábio H. F. de; TEXEIRA QUIRÓS, Joaquín; MARCELINO, Manuela M. - **A influência do SNC na alteração da estrutura do balanço das entidades que adotam as normas do IASB: O caso português** [em linha]. (2012). [Consult. 20 fev. 2015]. Disponível em: <http://www.aeca1.org/xvencuentroaeca/cd/35a.pdf>.
- ALBUQUERQUE, Fábio H. F. de; TEXEIRA QUIRÓS, Joaquín; MARCELINO, Manuela M. - A divulgação do risco nas demonstrações financeiras: Uma análise às entidades cotadas no PSI-Geral em Portugal durante os anos 2009 e 2010. **Revista Brasileira de Contabilidade**. ISSN 0104-8341. 204 (2013) 53-68.
- ALMEIDA, Rui M. P.; DIAS, Ana Isabel; ALBUQUERQUE, Fábio H. F. de; CARVALHO, Fernando P. M. de; PINHEIRO, Pedro M. B. - **SNC Explicado**. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: ATF-Edições Técnicas, 2010. ISBN 978-989-96412-32-5.
- AMER, T.; HACKENBRACK, K.; NELSON, M. - Between-auditor differences in the interpretation of probabilities phrases. **Auditing: A Journal of Practice and Theory**. ISSN 0278-0380. 13:1 (1994) 126-136.
- AT [Autoridade Tributária e Aduaneira] - **IES - Informação Empresarial Simplificada: Anexo A** [em linha]. (dez. 2014). [Consult. 11 jan. 2015]. Disponível em: <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/8DA59E51-0062-4558-B663-B483D7208E93/0/ANUAL-AN-A.pdf>.
- AVISO n.º 15652/2009. **D.R. II Série**. 173 (2009-09-07) 36227-36234.
- AVISO n.º 8254/2015. **D.R. II Série**. 146 (2015-07-29) 20735-20742.
- AVISO n.º 8255/2015. **D.R. II Série**. 146 (2015-07-29) 20742-20749.
- AVISO n.º 8256/2015. **D.R. II Série**. 146 (2015-07-29) 20749-20845.
- AVISO n.º 8257/2015. **D.R. II Série**. 146 (2015-07-29) 20845-20859.
- AVISO n.º 8258/2015. **D.R. II Série**. 146 (2015-07-29) 20859-20862.
- AVISO n.º 8259/2015. **D.R. II Série**. 146 (2015-07-29) 20862-20875.
- BALL, Ray - International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and Cons for Investors. **Accounting and Business Research**. ISSN 0001-4788. 36:1 (2006) 5-27.
- BAMBER, Linda Smith; JIANG, John; PETRONI, Kathy R.; WANG, Isabel Yanyan - Comprehensive income: Who's afraid of performance reporting? **The Accounting Review**. ISSN 0001-4826. 85:1 (2010) 97-126.

- BARBU, E. - **Tracing the Evolution of Research on International Accounting Harmonization** [em linha]. (mar. 2004). [Consult. 18 set. 2014]. Disponível em: <http://www.univ-orleans.fr/log/Doc-Rech/Textes-PDF/2004-3.pdf>.
- BARTH, Mary E.; BEAVER, William H.; LANDSMAN, Wayne R. - The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: Another view. **Journal of Accounting and Economics**. ISSN 0165-4101. 31:1-3 (2001) 77-104.
- BARTOV, E.; BODNAR, Gordon M. - Alternative accounting methods, information asymmetry and liquidity: Theory and evidence. **The Accounting Review**. ISSN 0001-4826. 71:3 (1996) 397-418.
- BASKERVILLE, Rachel F. – Hofstede never studied culture. **Accounting, Organizations and Society**. ISSN 0361-3682. 28:1 (2003) 1-14.
- BASKERVILLE, Rachel F. – **109 Voices: Translation Issues for accounting standards in the EU** [em linha]. (ago. 2011). [Consult. 06 jan. 2015]. Disponível em: <http://www.iasplus.com/en/binary/nz/1108nzbaskervillelecture.pdf>.
- BAYDOUN, Nabil; WILLETT, Roger - Cultural relevance of western accounting systems to developing countries. **Abacus**. ISSN 1467-6281. 31:1 (1995) 67-92.
- BEEST, Ferdy van; BRAAM, Geert; BOELENS, Suzanne – **Quality of Financial Reporting: Measuring qualitative characteristics** [em linha]. (2009). [Consult. 3 mar. 2015]. Disponível em: [http://www.ru.nl/publish/pages/516298/nice\\_09108.pdf](http://www.ru.nl/publish/pages/516298/nice_09108.pdf).
- BEKE, Jenő - International accounting standardization and economics practice. **International Journal of Economics and Management Sciences**. ISSN 2162-6359. 1:1 (2011) 37-50.
- BELKAOUI, Ahmed - Linguistic relativity in accounting. **Accounting, Organizations and Society**. ISSN 0361-3682. 3:2 (1978) 97-104.
- BELKAOUI, Ahmed; KARPIK, Philip G. - Determinants of the corporate decision to disclose social information. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. ISSN 0951-3574. 2:1 (1989) 36-51.
- BELLAS, Athanasios P.; TZOVAS, Christos - The effects of dependency on debt financing on financial reporting policy: The case of Greece. **European Research Studies**. ISSN 1108-2976. 11:1-2 (2008) 13-30.
- BENSTON, George J.; BROMWICH, Michael; WAGENHOFER, Alfred – Principles - versus rules-based accounting standards: The FASB's standard setting strategy. **Abacus**. ISSN 1467-6281. 4:2 (2006) 165-188.
- BENTLEY, Patricia A.; FRANKLIN, Mitchell A. – Which international cultures favour disclosure of risk. **International Journal of Business, Accounting & Finance**. ISSN 1752-8224. 7:2 (2013) 62-76.
- BERTONI, Michele; ROSA, Bruno De - **Comprehensive income, fair value, and conservatism: a conceptual framework for reporting financial performance** [em linha]. (2013). [Consult. 29 jun. 2015]. Disponível em: [http://ibrarian.net/navon/paper/COMPREHENSIVE\\_INCOME\\_\\_FAIR\\_VALUE\\_\\_AND\\_CONSERVATIS.pdf?paperid=3380457](http://ibrarian.net/navon/paper/COMPREHENSIVE_INCOME__FAIR_VALUE__AND_CONSERVATIS.pdf?paperid=3380457).
- BOWEN, Robert M.; DuCHARME, Larry; SHORES, D. - Stakeholders' implicit claims and accounting method choices. **Journal of Accounting and Economics**. ISSN 0165-4101. 20:3 (1995) 255-295.
- BP [Banco de Portugal] – **Taxas de câmbio de referência diárias** [em linha]. (ago. 2015). [Consult. 2 ago. 2015]. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/pt->

PT/Estatisticas/Dominios%20Estatisticos/EstatisticasCambiais/Paginas/Taxasdereferenciadiarias.aspx.

- BRADBURY, Michael E. – Voluntary disclosure of financial segment data: New Zealand evidence. **Accounting & Finance**. ISSN 0810-5391. 32:1 (1992) 15-26.
- BRANCO, Manuel Castelo – O porquê de uma nova definição de activo. **Revisores e empresas**. ISSN 0870-3566. 32 (2006) 61-68.
- BRATTON, William W. - Rules, principles, and the accounting crisis in the United States. **European Business Organization Law Review**. ISSN 1566-7529. 5:1 (2004) 7-36.
- BULLEN, Halsey G.; CROOK, Kimberley - **A new Conceptual Framework project: revisiting the concepts** [em linha]. (mai. 2005). [Consult. 17 jan. 2015]. Disponível em: <http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs&blobkey=id&blobwhere=1175818825710&blobheader=application%2Fpdf>.
- CAÑIBANO, Leandro; MORA, Araceli – Evaluating the statistical significance of the factoring accounting harmonization: A study of European global players. **European Accounting Review**. ISSN 0963-8180. 9:3 (2000) 349-370.
- CAPRIOTTI, Kim; WALDRUP, Bobby E. - Miscommunication of uncertainties in financial statements: A study of preparers and users. **Journal of Business and Economics Research**. ISSN 1542-4448. 3:1 (2005) 33-46.
- CARIANO, António J. R. de Almeida – **Os planos de pensões de benefícios definidos e os factores explicativos da sua evolução na esfera dos associados: Evidência empírica das entidades incluídas no PSI-20 no período de 2005 a 2009**. [Texto policopiado] Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado.
- CARVALHO, Cláudia D. F. da M; ALBUQUERQUE, Fábio H. F. de; TEXEIRA QUIRÓS, Joaquín; JUSTINO, Maria do R. F. - Uma análise das diferenças em termos da cultura a partir do projeto de substituição da IAS 39: *Financial Instruments – Recognition and Measurement*. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. ISSN 1981-8610. 9:1 (2015) 5–24.
- CHAN, K.; COVRIG, V.; NG, L. K. – What determines the domestic bias and foreign bias? Evidence from mutual fund equity allocations worldwide. **Journal of Finance**. ISSN 1540-626. 60:3 (2005) 1495-1534.
- CHANCHANI, Shalin; WILLET; Roger - An empirical assessment of Gray's accounting value constructs. **The International Journal of Accounting**. ISSN 0020-7063. 39:2 (2004) 125-154.
- CHATTERJEE, Bikram; TOOLEY, Stuart; FATSEAS, Vic; BROWN, Alistair - An analysis of the qualitative characteristics of management commentary reporting by New Zealand companies. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**. ISSN 1834-2000. 5:4 (2011) 43-64.
- CHAVENT, Marie; DING, Yuan; FU, Linghui; STOLOWY, Hervé; WANG, Huiwen - Disclosure and determinants studies: An extension using the divisive clustering method (DIV). **European Accounting Review**. ISSN 0963-8180. 15:2 (2006) 181-218.
- CHOI, Frederick D. S.; MEEK, Gary K. – **International accounting**. 7.<sup>a</sup> ed. Nova Jersey: Prentice Hall, 2011. ISBN 978-0-13-611147-4.



- CHOW, Chee W.; WONG-BOREN, Adrian - Voluntary financial disclosure by mexican corporations. **The Accounting Review**. ISSN 0001-4826. 62:3 (1987) 533-541.
- CHRISTENSEN, Hans B.; LEE, Edward – Cross-sectional variation in the economic consequences of international accounting harmonization: The case of mandatory IFRS adoption in the UK. **The International Journal of Accounting**. ISSN 0020-7063. 42:4 (2007) 341-379.
- CNC [Comissão de Normalização Contabilística] – **Directriz Contabilística n.º 13: conceito de justo valor** [em linha]. (jul. 1993). [Consult. 30 mar. 2015]. Disponível em: [www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/Directrizes/Dir13\\_justo%20valor.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/Directrizes/Dir13_justo%20valor.pdf).
- CNC [Comissão de Normalização Contabilística] – **Directriz Contabilística n.º 27: relato por segmentos** [em linha]. (jun. 2000). [Consult. 30 mar. 2015]. Disponível em: [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/Directrizes/Dir27\\_rs\\_relato%20por%20segmentos.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/Directrizes/Dir27_rs_relato%20por%20segmentos.pdf).
- CNC [Comissão de Normalização Contabilística] – **Alteração das diretivas da Contabilidade na Europa - Impactos em Portugal** [em linha]. (abr. 2012). [Consult. 20 nov. 2014]. Disponível em: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/docs\\_originais/Memo\\_Diretivas\\_CG\\_CNC\\_11Abril.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/docs_originais/Memo_Diretivas_CG_CNC_11Abril.pdf).
- CORDAZZO, Michela - **The impact of IFRS on accounting practices: Evidence from italian listed companies** [em linha]. (2008). [Consult. 15 ago. 2015]. Disponível em: <http://www.observatorioifrs.cl/archivos/05%20-%20Bibliograf%EDa/02%20-%20PA/BPA-004.pdf>.
- CORREIA, Maria Luísa Anacoreta – Publicada finalmente a nova diretiva da Contabilidade. **Revisores e Auditores**. ISSN 0870-3566. 61 (2013) 47-54.
- COVRIG, V.; DEFOND, M.; HUNG, M. - Home bias, foreign mutual fund holdings, and the voluntary adoption of International Accounting Standards. **Journal of Accounting Research**. ISSN 0021-8456. 45:1 (2007) 41-70.
- DAI, Xiling - Study on relative problems about the accountant professional judgment ability. **International Journal of Economics and Finance**. ISSN 1916-971X. 2:3 (2010) 72-75.
- D'ARCY, Anne - Accounting classification and the international harmonisation debate – An empirical investigation. **Accounting, Organizations and Society**. ISSN 0361-3682. 26:4-5 (2001) 327-349.
- DEAN, Graeme; CLARKE, Frank - An evolving Conceptual Framework? **Abacus**. ISSN 1467-6281. 39:3 (2003) 279-297.
- DECRETO-LEI n.º 47/77. **D.R. I Série**. 31 (1977-02-07) 200(6)-200(53).
- DECRETO-LEI n.º 410/89. **D.R. I Série**. 268 (1989-11-21) 5112(2)- 5112(32).
- DECRETO-LEI n.º 238/91. **D.R. I Série**. 149 (1991-07-02) 3364-3389.
- DECRETO-LEI n.º 35/2005. **D.R. I Série-A**. 34 (2005-02-17) 1186-1200.
- DECRETO-LEI n.º 158/2009. **D.R. I Série**. 133 (2009-07-13) 4375-4384.
- DECRETO-LEI n.º 36-A/2011. **D.R. I Série**. 48 (2011-03-09) 1344(2)-1344(11).
- DECRETO-LEI n.º 98/2015. **D.R. I Série**. 106 (2015-06-02) 3470-3493.
- DEFOND, Mark; HU, Xuesong; HUNG, Mingyi; LI, Siqi - The impact of mandatory IFRS adoption on foreign mutual fund ownership: The role of comparability. **Journal of Accounting and Economics**. ISSN 0165-4101. 51:3 (2011) 240-258.

- DELOITTE TOUCHE TOHMATSU – **International GAAP Holdings Limited: Model financial statements for the year ended 31 December 2014** [em linha]. (2014). [Consult. 5 jan. 2015]. Disponível em: [http://www.iasplus.com/en/publications/global/models-checklists/2014/ifrs-mfs-2014/at\\_download/file/Model%20Financial%20Statements%202014.pdf](http://www.iasplus.com/en/publications/global/models-checklists/2014/ifrs-mfs-2014/at_download/file/Model%20Financial%20Statements%202014.pdf).
- DHALIWAL, D. - Some economic determinants of management lobbying for alternative methods of accounting. **Journal of Business Finance and Accounting**. ISSN 1468-5957. 9:2 (1982) 255-265.
- DIACONU, Paul; COMAN, Nicoleta - **Accounting research from the globalization perspective** [em linha]. (mai. 2008). [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: <http://waset.org/publications/15758/accounting-research-from-the-globalization-perspective>.
- DIRETIVA n.º 2003/51/CE. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 178 (2003-07-07) 16-22.
- DIRETIVA n.º 78/660/CEE. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 660 (2009-07-16) 1-46.
- DIRETIVA n.º 83/349/CEE. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 349 (2009-07-16) 1-31.
- DIRETIVA n.º 2013/34/UE. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 182 (2013-06-29) 19-76.
- DOBLER, Michael – Incentives for risk reporting - A discretionary disclosure and cheap talk approach. **The International Journal of Accounting**. ISSN 0020-7063. 43:2 (2008) 184-206.
- DOUPNIK, Timothy S.; RICCIO, Edson L. - The influence of conservatism and secrecy on the interpretation of verbal probability expressions in the Anglo and Latin cultural areas. **The International Journal of Accounting**. ISSN 0020-7063. 41:3 (2006) 237-261.
- DOUPNIK, Timothy S.; RICHTER, Martin – Interpretation of uncertainty expressions: A cross-national study. **Accounting, Organizations and Society**. ISSN 0361-3682. 28:1 (2003) 15-35.
- DOUPNIK, Timothy S.; RICHTER, Martin – The impact of culture on the interpretation of «in context» verbal probability expressions. **Journal of International Accounting Research**. ISSN 1542-6297. 3:1 (2004) 1-20.
- DOUPNIK, Timothy S.; SALTER, S. B. - External environment and accounting practice: A preliminary test of a general model of international accounting development. **International Journal of Accounting Education and Research**. ISSN 2225-1057. 30:2 (1995) 189-207.
- EDELMAN, Daniel; NICHOLSON, Ashley - Arthur Anderson Auditors and Enron: What happened to their Texas CPA licenses? **Journal of Finance and Accountancy**. ISSN 2327-5383. 8 (2011) 1-9.
- EMENYONU, Emmanuel N.; GRAY, Sidney J. - EC accounting harmonization: an empirical study of measurement practices in France, Germany and the UK. **Accounting and Business Research**. ISSN 0001-4788. 23:89 (1992) 49-58.
- EMENYONU, Emmanuel N.; GRAY, Sidney J. - International accounting harmonization and the major developed stock market countries: An empirical study. **The International Journal of Accounting**. ISSN 0020-7063. 31:3 (1996) 269-279.
- ENG, L.L.; MAK, Y.T. - Corporate governance and voluntary disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**. ISSN 0278-4254. 22:4 (2003) 325-345.

- ERNST & YOUNG – **Good Group (International) Limited: Illustrative interim condensed consolidated financial statements for the period ended 30 June 2014** [em linha]. (fev 2014). [Consult. 5 jan. 2015]. Disponível em: [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-CTools-GGInt-March-2014/\\$FILE/EY-CTools-GGInt-March-2014.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-CTools-GGInt-March-2014/$FILE/EY-CTools-GGInt-March-2014.pdf).
- EVANS, Lisa - Language, translation and the problem of international accounting communication. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. ISSN 0951-3574. 17:2 (2004) 210-248.
- FASB [Financial Accounting Standards Board] – **Statement of financial accounting concepts No. 2: Qualitative characteristics of accounting information** [em linha]. (1980). [Consult. 28 jan. 2015]. Disponível em: <http://www.fasb.org/pdf/con2.pdf>.
- FASB [Financial Accounting Standards Board] - **Statement of Financial Accounting Concepts No. 8: Conceptual Framework for financial reporting** [em linha]. (set. 2010). [Consult. 17 jan. 2015]. Disponível em: [http://www.fasb.org/cs/ContentServer?pagename=FASB/Document\\_C/DocumentPage&cid=1176157498129](http://www.fasb.org/cs/ContentServer?pagename=FASB/Document_C/DocumentPage&cid=1176157498129).
- FECHNER, H.H.E.; KILGORE, A. - The influence of cultural factors on accounting practice. **The International Journal of Accounting**. ISSN 0020-7063. 29:3 (1994) 265-277.
- FERNANDES, Gastambide – A Versão Portuguesa das Normas Internacionais de Relato Financeiro. **Revisores e Auditores**. ISSN 0870-3566. 36 (2007) 28-35.
- FIRMINO, José Emerson; PAULO, Edilson - Aspectos comportamentais no julgamento profissional dos auditores independentes. **Contabilidade, Gestão e Governança**. ISSN 1984-3925. 16:3 (2013) 17-40.
- FLEMMING, P.D. - The growing importance of International Accounting Standards. **Journal of Accountancy**. ISSN 1945-0729. 172:3 (1991) 100-106.
- FLYNN, Thomas D. - Uniformity in financial accounting: A progress report. **Law and contemporary problems**. ISSN 0023-9186. 30:4 (1965) 623-636.
- FRANCO, Gus de; KOTHARI, S.P.; VERDI, Rodrigo S. - The benefits of financial statement comparability. **Journal of Accounting Research**. ISSN 0021-8456. 49:4 (2009) 895-931.
- GAIO, Cristina; MATEUS, Maria da C. - Relato financeiro das empresas cotadas em Portugal – Grau de conformidade com os requisitos de divulgação da IAS 1. **Contabilidade & Gestão: Portuguese Journal of Accounting and Management**. ISSN 1646-2750. 15 (2014) 39-73.
- GALANI, Despina; ALEXANDRIDIS, Anastasios; STAVROPOULOS, Antonios – The association between the firm characteristics and corporate mandatory disclosure the case of Greece. **International Scholarly and Scientific Research & Innovation**. ISSN 2347-3207. 5:5 (2011) 58-64.
- GERNON, Helen; WALLACE, R. S. Olusegun – International accounting research: A review of its ecology, contending theories and methodologies. **Journal of Accounting Literature**. ISSN 0737-4607. 14 (1995) 54-106.
- GIETZMAN, M.; TROMBETTA, M. - Disclosure interactions: Accounting policy choice and voluntary disclosure effects on the cost of raising outside capital. **Accounting and Business Research**. ISSN 0001-4788. 33:3 (2003) 187-205.

- GINER INCHAUSTI, B. - The influence of company characteristics and accounting regulation on information disclosed by spanish firms. **European Accounting Review**. ISSN 0963-8180. 6:1 (1997) 45-68.
- GOELTZ, Richard Karl - International accounting harmonization: The Impossible (and unnecessary) dream? **Accounting Horizons**. ISSN 0888-7993. 5:1 (1991) 85-88.
- GONÇALVES, Rute; LOPES, Patrícia T. - Accounting in agriculture: disclosure practices of listed firms. **Contabilidade & Gestão: Portuguese Journal of Accounting and Management**. ISSN 1646-2750. 16 (2015) 9-44.
- GORE, Pelham - **The FASB Conceptual Framework project, 1973-1985: An analysis**. Manchester: Manchester University Press, 1992. ISBN 0-7190-3633-X.
- GRAY, Sidney J. - Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. **Abacus**. ISSN 1467-6281. 24:1 (1988) 1-15.
- HEIDHUES, Eva; PATEL, Chris - A critique of Gray's framework on accounting values using Germany as a case study. **Critical Perspectives on Accounting**. ISSN 1045-2354. 22:3 (2011) 273-287.
- HIGGINS, E.T.; SHAH, J.; FRIEDMAN, R. - Emotional responses to goal attainment: Strength of regulatory focus as moderator. **Journal of Personality and Social Psychology**. ISSN 0022-3514. 72:3 (1997) 515-525.
- HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew - **Investigação por questionário**. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2008. ISBN 978-9-726182-73-3.
- HINES, Ruth D. - Financial accounting knowledge Conceptual Framework projects and the social construction of the accounting profession. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. ISSN 0951-3574. 2:2 (1989) 72-92.
- HOARAU, Christian - International accounting harmonization: American hegemony or mutual recognition with benchmarks? **European Accounting Review**. ISSN 0963-8180. 4:2 (1995) 235-247.
- HOFSTEDE, Geert - **Culture's consequences: International differences in work-related values**. Londres: Sage Publications, 1980. ISBN 978-0803913066.
- HOFSTEDE, Geert - Cultural dimensions in management and planning. **Asia Pacific Journal of Management**. ISSN 0217-4561. 1:2 (1984) 81-99.
- HOFSTEDE, Geert - Dimensions do not exist: A reply to Brendan McSweeney. **Human Relations**. ISSN 0018-7267. 55:11 (2002) 1-8.
- HOFSTEDE, Geert - What is culture? A reply to Baskerville. **Accounting, Organizations and Society**. ISSN 0361-3682. 28:7 (2003) 811-813.
- HOFSTEDE, Geert - Dimensionalizing cultures: the Hofstede model in context. **Online Readings in Psychology and Culture**. ISSN 2307-0919. 2:1 (2011) 1-26.
- HOFSTEDE, Geert; BOND, Michael Harris - The confucius connection: From cultural roots to economic growth. **Organizational Dynamics**. ISSN 0090-2616. 16:4 (1988) 5-21.
- HU, Ceelsan; CHAND, Parmod; EVANS, Elaine - The Effect of national culture, acculturation and education on accounting judgments: A comparative study of australian and chinese culture. **European Accounting Review**. ISSN 0963-8180. 21:1 (2012) 153-182.
- IASB [International Accounting Standards Board] - **Memorandum of Understanding: "The Norwalk Agreement"** [em linha]. (2002). [Consult. 13 jan. 2015]. Disponível em:

[http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Global-convergence/Convergence-with-US-GAAP/Documents/Norwalk\\_agreement.pdf](http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Global-convergence/Convergence-with-US-GAAP/Documents/Norwalk_agreement.pdf).

- IASB [International Accounting Standards Board] – **Conceptual Framework: IFRS** [em linha]. (fev. 2007). [Consult. 17 jan. 2015]. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Conceptual-Framework/Other-Public-Meetings-Observer-Notes/Documents/0702sob04.pdf>.
- IASB [International Accounting Standards Board] - **IFRS as global standards: A pocket guide**. Londres: IFRS Foundation Publications Department, 2015. ISBN 978-1-909704-74-9.
- IASC [International Accounting Standards Committee] Foundation - **Framework for the preparation and presentation of financial statements** [em linha]. (1989). [Consult. 27 mar. 2015]. Disponível em: <http://kuap.ru/docs/ifrs/2009/en/framework.pdf>.
- IASC [International Accounting Standards Committee] Foundation – **Discussion Paper: Management Commentary**. Londres: IASC Foundation Publications Department, 2005. ISBN 1-904230-97-0.
- IASC [International Accounting Standards Committee] Foundation – **Basis for conclusions on exposure draft: IFRS for Small and Medium-sized Entities**. Londres: IASC Foundation Publications Department, 2007. ISBN 978-1-905590-14-8.
- IATRIDIS, George - Accounting disclosure and firms' financial attributes: Evidence from the UK stock market. **International Review of Financial Analysis**. ISSN 1057-5219. 17:2 (2008) 219-241.
- IFRS [International Financial Reporting Standards] Foundation - **A Framework-based approach to teaching of IFRSs** [em linha]. (2010). [Consult. 13 set. 2015]. Disponível em: [http://siteresources.worldbank.org/EXT/CENFINREPREF/Resources/4152117-1270824012230/6954188-1308313051938/1\\_a\\_framework-based\\_approach\\_to\\_teaching\\_ifrss.pdf](http://siteresources.worldbank.org/EXT/CENFINREPREF/Resources/4152117-1270824012230/6954188-1308313051938/1_a_framework-based_approach_to_teaching_ifrss.pdf).
- IFRS [International Financial Reporting Standards] Foundation - **Conceptual Framework for financial reporting 2010**. Londres: IFRS Foundation Publications Department, 2010a. ISBN 978-1-907026-69-0.
- IFRS [International Financial Reporting Standards] Foundation - **IFRS Practice Statement Management Commentary: A Framework for presentation**. Londres: IFRS Foundation Publications Department, 2010b. ISBN 978-1-907026-56-0.
- IFRS [International Financial Reporting Standards] Foundation - **A Guide to the IFRS for SMEs** [em linha]. (mar. 2012). [Consult. 12 jan. 2015]. Disponível em: [http://www.ifrs.org/IFRS-for-SMEs/Documents/AGuidetotheIFRStoSMEs\\_March2012.pdf](http://www.ifrs.org/IFRS-for-SMEs/Documents/AGuidetotheIFRStoSMEs_March2012.pdf).
- IFRS [International Financial Reporting Standards] Foundation - **Joint update note from the IASB and FASB on accounting convergence** [em linha]. (abr. 2012a). [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em: [http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Global-convergence/Convergence-with-US-GAAP/Documents/r\\_120420d.pdf](http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Global-convergence/Convergence-with-US-GAAP/Documents/r_120420d.pdf).
- IFRS [International Financial Reporting Standards] Foundation - **A Review of the Conceptual Framework for financial reporting**. Londres: IFRS Foundation Publications Department, 2013. ISBN 978-1-909704-04-6.
- IFRS [International Financial Reporting Standards] Foundation - **Global standards: How close are we?** [em linha]. (jul. 2014). [Consult. 15 set. 2014]. Disponível em:

<http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Documents/Global-standards-how-close-are-we-July-2014.pdf>.

- IFRS [International Financial Reporting Standards] Foundation - **Project Summary: IFRS 9 Financial Instruments** [em linha]. (jul. 2014a). [Consult. 1 jan. 2016]. Disponível em: <http://www.ifrs.org/current-projects/iasb-projects/financial-instruments-a-replacement-of-ias-39-financial-instruments-recognition/documents/ifrs-9-project-summary-july-2014.pdf>.
- IFRS [International Financial Reporting Standards] Foundation – **Exposure Draft 2015/3 – Conceptual Framework for financial reporting**. Londres: IFRS Foundation Publications Department, 2015. ISBN 978-1-909704-82-4.
- IFRS [International Financial Reporting Standards] Foundation - **IFRS as global standards: A pocket guide**. Londres: IFRS Foundation Publications Department, 2015a. ISBN 978-1-909704-44-2.
- JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. - Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**. ISSN 0304-405X. 3:4 (1976) 305-360.
- JOANNIDES, Vassili; WICKRAMASINGHE, Danture; BERLAND, Nicolas - **Critiques on Gray – Hofstede’s Model – What impact on cross-cultural accounting research?** [em linha]. (2012). [Consult. 21 abr. 2015]. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00690933/document>.
- JONES, Stewart; WOLNIZER, Peter - Harmonization and the Conceptual Framework: An international perspective. **Abacus**. ISSN 1467-6281. 39:3 (2003) 375-387.
- JOYCE, Edward J.; LIBBY, Robert; SUNDER, Shyam – Using the FASB’s qualitative characteristics in accounting policy choices. **Journal of Accounting Research**. ISSN 0021-8456. 20:2 (1982) 654-675.
- KETTUNEN, Jaana - **Translation of IFRS standards into local languages: Understanding problematics of translation** [em linha]. (nov. 2011). [Consult. 6 jan. 2015]. Disponível em: <http://www.lse.ac.uk/accounting/pdf/Kettunen.pdf>.
- KHAN, Mozaffar; WATTS, Ross L. - Estimation and empirical properties of a firm-year measure of accounting conservatism. **Journal of Accounting and Economics**. ISSN 0165-4101. 48:2-3 (2009) 132-150.
- LARSON, Robert K.; STREET, Donna L. - Convergence with IFRS in an expanding Europe progress and obstacles identified by large accounting firms’ survey. **Journal of International Accounting, Auditing & Taxation**. ISSN 1061-9518. 13:2 (2004) 89-119.
- LEI n.º 20/2010. **D.R. I Série**. 163 (23-08-2010) 3661.
- LEI n.º 35/2010. **D.R. I Série**. 171 (02-09-2010) 3857.
- LEI n.º 66-B/2012. **D.R. I Série**. 252 (31-12-2012) 7424-(144).
- LEI n.º 83-C/2013. **D.R. I Série**. 253 (31-12-2013) 7056-(115).
- LEI n.º 139/2015. **D.R. I Série**. 174 (07-09-2015) 7093-7135.
- LOFTUS, Janice A. - The CF and accounting standards: The persistence of discrepancies. **Abacus**. ISSN 1467-6281. 39:3 (2003) 298-309.
- LOPES, Patrícia T. - Accounting for electricity derivatives under IAS 39. **Journal of Derivatives & Hedge Funds**. ISSN 1753-9641. 13:3 (2007) 233-246.

- LOPES, Patrícia T.; RODRIGUES, Lúcia L. - Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. **The International Journal of Accounting**. ISSN 0020-7063. 42:1 (2007) 25-56.
- MANH-BÉNA, Anne Le; RAMOND, Olivier - **Determining a consistent set of accounting and financial reporting standards** [em linha]. (2011). [Consult. 27 jun. 2015]. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/hal-00694333/document>.
- MAROCO, João - **Análise estatística com utilização do SPSS**. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2007. ISBN 978-972-618-452-2.
- McCAHEY, Jan; MCGREGOR, Warren - **The conceptual framework: Cornerstone of high quality financial reporting** [em linha]. (set. 2013). [Consult. 17 jan. 2015]. Disponível em: <http://www.iasplus.com/en/publications/research/warren-mcgregor-the-conceptual-framework-cornerstone-of-high-quality-financial-reporting/file>.
- MCGREGOR, Warren; STREET, Donna, L - IASB and FASB face challenges in pursuit of joint Conceptual Framework. **Journal of International Financial Management and Accounting**. ISSN 1467-646X. 18:1 (2007) 39-51.
- McSWEENEY, Brendan - A Hofstede's model of national cultural differences and their consequences: A triumph of faith – A failure of analysis. **Human Relations**. ISSN 0018-7267. 55:1 (2002) 89-118.
- MONTI-BELKAOUI, Janice; BELKAOUI, Ahmed – Bilingualism and the perception of professional concepts. **Journal of Psycholinguistic Research**. ISSN 0090-6905. 12:2 (1983) 111-127.
- MYERS, Stewart C. - Determinants of corporate borrowing. **Journal of Financial Economics**. ISSN 0304-405X. 5:2 (1977) 147-175.
- NAVARRO-GARCIA, Juan Carlos; BASTIDA, Francisco – An empirical insight on spanish listed companies' perceptions of International Financial Reporting Standards. **Journal of International Accounting, Auditing & Taxation**. ISSN 1061-9518. 19:2 (2010) 110-120.
- NOBES, Cristopher - Accounting judgmental international classification of financial reporting practices. **Journal of Business Finance and Accounting**. ISSN 1468-5957. 10:1 (1983) 1-19.
- NOBES, Cristopher - On accounting classification and the international harmonisation debate. **Accounting, Organizations and Society**. ISSN 0361-3682. 29:2 (2004) 189-200.
- NOBES, Christopher - **Rules-based standards and the lack of principles in accounting** [em linha]. (nov. 2004a). [Consult. 24 set. 2014]. Disponível em: <http://www.econ.upf.edu/docs/seminars/nobes.pdf>.
- NOBES, Christopher; PARKER, Robert - **Comparative International Accounting**. 10.<sup>a</sup> ed. Londres: Prentice Hall, 2008. ISBN 978-0-273-71476-7.
- NOBES, Christopher; STADLER, Christian - **The qualitative characteristics of financial information, and managers' accounting decisions: Evidence from IFRS policy changes** [em linha]. (set. 2014). [Consult. 18 fev. 2015]. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Meetings/MeetingDocs/Other%20Meeting/2014/October/ABR-2014-0103-Qualitative-characteristics.pdf>.
- OBAIDAT, Ahmad N. - Accounting information qualitative characteristics gap: Evidence from Jordan. **International Management Review**. ISSN 1551-6849. 3:2 (2007) 26-32.

- PAN, Peipei; PATEL, Chris; MALA, Rajni - **The influence of personality variables on chinese professional accountants' judgments relating to consolidated financial reporting** [em linha]. (mai. 2011). [Consult. 8 fev. 2015]. Disponível em: [https://bafa.group.shef.ac.uk/submission\\_system/view\\_submissions/index.php?download\\_paper=206](https://bafa.group.shef.ac.uk/submission_system/view_submissions/index.php?download_paper=206).
- PATEL, Chris - **A comparative study of professional accountant's judgements**. Oxford: JAI Press, 2006. ISBN 0-7623-1062-6.
- PERERA, M. H. B. - Towards a framework to analyze the impact of culture on accounting. **The International Journal of Accounting**. ISSN 0020-7063. 24:1 (1989) 42-56.
- PIRCHEGGER, Barbara - Hedge accounting incentives for cash flow hedges of forecasted transactions. **European Accounting Review**. ISSN 0963-8180. 15:1 (2006) 115-135.
- POCRNJIC, Dijana; PERVAN, Ivica - Financial reporting harmonization - Measurement models. In **Recent Researches in Applied Economics and Management**. Creta: WSEAS Press, 2013. ISBN 978-960-474-323-0. pp. 290-296.
- PORTARIA n.º 1011/2009. **D.R. I Série**. 175 (2009-09-09) 6148-6157.
- PORTARIA n.º 218/2015. **D.R. I Série**. 142 (2015-07-23) 4958-4979.
- PORTARIA n.º 220/2015. **D.R. I Série**. 142 (2015-07-24) 4984-5018.
- PSAROS, Jim; PATEL, Chris; WARNAKULASURIYA, Sriyani - A study of uncertainty expressions in Australian accounting and auditing standards. **Pacific Accounting Review**. ISSN 0114-0582. 15:2 (2003) 1-28.
- PwC [PriceWaterhouseCoopers] - **Similarities and differences: A comparison of «full IFRS» and IFRS for SMEs**. Holanda: PwC, 2009. ISBN 978-1-84798-220-9.
- RAYMAN, R.A. - Fair value accounting and the present value fallacy: The need for an alternative conceptual framework. **The British Accounting Review**. ISSN 0890-8389. 39:3 (2007) 211-225.
- REGULAMENTO (CE) n.º 1606/2002. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 243 (2002-09-11) 1-4.
- REGULAMENTO (CE) n.º 1126/2008. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 320 (2008-11-03) 1-481.
- 4SAMUELS, J. M.; OLIGA, J.C. - Accounting standards in developing countries. **International Journal of Accounting Education and Research**. ISSN 2225-1057. 18:1 (1982) 69-88.
- SANTOS, Sandra I. C. dos - **A divulgação de informação financeira no relato financeiro intercalar: Uma análise às entidades cotadas no PSI Geral**. [Texto policopiado] Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2013. Dissertação de mestrado.
- SANTOS, Edilene S.; PONTE, Vera M. R.; MAPURUNGA, Patrícia V. R. - Mandatory IFRS adoption in Brazil (2010): Index of compliance with disclosure requirements and some explanatory factors of firms reporting. **Revista Contabilidade & Finanças**. ISSN 1808-057X. 25:65 (2014) 161-176.
- SAUDAGARAN, Shahrokh M. - **International Accounting: A User Perspective**. 3.ª ed. Chicago: CCH, 2009. ISBN 978-0-8080-2058-5.
- SCHIPPER, Katherine - Principles-Based accounting standards. **Accounting Horizons**. ISSN 0888-7993. 17:1 (2003) 61-72.



- SCHULTZ, J. J.; LOPEZ, T. J. – The impact of national influence on accounting estimates: Implications for international accounting standard-setters. **The International Journal of Accounting**. ISSN 0020-7063. 36:3 (2001) 271-290.
- SEC [Securities and Exchange Commission] - **Study pursuant to section 108(d) of the Sarbanes-Oxley Act of 2002 on the adoption by the United States financial reporting system of a principles-based accounting system** [em linha]. (jul. 2003). [Consult. 24 set. 2014]. Disponível em: <http://www.sec.gov/news/studies/principlesbasedstand.htm#6>.
- SEC [Securities and Exchange Commission] - **What we do** [em linha]. (set. 2014). [Consult. 18 set. 2014]. Disponível em: <http://www.sec.gov/about/whatwedo.shtml#.VBq5C8tybIU>.
- SHIL, Nikhil Chandra; DAS, Bhagaban; PRAMANIK, Alok Kumar - Harmonization of accounting standards through internationalization. **International Business Research**. ISSN 1913-9004. 2:2 (2009) 194-201.
- SINGHVI, Surendra S.; DESAI, Harsha B. - An empirical analysis of the quality of corporate financial disclosure. **Accounting Review**. ISSN 0001-4826. 46:1 (1971) 129-138.
- SILVA, Eduardo Sá – **A nova Diretiva de Contabilidade**. Porto: Vida Económica – Editorial, SA, 2014. ISBN 978-972-788-902-0.
- SILVA, Maria de Lima e – **A divulgação do risco nas demonstrações financeiras: Uma análise ao anexo das sociedades não financeiras portuguesas**. [Texto policopiado] Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2015. Dissertação de mestrado.
- SILVA, José L. M. da; SARMENTO, Manuela; DUARTE, Maria Manuela Rebelo – **A Relevância enquanto característica qualitativa das demonstrações financeiras - A perspetiva dos preparadores da informação financeira (TOC)** [em linha]. (set. 2015). [Consult. 24 set. 2015]. Disponível em: <http://www.otoc.pt/news/trabalhoscongv/pdf/41.pdf>.
- SIMON, J. - Interpretation of probability expressions by financial directors and auditors of UK companies. **European Accounting Review**. ISSN 0963-8180. 11:3 (2002) 601-629.
- STERGIOS, Athianos; LASKARIDOU, Ekaterini - **Have met IASs accounting harmonization? The case of greek listed companies** [em linha]. (mai. 2008). [Consult. 13 set. 2014]. Disponível em: <http://kastoria.teikoz.gr/icoae2/wordpress/wp-content/uploads/articles/2011/10/007-2008.pdf>.
- TARCA, Ann - International convergence of accounting practices: Choosing between IAS and US GAAP. **Journal of International Financial Management and Accounting**. ISSN 0954-1314. 15:1 (2004) 60-91.
- TARCA, Ann - **The Case for global accounting standards: Arguments and evidence** [em linha]. (out. 2012). [Consult. 18 set. 2014]. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Documents/Case-for-Global-Accounting-Standards-Arguments-and-Evidence.pdf>.
- TAY, J.; PARKER, R. - Measuring international harmonization and standardization. **Abacus**. ISSN 1467-6281. 26:1 (1990) 71-88.
- TAYLOR, S. L. - International accounting standards: An alternative rationale. **Abacus**. ISSN 1467-6281. 23:2 (1987) 157-171.

- TEIXEIRA, Cláudia; SILVA, Ana Fialho - The interpretation of verbal probability expressions used in the IAS/IFRS: Some portuguese evidence. **Revista de Estudos Politécnicos**. ISSN 1645-9911. 7:12 (2009) 57-73.
- TSAKUMIS, G. - The influence of culture on accountants application of financial reporting rules. **Abacus**. ISSN 1467-6281. 43:1 (2007) 27-48.
- VAN DER TAS, Leo G. - Measuring harmonization of financial reporting practice. **Accounting and Business Research**. ISSN 0001-4788. 18:70 (1988) 157-169.
- WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. - Towards a positive theory of the determination of accounting standards. **The Accounting Review**. ISSN 0001-4826. 53:1 (1978) 112-134.
- WHITTINGTON, Geoffrey - Fair value and the IASB/FASB Conceptual Framework project: An alternative view. **Abacus**. ISSN 1467-6281. 44:2 (2008) 139-168.
- ZANG, Y. - **Accounting and neoliberalism: A critical reading of IASB/FASB's Conceptual Framework for financial reporting 2010** [em linha]. (2011). [Consult. 17 jan. 2015]. Disponível em: [https://elsevier.conference-services.net/resources/247/2182/pdf/CPC2011\\_0037\\_paper.pdf](https://elsevier.conference-services.net/resources/247/2182/pdf/CPC2011_0037_paper.pdf).
- ZARZESKI, Marilyn Taylor - Spontaneous harmonization effects of culture and market forces on accounting disclosure practices. **Accounting Horizons**. ISSN 0888-7993. 10:1 (1996) 18-37.
- ZEFF, Stephen A. - Some obstacles to global financial reporting comparability and convergence at a high level of quality. **The British Accounting Review**. ISSN 0890-8389. 39:4 (2007) 290-302.
- ZEFF, Stephen A. - The evolution of the IASC into the IASB, and the challenges it faces. **The Accounting Review**. ISSN 0001-4826. 87:3 (2012) 807-837.

## APÊNDICES

Apêndice I Matriz de recolha dos dados relativos às CQ

Código	Designação da entidade	CQ fundamentais											CQ de reforço					
		Rel.					Rep. F.						14	15	16	17		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11					12	13
<b>1</b>	<b>Identificação da entidade</b>																	
<b>2</b>	<b>Bases de preparação para as DF</b>																	
<b>3</b>	<b>Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros</b>																	
3.1	Alterações de políticas contabilísticas																	
3.1.1	Alterações obrigatórias																	
3.1.2	Alterações voluntárias																	
3.2	Alterações de estimativas																	
3.3	Erros																	
<b>4</b>	<b>Gestão do risco</b>																	
<b>5</b>	<b>Estimativas e julgamentos críticos</b>																	
<b>6</b>	<b>Relato por segmentos</b>																	
<b>7</b>	<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>																	
<b>8</b>	<b>Ativos não correntes não financeiros</b>																	
8.1	Ativos fixos tangíveis																	
8.2	Ativos intangíveis (incluindo <i>goodwill</i> )																	
8.3	Propriedades de investimento																	
8.4	Ativos biológicos de produção																	
<b>9</b>	<b>Ativos correntes não financeiros</b>																	
9.1	Inventários																	
9.2	Ativos biológicos correntes																	
9.3	Ativos detidos para venda																	
<b>10</b>	<b>Participações financeiras/Investimentos financeiros <sup>[a]</sup></b>																	
<b>11</b>	<b>Subsidiárias e consolidação</b>																	
<b>12</b>	<b>IF Correntes <sup>[b]</sup></b>																	
<b>13</b>	<b>IF de especulação (derivados, ações, etc.)</b>																	
<b>14</b>	<b>IF derivados e outros utilizados para cobertura</b>																	
<b>15</b>	<b>Locações</b>																	
15.1	Locações operacionais																	

Código	Designação da entidade	CQ fundamentais												CQ de reforço				
		Rel.					Rep. F.							14	15	16	17	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12					13
15.2	Locações financeiras																	
<b>16</b>	<b>Capital Próprio</b>																	
16.1	Capital social e ações próprias																	
16.2	Reservas e resultados transitados																	
<b>17</b>	<b>Rédito</b>																	
<b>18</b>	<b>Subsídios</b>																	
18.1	Subsídios ao investimento																	
18.2	Subsídios à exploração																	
<b>19</b>	<b>Imparidades</b>																	
19.1	Imparidades de ativos não correntes não financeiros																	
19.2	Imparidades de ativos correntes não financeiros																	
19.3	Imparidades de participações financeiras <sup>[a]</sup>																	
19.4	Imparidades de subsidiárias																	
<b>20</b>	<b>Benefícios dos empregados</b>																	
<b>21</b>	<b>Impostos sobre o rendimento</b>																	
21.1	Impostos correntes																	
21.2	Impostos diferidos																	
21.2.1	Ativos																	
21.2.2	Passivos																	
<b>22</b>	<b>Partes relacionadas</b>																	
<b>23</b>	<b>Matérias ambientais</b>																	
<b>24</b>	<b>Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes</b>																	
24.1	Provisões																	
24.2	Ativos contingentes																	
24.3	Passivos contingentes																	
<b>25</b>	<b>Acontecimentos após a data do balanço</b>																	
<b>26</b>	<b>Informação adicional exigida por diplomas legais</b>																	
<b>27</b>	<b>Contratos de construção</b>																	
<b>28</b>	<b>Taxas de câmbio</b>																	

1: Relevância; 2: Materialidade; 3: Materialmente relevante; 4: Valor confirmatório; 5: Valor preditivo; 6: Representação fidedigna; 7: Fiabilidade; 8: Neutralidade; 9: Plenitude; 10: Prudência; 11: Informação livre de erros; 12: Informação completa; 13: Substância sobre a forma; 14: Comparabilidade; 15: Compreensibilidade; 16: Verificabilidade; 17: Tempestividade.

<sup>[a]</sup> Exceto subsidiárias; <sup>[b]</sup> Inclui clientes, fornecedores, outras contas a receber/pagar, financiamentos obtidos., etc.

**Apêndice II: Comparação entre os conceitos relacionados com a informação financeira.**

Elementos <sup>31</sup>	IASB (1989)	FASB (SFAC n.º2)	EC FASB-IASB	Diretiva n.º 2013/34/UE	SNC (EC e BADF)
Balaceamento entre benefício e custo/Custo	Constrangimento à informação útil	Constrangimento à informação útil	Constrangimento à informação útil	-	Constrangimento à informação útil (EC)
Balaceamento entre CQ	Constrangimento à informação útil	-	-	-	Constrangimento à informação útil (EC)
Comparabilidade/ Informação comparativa	CQ	CQ de reforço	CQ de reforço	Não classificado	CQ (EC)/Não classificado (BADF)
Compensação	-	-	-	Princípio geral	Não classificado (BADF)
Compreensibilidade	CQ	CQ fundamental	CQ de reforço	-	CQ (EC)/Não classificado (BADF)
Consistência de apresentação	Não classificado	CQ de reforço	Integrante da comparabilidade	Princípio geral	Não classificado (BADF)
Continuidade	Pressuposto	Pressuposto	Pressuposto	Princípio geral	Pressuposto (EC)/Não classificado (BADF)
Fiabilidade	CQ	CQ fundamental	Integrante da representação fidedigna	Não classificado	CQ (EC)/Não classificado (BADF)
Informação completa/ Plenitude	Integrante da fiabilidade	Integrante da representação fidedigna	Integrante da representação fidedigna	-	Integrante da fiabilidade (EC)
Informação isenta de erros	Integrante da fiabilidade	Integrante da representação fidedigna	Integrante da representação fidedigna	-	Integrante da fiabilidade (EC)
Materialidade/ Materialidade e agregação	Integrante da relevância	Constrangimento à informação útil	Constrangimento à informação útil	Princípio geral	Elemento integrante da relevância (EC)/Não classificado (BADF)
Neutralidade	Integrante da fiabilidade	Integrante da fiabilidade	Integrante da representação fidedigna	-	Integrante da fiabilidade (EC)
Plenitude	Integrante da fiabilidade	Integrante da representação fidedigna	Integrante da representação fidedigna	-	Integrante da fiabilidade (EC)
Prudência	Integrante da fiabilidade	Integrante da representação fidedigna	-	Princípio geral	Integrante da fiabilidade (EC)
Regime do acréscimo	Pressuposto	Não classificado	Não classificado	Princípio geral	Pressuposto (EC)/Não classificado (BADF)
Relevância	CQ	CQ fundamental	CQ fundamental	-	CQ (EC)/Não classificado (BADF)
Representação fidedigna	Integrante da fiabilidade	Integrante da fiabilidade	CQ fundamental	-	Integrante da fiabilidade (EC)/Não classificado (BADF)
Substância sobre a forma	Integrante da fiabilidade	Integrante da representação fidedigna	Não classificado	Princípio geral	Integrante da fiabilidade (EC)
Valor confirmatório	Integrante da relevância	Integrante da relevância	Integrante da relevância	-	Integrante da relevância (EC)
Valor preditivo	Integrante da relevância	Integrante da relevância	Integrante da relevância	-	Integrante da relevância (EC)
Verificabilidade	-	Integrante da fiabilidade	CQ de reforço	-	-
Tempestividade	Constrangimento à informação útil	Integrante da relevância	CQ de reforço	-	Constrangimento à informação útil (EC)

**Fonte:** Aviso n.º 8254/2015, Diretiva n.º 2013/34/UE, FASB (1980), IASC Foundation (1989) e IFRS Foundation (2013)

<sup>31</sup> Ressalve-se que, apesar de alguns conceitos não se encontrarem expressamente classificados nas BADF do SNC (e.g. representação fidedigna) e na Diretiva n.º 2013/34/UE (e.g. comparabilidade), designadamente como CQ, tais elementos apresentam-se como necessários à elaboração da informação financeira, razão pela qual foram incluídos.